

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC/SP)

O Estado alemão de 1990:
**A cobertura da reunificação nos semanários *Der Spiegel*,
Time e *Veja***

Regina Cazzamatta Spinola Costa

São Paulo

2011

Regina Cazzamatta

O Estado alemão de 1990:

**A cobertura da reunificação nos semanários *Der Spiegel*,
Time e *Veja***

Dissertação apresentada ao Programa
de Especialização em Comunicação
Jornalística da PUC-SP, como exigência
parcial para a obtenção de grau de
especialista em Jornalismo Internacional

Orientador: José Eduardo Montechi Valladares de Oliveira

São Paulo
2010

Banca examinadora

José Eduardo Montechi Valladares de Oliveira (orientador)

AGRADECIMENTOS

Decidir escrever sobre a cobertura da reunificação da Alemanha sem entender uma palavra de alemão não parecia um projeto racional há dois anos. Assim, gostaria de agradecer primeiramente a meu amigo de longa data Rodrigo Panosso Macedo (o mesmo que mais tarde se tornou meu namorado, marido e companheiro) por me incentivar a ir adiante com a ideia e superar o medo de não entender sequer um manchete ou linha fina na língua de Goethe. Agradeço não só as palavras de apoio, mas também o envolvimento bem humorado no processo de pesquisa e correção do trabalho, além da companhia durante inúmeras visitas à exposições, discussões, fóruns e outras atividades em Berlim à época das comemorações dos vinte anos da “queda do muro”, em 2009. Seu carinho, compreensão e participação foram muito importantes ao longo do processo.

Agradeço também a *Frau Kübler*, minha primeira professora de alemão do instituto InterDaf, em Leipzig, que me deu a base linguística para sobreviver nos primeiros meses e driblar a burocracia da abertura de conta bancária, solicitação de vistos e contratos de aluguéis. Agradeço até a bronca por chegar “atrasada” em dezembro na aula (às 8h03 e não às 8h) em um dia de neve a vinte graus negativos. Sem essa primeira experiência e inserção na cultura alemã teria sido difícil me acostumar. Gostaria de ter entendido mais sobre seus relatos de vida durante a RDA - República Democrática Alemã. Assim como a *Frau Kübler*, agradeço também ao DAAD por ter financiado meu curso de alemão em Berlim e a professora Irmengard, mais informal, mas nem por isso menos exigente, que me acompanhou até a prova do C1.

Embora não intencionalmente, a minha avó Santana foi responsável por plantar em mim a curiosidade sobre o assunto. E eu a agradeço por isso. Quando a matéria sobre a “queda do muro” começou a ser televisionada na Globo, ela deixou a sopa de feijão que fazia todas as noites no fogão e correu para a sala. Ficou em pé mesmo, bem em frente a televisão, com olhos espantados e disse que o socialismo tinha acabado. Deve ter sido para provocar meu tio “comunista e com mania de dizer que o homem vinha do macaco”, como ela me falava sempre escondido. Agradeço não só a minha avó, mas a toda família. Minha mãe por sempre me apoiar em todas as decisões pessoais e profissionais, assumir os riscos ao meu lado e enviar pacientemente livros e

materiais que ficaram na sua casa. Também ao meu pai, que, apesar de tudo, é capaz, durante momentos de lucidez, de fazer ponderações bastante sensíveis e coerentes sobre o mundo. Nem sei se ele se lembra que a Alemanha foi reunificada.

Tão importantes e dignos de agradecimento estão meus professores da PUC que contribuíram ao longo de todo o bacharelado e da pós-graduação para a minha formação. Em especial meu orientador José Eduardo Montechi Valladares de Oliveira, que aceitou me orientar apesar das dificuldades envolvidas pela distância.

Ficam registrados aqui também meus agradecimentos ao Edison Veiga, que passou alguns finais de semana, quando não estava de plantão, lendo a primeira versão do texto. O mesmo para a amiga socióloga, Glaucia Peres da Silva, que apesar das atividades com seu doutorado, encontrou uma pausa na agenda para ver o resultado.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a cobertura jornalística realizada pelas revistas de informação *Der Spiegel*, *Time* e *Veja* sobre a reunificação da Alemanha. Por meio da Análise do Discurso pretende-se avaliar qual a narrativa preponderante em cada um desses veículos de comunicação, assim como mapear as vozes (fontes) que prevaleceram no noticiário. A revista alemã e seu redator Rudolf Augstein, criticado por muitos intelectuais por seu nacionalismo exacerbado, se coloca claramente contra a hipótese de um “terceiro caminho”, entre o socialismo e capitalismo, cogitado por grupos de oposição da RDA como o *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum* ou *Demokratischer Aufbruch*. Por isso, a ausência de tais atores políticos na cobertura e o embate direto com artistas, escritores, intelectuais, pastores religiosos, cientistas e políticos que pretendiam pensar o processo de união com mais ponderação. Muitos não eram necessariamente a favor do “socialismo de face humana”, mas se preocupavam com o amadurecimento político na RDA e acreditavam que uma nova constituição, escrita em conjunto pelas duas porções, seria mais democrático, assim como possibilitaria uma aproximação entre as duas populações em torno de um projeto nacional comum. Um suposto sentimento de pertencimento é explorado pela publicação, em um primeiro momento. No entanto, um ano depois, em 1990, as diferenças causadas pelos 40 anos de separação vêm à tona. Um dos principais enfoques da *Der Spiegel* é a expansão da economia alemã e o poder econômico do novo país, agora soberano. *Time*, por sua vez, embasa seu discurso na redefinição do papel da Otan e em argumentos que possam ainda legitimar a presença dos EUA no velho continente como uma “força estabilizadora”. A publicação brasileira, *Veja*, oferece uma abordagem um pouco mais periférica e enaltece o sucesso da economia alemã, retomando sempre o embate com as antigas economias do Leste Europeu.

Palavras-chave: Reunificação Alemã, Estilo Magazine, *Der Spiegel*, *Time*, *Veja*, *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum*, *Demokratischer Aufbruch*, Rudolf Augstein, constituição, incorporação, Otan.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Abschlussarbeit des Spezialisierungskurses in internationalem Journalismus hat das Ziel, die journalistische Berichterstattung der Nachrichtenmagazine *Der Spiegel*, *Time* und *Veja* über die Wiedervereinigung Deutschlands zu untersuchen und zu analysieren. Durch die Inhalts- und Diskursanalyse wird beabsichtigt, sowohl die dominierende Perspektive als auch die vorherrschenden Quellen und politische Akteure der Berichterstattung zu identifizieren.

Das deutsche Magazin *Der Spiegel* und der ehemalige Chefredakteur Rudolf Augstein, der wegen seinem übertriebenen Patriotismus von vielen Intellektuellen kritisiert wurde, waren unmissverständlich gegen die Möglichkeit eines dritten Wegs zwischen Kapitalismus und Sozialismus, der von Bürgerrechtsgruppen wie *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum* oder *Demokratischer Aufbruch* favorisiert wurde. Deshalb lässt sich erklären, warum diese bestimmten politischen Akteure, die Bürgerrechtsgruppen, als Quelle in der Berichterstattung des Spiegels fehlen, sowie der Meinungskonflikt des Magazins gegenüber Künstlern, Intellektuellen, Pfarrern, Politikern und Wissenschaftlern, die das Vereinigungsverfahren langsamer und vorsichtiger überlegen wollten. Viele von ihnen waren nicht zwangsläufig für einen Sozialismus mit menschlichem Antlitz, allerdings machten sie sich Gedanken über die politische Reife der DDR und glaubten, dass eine neue Verfassung, die zusammen von beiden Teilen hätte geschrieben werden sollen, demokratischer gewesen wäre und die Annäherung der beiden Völker durch ein nationales gemeinsames Projekt hätte ermöglicht werden können. Kurz nach dem Mauerfall berichtete das Magazin *Der Spiegel* vom angeblichen Zusammengehörigkeitsgefühl der Deutschen. Im Jahr 1990 wurde jedoch die Entfremdung wegen der 40 Jahre langen Teilung dargestellt. Der Hauptfokus des deutschen Magazins ist die Ausdehnung der Wirtschaftsmacht des neuen souveränen Landes.

Der *Time* Diskurs basiert auf der Neudefinition der Rolle der Nato und auf der Legitimierung der Anwesenheit der USA in Europa als Versöhnungskraft. Zudem bietet die brasilianische Zeitschrift *Veja* eine unwesentliche Betrachtung und hebt den Erfolg der deutschen Wirtschaft, unter der Perspektive des Scheiterns der Regime der Ostblockstaaten, hervor.

Schlüsselwörter: Deutsche Wiedervereinigung, Magazine Stil, *Der Spiegel*, *Time*, *Veja*, *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum*, *Demokratischer Aufbruch*, Rudolf Augstein, Verfassung, Aufnahme, NATO.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is the analysis of the News Magazines *Der Spiegel*, *Time* and *Veja* when covering the german process of reunification. With techniques based on Discourse Analysis, we aim at scrutinizing the main narrative on each of these vehicles of communication, as well as mapping the particularly sources available on the news.

The position of the german magazine, and its editor Rudolf Augstein - himself criticized by many intellectuals for an inflated nationalism - is clearly against the hypothesis of a “third way” between socialism and capitalism, an idea raised by groups as *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum* or *Demokratischer Aufbruch*. For this reason, such political actors were missing on the coverage and there was a direct conflict of ideas with artists, writers, intellectual, priests, scientists and and politicians that wished to reflect on the uniting process more carefully. Many were not necessarily in favor of a “socialism with a human face”, but their worries were on the political development on GDR and they believed that a new constitution written together by both sides, besides being more democratic, would allow an approximation between the two populations around a common national project. A presumed sense of belonging is exploited by the publication in a first moment. However, after a year, *i.e.*, in 1990, the differences coming from the 40 years of separation were splashed across the pages. One of *Der Spiegel*’s main points is the expansion of the german economy and of the economical power of the new - and now sovereign - country.

Time, on the other hand, focuses its debate on the redefinition of the role played by Otan and on arguments, which would legitimate the presence of the EUA in the Old World as a “stabilizing power”. The Brazilian publication *Veja* offers a peripheral description and boasts about the german economy success, always bringing back the friction with the former economies of East Europe.

Keywords: German Reunification, Magazine Style, *Der Spiegel*, *Time*, *Veja*, *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum*, *Demokratischer Aufbruch*, Rudolf Augstein, constitution, incorporation, NATO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Estilo Magazine.....	15
 CAPÍTULO 1. DE BISMARCK A KOHL.....	17
1.1 Nascimento da Prússia	17
1.2 União a Ferro e Sangue	22
1.3 O primeiro Estado alemão	24
1.4 A frágil e conturbada República Weimar	29
1.5 Hitler chega ao poder.....	32
1.6 Nacional-socialismo e II Guerra Mundial.....	35
1.7 Pós-Guerra e Guerra Fria.....	39
1.8 Uma nação dividida.....	42
 CAPÍTULO 2. A AVALANCHE POLÍTICA DE 1989.....	49
2.1 Reviravolta na Polônia e na Hungria.....	53
2.2 Desmoronamento do SED.....	55
2.3 Abertura das Fronteiras	64
2.4 Polêmica unificação.....	68
2.5 Negociação no cenário internacional.....	75
2.6 Implosão da RDA.....	79
2.7 Reunificação cultural e identidade.....	85
 CAPÍTULO 3. A COBERTURA DA REUNIFICAÇÃO NA REVISTA <i>DER SPIEGEL</i>	
3.1 Nascimento da publicação.....	90
3.2 Corpus da pesquisa na <i>Der Spiegel</i>	97
3.3 A reunificação na perspectiva da revista.....	102

CAPÍTULO 4. A COBERTURA DA REUNIFICAÇÃO NAS REVISTAS <i>TIME</i> E <i>VEJA</i>	124
4.1 A <i>Time</i> e o nascimento do estilo <i>News Magazine</i>	124
4.2 Definição do corpus na <i>Time</i> e análise da cobertura.....	128
4.3 Histórico da revista <i>Veja</i>	135
4.4 Corpus e análise da cobertura em <i>Veja</i>	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
ANEXOS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

Introdução

“O povo alemão é o mais feliz deste mundo”¹, exclamou o prefeito de Berlim Ocidental logo após a abertura das fronteiras em 1989. Discursos carregados de emoção, seguidos por uma forte discussão em torno da reunificação da Alemanha ecoaram na imprensa de todo o mundo a partir da noite de 9 de novembro do mesmo ano — “a rua é o palco do povo”², “o povo venceu”³, “perdeu-se o medo”⁴, “já raiou a liberdade”⁵, “um sonho virou realidade”⁶, “o comunismo chegou ideologicamente ao seu fim”⁷, “regimes caquéticos são varridos do mapa”⁸, “o socialismo real caminha para a lata do lixo da história”⁹, “o povo ressuscitou”¹⁰, “a realidade foi além das nossas fantasias”¹¹, “nós somos um povo”¹². Este trabalho tem como objetivo o entendimento destes discursos, a análise da cobertura jornalística, assim como da circulação e produção de sentidos sobre a reunificação da Alemanha nas revistas *Der Spiegel*, *Time* e *Veja*. A escolha dos três semanários possibilita a constatação da co-ocorrência de narrativas distintas para o mesmo episódio nas sociedades e nas mídias alemã, estadunidense e brasileira, além de uma possível explicação para tal disparidade.

Para realizar esta tarefa, a ferramenta utilizada será a Análise do Discurso, como método para mapear vozes e identificar sentidos. Toda linguagem é dialógica,

¹ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg. 21. „(...) im Bundesrat erklärt dessen neuer Präsident, Berlins Regierender Bürgermeister Walter Momper, das Deutsche Volk wegen der Erlebnisse nachts zuvor zum “glücklichsten Volk der Welt”.

² *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg. 21. „Die Straße ist die Tribüne des Volkes, sagte die Schauspielerin Marion van de Kamp beim historischen Meeting auf dem Alex”.

³ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg. 1. „Das Volk Siegt”.

⁴ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg. 31. „Die Angst der Menschen ist völlig weg”. Berliner Bürgermeister Walter Momper (SPD).

⁵ *Veja*. 15 de novembro de 1989. - Pg.130.

⁶ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.19. „Am Abend des 9. November wurde für den Architekten der Bonner Ostpolitik, Egon Bahr, “ein Traum wahr”.

⁷ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg. 43. „Jener Kommunismus, der mit Robespierre und Babeuf begann, der (...), er ist ideologisch am Ende”.

⁸ *Veja*. 31 de dezembro de 1989. - Pg.104.

⁹ *Veja*. 31 de dezembro de 1989. - Pg.104.

¹⁰ *Der Spiegel*. Ed.47/1989. Pg.6 „Die Menschen in der DDR sind auferstanden!” (Dittmar Werner, Groß-Gerau, Hessen, Carta ao Leitor).

¹¹ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.19. „(...) zu seinem damaligen Kanzler Willy Brandt: „Es bedurfte keiner Worte. Die Wirklichkeit war über unserer Phantasie hinausgegangen”.

¹² *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg. 21. „Wir sind das Volk”.

segundo a perspectiva de Bakhtin e o dialogismo pode ser pensado com dois enfoques apropriados à produção jornalística (Benetti, 2007, pg.108): a relação entre discursos (interdiscursividade relacionada à produção de sentidos) e a relação entre sujeitos (leia-se “o discurso não existe por si mesmo”). Pela perspectiva de Márcia Benetti, diretora científica da Associação Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, o discurso não contém uma verdade intrínseca ou uma literalidade. Ele depende do sujeito para existir, não somente do autor do texto, mas também daquele que o lê e por isso é pleno em interpretação.

“O texto jornalístico, verbal ou não, possui uma materialidade discursiva, manifesta nos sentidos que faz circular. Analisar estes sentidos, por meio daquilo que é mais superficial ou ‘material’, significa reconhecer as marcas que regem a construção do texto e guiam a interpretação, identificando e circunscrevendo as formações discursivas. Significa ainda mapear as diversas vozes presentes no discurso - mas, também, as vozes que nele não têm lugar.” (Benetti, 2001)

Como o sentido vem da interação entre texto/leitor e ambos são constituídos por processos sociais, culturais e históricos, o contexto de produção é fator fundamental. Ou seja, o discurso é composto pela relação entre a linguagem e sua exterioridade. A mídia não está fora do mundo que julga retratar. Pelo contrário, está mais enraizada do que imaginamos. Motivações, crenças, preconceitos, sentimentos e desejos que movem repórteres e editores; condições de trabalho e produção jornalística; anunciantes; interações sociais; influência da mídia internacional e local; agência de notícias e correspondentes; relação texto/leitor e a subjetividade de ambos. Toda essa teia contextual é algo exterior ao discurso e influencia não só o texto, mas também seus leitores. Por que o mesmo fato, por exemplo, pode ser retratado como “queda do muro” ou “abertura de fronteiras”? O que leva uma publicação a utilizar adjetivos e metáforas mais espetaculares que outras? Viva o povo ou a liberdade?

Segundo Bakhtin, os sujeitos se posicionam em relação a um determinado espaço, o lugar de onde se fala (Benetti, 2001). Isto é marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo. No caso em questão, das sociedades alemã, estadunidense e brasileira. Por isso, justifica-se a perspectiva histórica dos dois primeiros capítulos. Em outras palavras, é por meio do discurso que as ideias

hegemônicas ou predominantes de um determinado período são sedimentadas. Por exemplo, o sentimento de pertencimento do povo alemão.

A perspectiva teórica que corresponde ao método escolhido é a teoria construtivista, da década de 1970, em contraposição ao paradigma positivista de que o jornalismo poderia refletir a realidade assim como ela é. E na posição em que está, na perspectiva de Foucault, o jornalismo não poderia dizer outra coisa de si mesmo. É essa ilusão de imparcialidade e fiel retrato da realidade que lhe confere valor. Este é seu capital, para citar Bourdieu (Benetti, 2007, pg. 110). Espelhar os fatos é um sonho inatingível dos profissionais desta área. Dia 20 de novembro de 1989, Henry Muller, responsável pela capa da *Time* naquela edição escreveu na carta do editor: “Para nós, jornalistas, muito da satisfação do nosso trabalho vem da sensação de que estamos constantemente gravando a história da forma como ela é feita, a cada dia, a cada semana”¹³. Os textos dos semanários foram escolhidos como objeto da análise não exatamente por este motivo, mas sim porque, como toda representação, são uma construção subjetiva da realidade. Porque a imprensa transforma o real em discurso (Barthes, 1957).

Seguindo então a linha metodológica sintetizada por Márcia Benetti, é preciso encontrar o vínculo entre ideologia e motivação externa ao texto, já que ele se inicia anteriormente na sociedade, na cultura e no imaginário. Ou seja, identificar o “externo” e “anterior” à produção jornalística. Para isso, a autora propõe uma sintetização das forças discursivas justificadas explicitamente pelos textos em análise. Sob a ótica da pesquisadora, força discursiva é aquilo que pode e deve ser dito em oposição ao que é silenciado.

“O indivíduo cindido em vários sujeitos só pode falar porque se desloca e se descentra. Esse sujeito disperso fala por meio do que Foucault circunscreveu como formações discursivas. (...) Para agarrar uma formação discursiva, tarefa sempre difícil, o analista de discurso precisa trabalhar com certas regras de formação, ou seja, com aquelas regras que definem como — um mesmo sentido é construído ao longo de enunciados distintos” (Benetti, 2001).

¹³ *We journalists take much of our job satisfaction from the last sense that we are constantly recording history as it is made, each day and each week.*

Uma outra frente de análise é o mapeamento das vozes. Aqui, leva-se em consideração não a interação entre discursos, mas sim entre sujeitos — jornalistas, fontes, veículos, fontes em *off*, personagens, editores, e colunistas. Nesse ponto, a autora se baseia na teoria polifônica da enunciação de Ducrot, segundo a qual há uma diferenciação entre o locutor (quem fala, escreve e se responsabiliza pelo enunciado) e o enunciador (pessoas de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos). Em síntese, uma reportagem com inúmeras fontes e personagens não é garantia de um texto polifônico. Muitos locutores não significam muitos enunciadores. Se todas as fontes disserem a mesma coisa e só se complementarem, há um único enunciador e o discurso se torna monofônico. O oposto também pode ocorrer em editoriais ou colunas assinadas em que o autor não quer se posicionar diante do tema. Nestes casos, um texto monofônico com discurso polifônico.

Recomenda-se a análise de uma amostra considerável de textos para dar conta da representatividade do funcionamento de um tipo de discurso em um período determinado. Por isso, o recorte inicial foi feito em duas frentes, em 1989 e 1990. A especificidade do critério de escolha de matérias, entrevistas e reportagens será detalhada nos capítulos correspondentes de *Der Spiegel*, *Time* e *Veja*, levando em consideração que a cobertura do fato teve, logicamente, quantidades e pesos diferentes nas três publicações, como já explicado acima.

Para analisar a cobertura das três publicações em questão, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. Com a proposta de compreender a polêmica em torno da reunificação, mais profunda, logicamente, no semanário alemão, foi preciso um breve panorama histórico como pano de fundo para a interpretação de toda discussão levantada em 1989. O fracasso da revolução liberal de 1848 — que na perspectiva de alguns historiadores não conseguiu resolver simultaneamente a questão da liberdade e união do país —, assim como as condições de surgimento da nação alemã em 1871, via Prússia, foram temas trazidos à tona por colunistas e entrevistados das revistas. Assim, o primeiro capítulo engloba, mesmo que de modo sucinto, o surgimento da Prússia, as revoluções liberais de 1848, o nascimento do nacionalismo alemão, as duas grandes guerras, o desenvolvimento da social-democracia alemã e seus paradigmas, a proclamação da República Weimar, a eclosão do nacional-socialismo e a divisão da Alemanha. Como o foco do trabalho não é uma revisão histórica, mas

sim uma análise midiática de um fato posterior, foram destacados aspectos relevantes para a melhor compreensão da análise. Afinal, questões pontuais como a solução via “grande” ou “pequena” Alemanha, a união a custo de ferro e sangue, o fracasso das ideias liberais e o surgimento do nacional-socialismo são retomadas em 1989 e 1990, pelo menos na revista alemã.

O segundo capítulo é dedicado principalmente ao ano crucial de 1989 e a revolução do Leste Europeu. Apesar da abordagem sobre a mudança política da URSS sob as ideias de Gorbachev desde 1985, o foco desse capítulo é apresentar os atores políticos nas Alemanhas Oriental e Ocidental. Quem são as vozes contra ou a favor de um possível processo de reunificação e quais são seus motivos e justificativas. Como se deu a avalanche política que culminou na abertura das fronteiras e quem teve papel decisivo nesse processo de mudança.

É com esse panorama que partimos para o capítulo três, com a análise da cobertura jornalística do semanário alemão *Der Spiegel*. Nessa parte do trabalho também se encontra uma história da publicação, nascida no pós-guerra, e do seu diretor de redação Rudolf Augstein, que marcou bastante a linha editorial da revista principalmente no tema da reunificação do país. A análise foi feita com base em 90 textos jornalísticos entre reportagens, entrevistas, editoriais, colunas de opinião e resenhas. Tendo em vista os atores políticos apresentados no capítulo dois, foi possível uma avaliação das vozes presentes na cobertura. Por fim, o capítulo quatro traz a abordagem das revistas *Time* e *Veja*, nessa ordem. Por estarem inseridas em outras sociedades, com interesses diferentes, a produção textual dessas publicações foi bem menor, com 14 e 11 matérias respectivamente. O recorte temporal para a seleção dos textos jornalísticos seguiu a mesma lógica para os três semanários. Em 1989, foram selecionadas reportagens desde a primeira edição após a abertura das fronteiras até o último caderno do ano, num total de sete revistas. No ano seguinte (1990), o recorte se deu a partir da edição da cobertura oficial da reunificação (no começo de outubro ou final de setembro, dependendo da revista) e mais três edições anteriores e posteriores a esta data principal.

Primeiro Capítulo

De Bismarck a Kohl

Eram cerca de dez horas da noite, 9 de novembro de 1989. As fronteiras estavam abertas, após 28 anos de separação. Trabis¹⁴ que passavam para o lado ocidental eram recebidos com aplausos. Velas queimavam sobre a barreira. No Parlamento em Bonn, a notícia também foi recebida com lágrimas e comoção. Em meio ao tumulto, três parlamentares se levantaram dos bancos detrás das frações da União Democrática Cristã¹⁵ (CDU, sigla em alemão) e da União Social Cristã¹⁶ (CSU, sigla em alemão) e começaram a cantar o hino nacional. Em poucos minutos, muitos também aderiram ao gesto¹⁷. O *Reichstag* celebrava a notícia do reencontro. Sentimento de pertencimento? Nacionalismo? Será que finalmente a Alemanha encontraria — nas palavras do historiador Heinrich Winkler — o seu longo caminho rumo ao Ocidente?

Porém, se a Alemanha unificada ameaçaria o equilíbrio das forças no continente europeu, era uma dúvida que remetia ao passado daquele território, desde antes da sua formação, sob as mãos de Otto von Bismarck (primeiro-ministro da Prússia a partir de 1862 e chanceler do *Reich* desde 1871). Para o historiador Manfred Görtemaker, desde o final do século XIX até depois da II Guerra Mundial, a Alemanha era vista por políticos e analistas do cenário internacional como uma ameaça à Europa e ao mundo. A imagem do país era marcada pelo militarismo, intemperança política e falta de percepção do medo e das necessidades alheias (Görtemaker, 2009, pg.4). Aliada a essa postura conflituosa, a localização geográfica, no centro da Europa, assim como, sobretudo, sua força econômica e poder político-militar também eram vistos como uma ameaça por seus vizinhos. No entanto, nem sempre foi assim.

¹⁴ Abreviação para Trabant. Carro típico da ex-Alemanha Oriental.

¹⁵ *Christlich Demokratische Union* (CDU)

¹⁶ *Christlich Soziale Union* (CSU)

¹⁷ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.20.

1.1. Nascimento da Prússia

Na Alemanha do século XVIII predominava o atraso político, econômico e intelectual (Loureiro, 2005, pg.21). Ao contrário de outros países da Europa, como França e Inglaterra, que tinham feito suas revoluções burguesas e se consolidado como Estados Modernos, a nobreza reinava na Alemanha sem oposição. A burguesia alemã, dispersa em mais de trezentos territórios e com interesses divergentes, não tinha força para unir outras camadas da população em torno do seu programa e acabar com os privilégios da aristocracia.

Quando Frederico I se coroou rei da Prússia em 1701, a região estava longe de ser o centralizado e militarizado Estado conhecido por conduzir com mãos de ferro a unificação do país. Tratava-se, naquele momento, de um roto e pobre território, composto por 1,5 milhão de moradores que compartilhavam a mesma situação de miséria (Wiegrefe, 2007, pg.8). Porém, cem anos depois, a Prússia era surpreendentemente o maior poder da Europa do Norte, sua área territorial tinha se triplicado e a população já havia crescido seis vezes (Wiegrefe, 2007, pg.8). A caminhada da ascensão prussiana começou com o sucessor de Frederico I. Aos 25 anos, Frederico Guilherme I assumiu o trono em 1713. Conhecido como o “rei soldado (Winkler, 2000, pg.28, V.I)”¹⁸, ele duplicou o exército de 40.000 para 80.000 homens, sanou a montanha de dívidas deixadas pelo seu pai e conseguiu uma centralização administrativa de todo o território. Para tal feito, o monarca não conduziu sequer uma guerra. Apesar disso, os avanços ainda eram restritos à área militar. No aspecto cultural, o trabalho foi deixado para seu filho Frederico II, chamado pelo filósofo francês Voltaire de “Salomão do Norte” (Wiegrefe, 2007, pg.9), que da elegante biblioteca do Palácio Sanssouci conduziu a Prússia a uma aproximação cultural com os Estados vizinhos do Ocidente (Winkler, 2000, pg.21, V.I).

Paradoxalmente, seu governo autocrático significou em termos políticos um retrocesso. Absolutista declarado, o rei, também conhecido como Frederico, o Grande, ampliou os privilégios da nobreza. Esta foi a condição encontrada pelo monarca para integrá-la fortemente à sua máquina de guerra. A influência e poder dos

¹⁸ “Soldatenkönig”.

fidalgos eram ilimitados, desde que eles cumprissem seus deveres no sistema militar. Essa combinação entre primazia bélica e privilégios da nobreza liquidou qualquer direito da população. Georg Heinrich von Behrenhorst, um escritor militar do século XVIII, afirmou: “a monarquia prussiana não é um Estado que possui um exército, mas sim um exército que possui um Estado” (Winkler, 2000, pg.32, V.I).

Mesmo assim, foi no reinado de Frederico, o Grande, que os primeiros súditos começaram a se sentir prussianos. Alguns traços da moderna forma de sentimento nacional, aquela que surgiu na Europa depois da Revolução Francesa como instrumento de mobilização das massas, já era encontrada de certo modo na Prússia de Frederico II, na segunda metade do século XVIII (Winkler, 2000, pg.34, V.I). Porém, ainda na perspectiva do historiador, o nacionalismo alemão não pode ser considerado como um movimento político antes de Napoleão Bonaparte e da dissolução do Sacro Império Romano Germânico em 1806.

Com as invasões napoleônicas em 1806, a Prússia ficou totalmente destruída e das antigas conquistas de Frederico, o Grande, só sobraram alguns fragmentos. Nesse período, Johann Gottlieb Fichte, considerado o fundador e pai do nacionalismo alemão, publicou sua obra de maior destaque “Discurso à Nação Alemã”¹⁹. Outros autores nacionalistas despontaram na mesma época. Entre eles, Friedrich Ludwig Jahn e Ernst Moritz Arndt, que segundo alguns historiadores como Christian Staas, anteciparam o racismo étnico da ideologia do nacional-socialismo (Staas, 2010, pg. 40).

A guerra de libertação contra Napoleão Bonaparte, de 1813 a 1815, foi a primeira da história alemã a contar com um exército popular. O exército prussiano dobrou de 1806 a 1813 e cerca de 30 mil soldados lutaram ao lado da Prússia (Staas, 2010, pg. 41). Tratava-se também de uma luta pela unificação. Em seus escritos de 1813, Arndt evidencia tal perspectiva: “Somente um sangrento ódio aos franceses pode reunir as forças alemãs” (Winkler, 2000, pg.64, V.I).

No entanto, os nacionalistas alemães, com ideais de emancipação, liberdade e união do país em mente, não alcançaram seus objetivos ao fim da guerra. Ao contrário das duas superpotências alemãs, Áustria e Prússia, ao lado da Rússia e Reino Unido,

¹⁹ “Rede an die Deutsche Nation“, 1808.

que ganharam bastante prestígio ao fim do conflito e conseguiram impor o processo de restauração (Winkler, 2000, pg.70, V.I).

Em 3 de outubro de 1814, a convite do ministro e príncipe austríaco Metternicht, reuniram-se reis e príncipes do continente, acompanhados de 467 diplomatas (Staas, 2010, pg.45) para restaurar a ordem anterior à Revolução Francesa. A chance histórica da formação de um Estado alemão foi vista com desconfiança pelo Congresso de Viena (composto por Áustria, Prússia, Reino Unido e Rússia). As forças de restauração triunfaram e no lugar de uma Alemanha unida, surgia a Liga Alemã (*Deutsche Bund*). A decepção de liberais e nacionalistas foi grande, quando a velha ordem europeia voltou a respirar.

“O Satã está de volta” (Wiegrefe, 2007, pg.14) reclamou o rei Frederico Guilherme, da Prússia, ao saber da eclosão da Revolução de 1848 e da proclamação da Segunda República na França. A revolução se espalhou por toda a Europa e tendências nacionais, liberais e sociais se levantaram contra a ordem do Congresso de Viena, estabelecida por Áustria, Rússia e Inglaterra. Em 13 de março, Metternicht fugiu de Viena para a Inglaterra e em Berlim 10.000 cidadãos ergueram barricadas em torno do castelo de Berlim²⁰.

Levantes eclodiram em muitos estados germânicos, obrigando governantes a fazerem concessões. Bismarck, à época com 32 anos, resmungou sobre a atitude do rei Frederico Guilherme IV de prometer uma constituição: “a coroa jogou terra sobre seu próprio caixão” (Wiegrefe, 2007, pg.15). Em maio de 1848, reuniu-se, na igreja de São Paulo (Paulskirche), em Frankfurt, a Assembleia Nacional. Na lista dos 585 membros constavam nomes de intelectuais nacionalistas da era da guerra de libertação, como Ernst Moritz Arndt e Friedrich Ludwig Jahn. A constituição escrita por esses parlamentares serviu mais tarde como base para a constituição da República Weimar em 1919 e, quase cem anos depois, para a de Bonn em 1949.

Liberais tinham um duplo e incansável objetivo: liberdade política e união nacional. Para os democratas da esquerda, a ruptura com os privilégios e a constituição de uma nova ordem eram mais importantes. A unificação do país não

²⁰ *Das Berliner Stadtschloss*. Demolido em 1950. O plano de reconstrução causou polêmica e a data para finalização do projeto está prevista para 2016.

deveria ocorrer a qualquer custo. “A assembleia de Frankfurt não quer nenhuma república”, escreveu um empresário de Mannheim a sua esposa. Outra discussão em pauta na Assembleia Nacional abordava a questão da pequena ou grande Alemanha, ou seja, os Estados que deveriam compor o futuro país. “A espera pela Áustria é a morte da união alemã”, disse um parlamentar (Winkler, 2000, pg.119, V.I). No entanto, apesar dos avanços desse governo provisório (voto universal, mesmo que com exceção das mulheres, emancipação dos judeus e legalidade constitucional), a Paulskirche não tinha poder efetivo ou militar e os pequenos Estados ainda dependiam da Prússia e da Áustria. “Uma constituição sem valor e um governo sem poder” (Schulze, 1996, pg.86).

Em meio a revolução, exatamente em 21 de fevereiro de 1848, é publicado pela primeira vez o “Manifesto do Partido Comunista”. O partido lutara ao lado da burguesia, quando esta entrara revolucionariamente em ação, contra a monarquia absoluta e a propriedade feudal da terra (Manifesto IV). Mas a atuação de Marx ao longo da revolução se deu, tanto no plano teórico quanto prático, por meio do jornal intitulado como a Nova Gazeta Renana (*die Neue Rheinische Zeitung*), publicado entre junho de 1848 e maio de 1849. Editado pelo próprio Marx, o diário era sediado em Colônia, na província do Reno, uma das regiões mais bem desenvolvidas da Alemanha, onde regia o “burguês Código Napoleônico”, que permitia maior liberdade de imprensa em relação à legislação feudal e absolutista da Prússia (Engels, 1884). O leque das questões discutidas por Marx na Gazeta Renana é relativamente amplo. Entre os exemplos, estão as diferenças entre a revolução de fevereiro na França e a de março na Prússia. Nos dois casos, trabalhadores e burguesia se opuseram à monarquia. No entanto, a burguesia alemã desenvolveu-se de modo diferente da francesa e optou sempre por soluções conciliatórias com as forças feudais e absolutistas. Ao temer que o proletariado germânico pudesse chegar aos patamares franceses, a burguesia alemã aliou-se covardemente com a monarquia e a nobreza (Cotrim, 2002). Os artigos da publicação abordavam basicamente os temas mais críticos da revolução e contra revolução e das especificidades do caminho prussiano. Por conta de ameaças e perseguições do governo da Prússia, a última edição do jornal foi publicada, a pouco menos de um ano de seu primeiro aniversário, em 18 de maio de 1849, quando já tinha alcançado o número de 6 mil assinantes (Engels, 1884).

Apesar do fracasso da revolução, a constitucionalização da Prússia é, para Winkler (2000, pg.129, V.I), um fator que não pode ser desconsiderado no balanço dos acontecimentos de 1848. Resquícios do antigo absolutismo prussiano ainda continuaram presentes, principalmente no quesito militar, no entanto, a Prússia definitivamente não era mais um Estado absolutista depois da revolução. O que fracassou efetivamente foi o duplo objetivo liberal de ter um Estado livre e unificado ao mesmo tempo. A Alemanha ainda não era nem uma coisa nem outra.

1.2. União a Ferro e Sangue

Em 1850, a Alemanha se assemelhava com a dualidade do Deus Janus (Winkler, 2000, pg.131, V.I), uma face representava o período reacionário pós 1848 e a outra o florescimento da revolução industrial alemã. De 1850 a 1870 houve, principalmente na Prússia, um crescimento econômico vertiginoso, que criou condições para a futura questão da unificação. Nesse período, mais precisamente em 1862, entra em cena um personagem importante na formação do Estado alemão — Otto von Bismarck, uma figura de posição altamente conservadora e a própria personificação da contra-revolução, nomeado primeiro-ministro da Prússia por Guilherme I.

Assim que alcançou o cargo, advertiu: “As grandes questões da atualidade serão decididas não por discursos ou maioria de votos — esse foi o grande erro de 1848 — mas sim pelo sangue e pelo ferro” (Biermann, 2007, pg.137). O título de primeiro-ministro não era o objetivo de Bismarck, mas sim o meio pelo qual ele alcançaria sua proposta maior, ou seja, a consolidação da Prússia como potência e a expansão do seu poder em meio a uma Europa revolucionária (Schulze, 1996, pg.95). Com esse objetivo em mente, Bismarck orquestrou três guerras entre os anos de 1864 e 1871.

Em 1864, Bismarck atingiu junto com a Áustria um dos objetivos do movimento nacionalista de 1848, a subordinação dos territórios dinamarqueses Schleswig-Holstein ao governo austríaco-prussiano. Porém, dois anos depois, rápido como uma raposa, Bismarck envia suas tropas para a área de Holstein, ocupada pela Áustria, e pede no Parlamento Federal que esta seja excluída da Liga Alemã. Viena

respondeu com uma declaração de guerra e se aliou aos Estados de Sachsen, Hannover e Kurhessen. Ao lado da Prússia ficaram os pequenos Estados do norte. Com uma rápida vitória em Königgrätz, Bismarck impôs um acordo de paz. Sem muita opção, a Áustria concordou com a dissolução da liga e deixou a Prússia agir livremente sobre os territórios do norte.

Apesar de tida pelos liberais como sem escrúpulos, a política externa do primeiro-ministro funcionou, pelo menos na perspectiva dos propósitos nacionalistas. Essa vitória de Bismarck, em 3 de julho de 1866, modificou pela primeira vez o mapa central da Europa sem a interferência das potências do Ocidente (envolvidas na Guerra da Crimeia), além de separar definitivamente o caminho da Áustria e da futura Alemanha. Assim terminava séculos de supremacia do Império Habsburgo e a Prússia sedimentava sua estabilidade e hegemonia — trabalho começado em 1740 com Frederico, o Grande, exatamente com a anexação dos disputados territórios de Schlesien. Depois desse episódio, a Prússia fundou a Liga do Norte, em que exerceu poder ilimitado, e ainda anexou Hannover, Kurhessen, Nassau, Frankfurt e Schleswig-Holstein.

Quatro anos após o conflito com a Áustria, Bismarck encontrou na guerra franco-prussiana sua grande oportunidade para levantar os ânimos nacionais e unificar o país. Nos bastidores do conflito estava a sucessão do trono espanhol, após o fim da dinastia dos Bourbons. Fato é que o primeiro-ministro da Espanha ofereceu à família Hohenzollern (da Prússia) a sucessão do trono, proposta entendida como uma ameaça pela França. Por trás das cortinas, Bismarck incentivava o acirramento do problema, pois o veto francês a um integrante da casa Hohenzollern acenderia a fúria que ele tanto precisava. Um conflito nesse momento era o que o aristocrata prussiano necessitava para ultrapassar a imobilidade da questão da unificação alemã. Em 1892, dois anos depois do seu desligamento, Bismarck afirmou a importância desta guerra. “Sem a vitória sobre a França, não seria possível alcançar a união do *Reich* bem no centro da Europa e o poder adquirido atualmente” (Winkler, 2000, pg.202, V.I).

Essa guerra foi altamente popular. Alemães do norte e do sul, que há quatro anos lutaram entre si, agora tinham um mesmo objetivo militar: derrotar um dos opositores históricos da unificação alemã. Professores e jornalistas, poetas e pastores religiosos lembravam constantemente da guerra de libertação contra Napoleão

Bonaparte (de 1813 a 1815) e inflamavam os corações nacionalistas. A unificação do país, tão almejada desde 1848 (mesmo que de formas diferentes) estava cada vez mais próxima. Em 1 de setembro, as tropas francesas foram derrotadas na Batalha de Sedan. Napoleão III, o sobrinho de Bonaparte e imperador dos franceses, foi capturado. A vitória das tropas germânicas era incontestável. Porém, a humilhação dos franceses ainda não havia terminado. Em 18 de janeiro de 1871, no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, Guilherme I da Prússia foi coroado *Kaiser* do Império Alemão, surgia o II *Reich*. A Bavária foi o último Estado a aderir à união em 21 de janeiro.

Foi assim que nasceu a Alemanha, da guerra e do sangue, fortemente marcada pelo espírito militar e autoritário da aristocracia agrária prussiana. Esses nobres proprietários de terra impuseram à sociedade seu modelo político institucional militar e autoritário, apoiado de certo modo pela burguesia liberal, que internamente não possuía condições suficientes para desenvolver uma tradição revolucionária e democrática (Loureiro, 2005, pg.24). Para a historiadora Isabel Loureiro, o predomínio da Prússia no processo de unificação do país também trouxe fortes consequências no plano cultural:

“Em contraste com os países do outro lado do Reno, a sociedade alemã se formou num ambiente dominado pela tradição militar de comando e obediência – e pela glorificação da força” (...) “Não por acaso, os estudiosos da época são unânimes ao apontar no alemão médio traços de submissão e servilismo em relação aos de cima, compensados pela agressividade com os de baixo. É com essa matéria prima psíquica que será moldada mais tarde a massa amorfa dos pequenos nazistas. (...) A Alemanha do Segundo Império era um Estado moderno industrializado numa velha casca política autoritária e semi-feudal” (Loureiro, 2005, pg. 24-25).

1.3. O Primeiro Estado Alemão

Nada era possível na recém-nascida Alemanha sem o acordo do governo da Prússia. Cada um dos 25 Estados tinha um sistema eleitoral próprio e elegia um Parlamento local (Landtag). Na Prússia, os eleitores eram divididos de acordo com seus bens em três classes distintas. O Poder Executivo ficava nas mãos do imperador e do chanceler, que prestava contas de suas decisões somente ao *Kaiser*. Já o

Legislativo era exercido via *Reich* pelo Conselho Federal (Bundesrat) composto pelos 25 Estados, mas na prática era dominado pela Prússia (que presidia o conselho) e pelo Parlamento (Reichstag). O resultado desse sistema era o domínio da aristocracia militar prussiana nas decisões do país. Ao contrário de uma monarquia parlamentar, como a Inglaterra, o *Reichstag* não podia escolher ou interferir nas decisões do governo. Para o historiador Andreas Wirsching, por conta dessa falta de compromisso constitucional do *Reich*, ainda era possível falar em um *Sonderweg*²¹ alemão, mesmo no começo do século XX (Wirsching, 2001, pg.17).

A classe dominante do *Reich* queria todos os avanços de uma sociedade industrial capitalista da época, mas sem as mudanças políticas estruturais correspondentes. Essa relação era realmente destoante. De 1871 a 1910 o aumento populacional foi de 20 milhões de pessoas²² e o país passou por um grande processo de urbanização. As ferrovias triplicaram em apenas 40 anos, colocando a Alemanha no centro da malha europeia, sem contar com a construção das redes fluviais e o desenvolvimento do sistema financeiro e de crédito. No entanto, a questão social, assim como em toda Europa industrializada, ainda era um problema. Nesse contexto surge a social-democracia²³ (SPD, da sigla alemã) e suas críticas latentes às péssimas condições dos trabalhadores. À época, Bismarck costumava dizer que contra a social-democracia (vista como uma força desestabilizadora) só serviam os soldados. O grande crescimento dos eleitores do SPD (de 350 mil em 1874 para 4,25 milhões em 1912) sinalizava as mudanças estruturais na economia alemã no âmbito da industrialização e urbanização.

Porém, as origens da social-democracia alemã remontam ao ano de 1863, quando Ferdinand Lassalle, fundou a “Associação Geral dos Trabalhadores Alemães” (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*). Entre as ideias defendidas pela organização estavam o sufrágio universal, a unificação do país via Prússia e o Estado como um organismo acima dos interesses privados. No entanto, o fim da propriedade privada não estava em discussão. Mais radicais que Lassalle, August Bebel (1840-1913) e Wilhelm Liebknecht (1826-1900) criaram em 1869 em Eisenach – o “Partido

²¹ Termo cunhado pelo historiador para designar o caminho particular alemão em relação às outras democracias europeias.

²² *Deutsche Welle*: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,890198,00.html>

²³ *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD)

Operário-Social Democrata Alemão”. Em pauta estavam as posições socialistas, internacionalistas, defesa da política realizada de baixo para cima e a crítica à unificação da Alemanha via hegemonia prussiana. O nome pelo qual o partido entrou na história, Partido Social Democrata Alemão (SPD), foi dado ao grupo somente em 1890 (Loureiro, 2005, pg.33). Desde esse período está expressa a dicotomia entre reforma e revolução que marcou o partido até a I Guerra Mundial.

De acordo com dados apresentados por Wirsching (2001, pg.10), a social-democracia era em 1913 o primeiro partido do *Reich* com 110 de 397 deputados. Apesar disso, como explicado anteriormente, tinha pouca força política por conta do engessado sistema de representação alemã. Em 1914, o SPD já possuía um milhão de filiados, 30 mil militantes profissionais (entre eles a jovem da ala revolucionária, judia e polonesa Rosa Luxemburg), 10 mil funcionários, 203 jornais e 1,5 milhão de assinantes. Entre os outros partidos do *Reich* estavam também os liberais de esquerda (*Linksliberalen*), que representavam a burguesia, professores, funcionários públicos, advogados e profissionais liberais. Esse grupo defendia o liberalismo econômico, mas achava que este não bastaria por si só, se as massas não tivessem meios materiais e educativos. Destacavam-se no programa dos liberais de esquerda pontos como o imperialismo, liberalismo, evolução do parlamentarismo, intervenção social do Estado e reformas que se assemelhavam às da ala moderada do SPD.

Apesar das bases sociais dos liberais nacionais (*Nationalliberalen*) se aproximarem à dos liberais de esquerda, os nacionalistas tinham uma postura fortemente anti-socialista e eram contra a parlamentarização do *Reich*. Winkler (2007, pg.142) explica que até 1871 o termo nacionalista estava associado às ideias anti-feudais, anti-dinásticas, anti-particularistas, liberais e progressistas. No entanto, dez anos mais tarde, o termo representava conceitos antiliberais, antimarxistas, anti-internacionalistas e geralmente também anti-semitas. Por fim, os conservadores representavam os interesses das antigas posições de poder: monarquia, burocracia e militarismo. Eram, coerentemente, anti-liberal, anti-social e anti-parlamentar.

Em 1890, depois da demissão de Bismarck, Guilherme II (neto de Guilherme I, seu reinado foi de 1888 até 1918) deu início a uma fase expansionista para recuperar o tempo perdido na corrida imperialista. Enquanto Bismarck, após as três guerras que conduziram à unificação do país, queria garantir a nova ordem alemã e

assegurar seus territórios por meio de uma tentativa de estabilizar a ordem europeia (Görtemacker, 2009, pg.5), Guilherme II focou na conquista de novos mercados para a economia alemã.

Conhecida como *Weltpolitik*, esta política foi amplamente apoiada pela direita que criou em 1891 a Liga Pangermanista (*Alldeutscher Verband*). Composta por industriais, professores universitários, militares, jornalistas e políticos, a proposta da organização era difundir entre o povo as ideias de conquista. O nacionalismo, mobilizado durante a formação do *Reich*, aliado e incentivado também pelo *boom* industrial, se tornaria um problema social. Para a historiadora Isabel Loureiro, acreditava-se que as virtudes de um povo (que se considerava superior), detentores dos mais talentosos homens da cultura e dos mais competentes gerais, era a justificativa do direito de aumentar seu espaço vital por meio de conquistas.

“Essa ideologia, difundida pelos discursos do imperador e os cursos do historiador nacionalista (e anti-semita) von Treitschke, penetrou fundo na população. O nacionalismo exaltado, beirando o chauvinismo, aliado a um anti-semitismo difuso (os judeus sendo identificados como grosseiros acumuladores de dinheiro), deixou profundas raízes na sociedade alemã” (Loureiro, 2005, pg. 27).

Em 1900, Guilherme II duplicou o poderio marítimo alemão e aguçou não só a rivalidade com a Inglaterra, mas com todas as outras superpotências. Mesmo que o imperialismo tardio da Alemanha, no final do século XIX e começo do XX, não fosse uma consequência direta da sua mentalidade militar e agressiva, foi assim que o passo do imperador foi lido pelas outras nações, que se agruparam contra o *Reich* (Görtemacker, 2009, pg.5). Um barril de pólvora, movido por ideais expansionistas estimulados pela necessidade de acumulação do capital. Assim se resumia o continente europeu. A disputa imperialista das grandes nações, em que a Alemanha foi a última a alcançar o seleto grupo, explica a luta por uma nova partilha do mundo. A faísca saiu nos Bálcãs, terra do decadente Império Otomano, onde se sobrepunham interesses nacionais e religiosos da Rússia e do Império Austro Húngaro. Após o assassinato do sucessor do trono austríaco Francisco Ferdinando, em 28 de junho de 1914, em Sarajevo, uma sucessão de declarações de guerras e disputas diplomáticas pôs fim ao frágil equilíbrio europeu. No início de agosto, em boa parte do continente, as tropas foram mobilizadas e os primeiros combates começaram.

Durante a I Guerra Mundial, o Kaiser Guilherme II afirmou não conhecer mais nenhum partido político, somente alemães. As declarações de guerra geraram grandes manifestações nacionalistas, e isso ocorreu em todos os países envolvidos. Em poucos dias, multidões de jovens se amontoavam diante dos postos de alistamento, apresentando-se voluntariamente para lutar.

Na Alemanha, desde o início do conflito, os militares passaram a dar as cartas e o exército acreditava que, se levassem as batalhas em duas frentes, logo seriam vitoriosos. Até mesmo a social-democracia alemã que historicamente se opunha à guerra foi tomada pelo sentimento de união nacional, que invadiu os ânimos de todo país, até do proletariado. Na perspectiva de Wirsching (2001, pg.27) a posição do SPD frente à guerra foi um marco no rumo da história da social-democracia alemã e do socialismo europeu. No dia 4 de agosto de 1914, a bancada do SPD votou em favor da guerra solicitada pelo *Reich*. O voto de Karl Liebknecht, o filho do fundador do SPD, foi o único voto contra. Esta data marca, segundo Loureiro, a conversão da política do SPD à união nacional (*Burgfrieden*) e o abandono do princípio marxista e da luta de classes tanto no aspecto prático (o que para a historiadora já não era nenhuma novidade) quanto no plano teórico. Tanto que Rosa Luxemburg afirmou em tom de ironia: “Proletariado de todos os países, uni-vos na paz, e degolai-vos na guerra” (Loureiro, 2005, pg.43).

Por fim, o plano de expansão de Guilherme II foi por água abaixo com os resultados da I Guerra Mundial. A derrota militar, em novembro de 1918, foi acompanhada pela mudança política. Desacreditados e desmoralizados, imperadores e príncipes deixaram seus tronos sem esboçar quase nenhuma resistência. Entre a proclamação da República e o fim da I Guerra Mundial, ocorreu uma reunião do conselho para discutir a crise em que o país se encontrava. Estavam presentes o imperador Guilherme II, os generais Paul von Hindenburg e Erich Ludendorff, além do secretário de assuntos estrangeiros Paul von Hintze. Este último propôs mudanças orquestradas “de cima”, o que significava na prática a transição para uma monarquia parlamentar. Para ele, isso evitaria, tendo em vista a situação caótica da Alemanha, uma revolução popular como ocorreu na Rússia em 1917.

1.4. A frágil e conturbada República Weimar

Quando não havia mais dúvidas sobre a derrota da Alemanha na guerra, a responsabilidade da tragédia recaiu sobre a maioria dos partidos do *Reichstag* (social-democratas, o centro católico, liberais de esquerda e o progressista Partido do Povo), que um ano antes proclamara a paz negociada. Pelo menos esta era a visão dos grupos de direita e do general mais forte do militarismo alemão, Erich Ludendorff (Winkler, 2007, pg.145).

Portanto, eles deveriam assumir agora as condições da trégua e o acordo de paz (Winkler, 2007, pg.145). O príncipe Max von Baden foi nomeado chanceler do *Reich* e no dia 3 de outubro de 1918 começou o primeiro regime parlamentar da história da Alemanha. A criação de um governo democrático e legitimado pelo povo também era uma das exigências do presidente estadunidense Woodrow Wilson para negociar o cessar fogo. Um choque para a população que até o momento era enganada sobre os resultados das batalhas com falsas propagandas.

No entanto, essa tentativa de fortalecer o Parlamento veio tarde demais. Uma avalanche de passeatas e protestos populares, que começou com o levante da marinha em Kiel, logo tomou conta do país. A partir daí todo o aparato estatal foi paralisado. Surgiram os conselhos de operários e soldados liderados pelo SPD e pelo USPD²⁴ (Partido Social Democrata Alemão Independente, sigla em alemão) que passaram a comandar sem esperar a ordem das autoridades. Observação: o USPD foi o resultado da racha do SPD em janeiro de 1917. A direção da social-democracia, encabeçada por Friedrich Ebert e Philipp Scheidemann, expulsou a oposição nesta época por conta das divergências a favor da paz. Desde então eles passaram a ser chamados de majoritários MSPD²⁵ (Partido Social Democrata Alemão Majoritário, sigla em alemão) em contraposição aos independentes USPD. Dentro do USPD haviam dois grupos revolucionários: os delegados revolucionários e a Liga Spartakus, liderada por Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht (ironicamente, filho do fundador do SPD em 1869). Apesar das ambiguidades, eles permanecem no USPD até dezembro de 1918, quando aliados ao grupo de esquerda de Bremen fundam o KPD²⁶ (Partido Comunista

²⁴ *Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschland*

²⁵ *Merheitssozialdemokratische Partei Deutschland*

²⁶ *Kommunistische Partei Deutschland*

Alemão).

Foi com esse pano de fundo que a Alemanha dormiu Império e acordou República. A revolução e a greve geral de grandes empresas se espalharam por Hamburg, Bremen, Hannover, Köln, Düsseldorf, Leipzig, Frankfurt, München e chegou em Berlim no dia 9 de novembro de 1918. Em meio ao tumulto, o príncipe Max von Baden passou o cargo de chanceler a Ebert. Por volta de duas da tarde, o social-democrata Scheidemann proclamou, do balcão do *Reichstag*, a “República Alemã”. Dubiamente, somente 120 minutos depois, na mesma data, Karl Liebknecht declarou a “República Socialista Alemã”.

Para solucionar o problema, Scheidemann chama o USPD para compor o governo, aliança que durou pouco, somente até dezembro do mesmo ano. Nesse mês, os movimentos das massas se radicalizaram, as greves eram constantes, o desemprego latente e os conselhos (uma criação espontânea dos trabalhadores sem vínculos partidários) se enfraqueciam cada vez mais. Era inviável o trabalho conjunto dos majoritários e independentes, que divergiam não só quanto aos rumos da revolução, mas também em questões como a do papel dos militares e do alto comando. A gota d’água foi mais um problema com a marinha às vésperas do Natal. Na noite do dia 23 para 24 de dezembro, o ex-general da Guerra (von Schüch) recebeu carta branca para reprimir o movimento e restabelecer a ordem. Contra tal medida, o USPD deixou o governo.

A saída do USPD aproximou os majoritários da direita, fazendo-os estabelecer cada vez mais alianças com a antiga burocracia militar prussiana. Uma explicação para este comportamento é dada pela historiadora Isabel Loureiro (2005, pg.67): a revolução de novembro era vista pelo SPD como problemática, pois atrapalhava a ordem e a solução dos problemas do pós-guerra, como as negociações de paz e a reintegração dos soldados à economia. Assim, parecia coerente que o SPD e o governo de colisão considerassem importantes o apoio das elites do Império, como a alta burguesia, oficiais e empresariado. Apesar de serem controlados por social-democratas, majoritários ou independentes, os conselhos eram tidos como um perigo à ordem.

Por isso, Scheidemann pressionou o máximo que pode para levar o movimento revolucionário ao tranquilo espaço das urnas. Assim como Winkler, Loureiro (2005,

pg.68) também concorda que os conselhos não conduziram a uma bolchevização da Alemanha (desculpa usada para a repressão) e que a traição do SPD frente ao seu próprio programa (verdadeiramente social-democrata, não comunista como queriam os mais radicais do USDP ou a Liga Spartakus), gerou uma radicalização das massas. Tanto é que no dia 1 de janeiro de 1919, durante o congresso oficial de fundação do KPD, o partido votou a favor do boicote às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que ocorreria no dia 19, por considerar a República um governo burguês. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que apesar de terem respeitado a maioria do partido, eram a favor das eleições. Infelizmente, não viveram para ver o resultado das urnas. Foram brutalmente assassinados pelas tropas de repressão de Gustav Noske, ministro da defesa e membro do próprio SPD, em 15 de janeiro de 1919.

Paradoxalmente, os representantes da velha ordem (a nobreza e oficiais prussianos, proprietários de terra e homens ligados à indústria pesada), que sempre eram chamados para reprimir os movimentos populares, também não se afinavam com a República. Monarquistas e anti-parlamentares, eles a consideravam um “mal necessário” (Loureiro, 2005) para manter a ordem. Porém, apesar dos descontentamentos da esquerda e da direita, a Assembleia Nacional se constituiu em 6 de fevereiro de 1919, em Weimar, longe da tumultuada Berlim. Ebert foi eleito o primeiro presidente da República.

Sete meses depois das eleições em janeiro, a primeira na Alemanha em que mulheres, jovens e soldados também participaram, foi promulgada em 14 de agosto a Constituição de Weimar, escrita pelo jurista de esquerda Hugo Preuss com a colaboração de Max Weber. Em pontos importantes havia uma ligação com as ideias democráticas do movimento de 1848: igualdade perante a lei, liberdade de pensamento e sufrágio universal. Porém, o artigo 48, que dava poderes excepcionais ao presidente (eleito diretamente pelo povo a cada sete anos) em caso de ameaça à segurança do *Reich*, foi a brecha para problemas futuros, especificamente em 1930 e 1933, quando Hitler chegaria ao poder. Esse parágrafo significava o direito do presidente de dissolver o parlamento, decretar estado de sítio, suspender direitos fundamentais e governar por decretos leis.

Depois da opinião pública tomar conhecimento das imposições do duro

Tratado de Versalhes, houve uma radicalização também dos movimentos da direita, que de 1919 a 1923 tentaram uma série de golpes e ataques à República. Um dos parágrafos do tratado atribuía à culpa da guerra à Alemanha para justificar a exigência de pesadas indenizações (132 bilhões de marcos), conforme nota divulgada em Paris, em 1921. No entanto, não foi somente essa cláusula que indignou os conservadores: a Alemanha também perdeu 1/8 de seu território, todas as colônias africanas, o exército foi limitado a 100 mil homens e a aliança com a Áustria estava proibida. A classe média, que culpava o SPD pela desvalorização do marco, alinhou-se com a direita. Também tiveram a mesma postura os militares alemães, influenciados pelos conturbados resíduos da monarquia. Autoritários, humilhados não só pela derrota na guerra, mas pelo próprio Tratado de Versalhes, tais militares apoiaram todas as tentativas para reinstalar a monarquia ou uma ditadura de direita.

A partir de 1925 houve uma redução na onda anti-republicana por conta de certa estabilidade alcançada via capital externo, o que possibilitou a reestruturação da economia, modernização das fábricas e aumento produtivo. Uma figura importante para a realização de tais políticas foi o influente ministro de Assuntos Estrangeiros (de 1923 a 1929) Gustav Stresemann. Nesse período, o marco alemão foi estabilizado numa fração de 100 milhões para um dólar. Quando Ebert, primeiro presidente republicano, faleceu em 1925, a República sofreu seu primeiro baque. Em seu lugar foi eleito o candidato da direita, e defensor dos interesses do Império, marechal Hindenburg, que para surpresa de todos seguiu à risca a constituição. A última vitória do *Reichstag* ocorreu três anos depois com a formação da coalizão com os partidos burgueses. Aliança que durou somente até março de 1930, quando a situação política começou a desandar.

1.5. Hitler chega ao poder

Altamente dependente do capital externo e com uma economia voltada para a exportação, a Alemanha foi, depois dos Estados Unidos, o país mais atingido pela crise econômica iniciada em 1929. Com o agravamento da situação no cenário internacional, era difícil também conseguir matéria prima, o que diminuiu a produtividade e culminou no fechamento de indústrias e em demissões em massa. Em 1932, o número de desempregados alcançava 6 milhões de pessoas. Foi nesse cenário que a democracia parlamentar deu seu último suspiro. Por conta de um impasse sobre

o aumento do seguro desemprego, o chanceler social-democrata Hermann Müller pediu demissão e a grande colisão republicana caiu por terra.

Hindenburg nomeou então Heinrich Brüning, deputado do centro, como chanceler. Seu governo não contava com a maioria parlamentar e sempre foi baseado em decretos apoiados pelo artigo 48 da constituição²⁷. O fracasso dos partidos republicanos, na perspectiva do historiador Hagen Schulze (1996, pg.157), era um sintoma do colapso da República Weimar e do conflito partidário que seguiria. De 1930 a 1933, em meio à crise, foi esquematizado um método, digamos, anti-democrático de liderança. Primeiramente, o chanceler trazia uma medida polêmica ao Parlamento que era negada. Em seguida, com base no artigo 48 decretava-se estado de sítio e impunha-se a vontade do Poder Executivo. Depois, com apoio do artigo 25, o Parlamento era dissolvido e o estado de emergência novamente renovado. Em 60 dias, o chanceler convocava então novas eleições para o *Reichstag*²⁸. Com esse sistema, não foi difícil para o nacional-socialismo orquestrar uma ditadura nos próximos meses.

Após a primeira dissolução do parlamento, Brüning chamou novas eleições para setembro de 1930. E o resultado foi avassalador: o Partido Nazista de Hitler (NSDAP, em alemão)²⁹ conseguiu 107 cadeiras, a segunda maior fração do *Reichstag* atrás somente do SPD e à frente do Partido Comunista (KDP). Dois anos antes, o Partido Nacional Socialista possuía somente 12 assentos. Em 1932, o grupo cresceu vertiginosamente e conseguiu 230 cadeiras. A classe média, composta por empregados e funcionários, que se sentia ameaçada com o desemprego em massa e aumento dos impostos, alinhou-se ao lado da extrema direita radical. Eleitores dos partidos burgueses passaram a votar nos nazistas. Outros trabalhadores desempregados mantiveram-se fiéis à esquerda. A propaganda de Hitler se colocava contra o “capitalismo predador”, ou seja, os bancos e as grandes instituições financeiras. Essas ideias aliadas à insanidade da ideologia de raça atingiram fortemente os judeus, vistos como grandes financiadores de crédito. Essa simplicidade de raciocínio, associada às condições psicológicas da derrota na guerra e à situação

²⁷ O artigo 48 permitia a dissolução do Parlamento e o uso de decretos emergenciais.

²⁸ *Bundeszentrale für politische Bildung:*

http://www.bpb.de/publikationen/EZLPWP,2,0,Zerst%F6rung_der_Demokratie_19301933.html#art2

²⁹ *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*

material em declínio³⁰, foram o solo propício para a semente da insensatez do nacional-socialismo.

Nas eleições presidenciais de 1932, Hindenburg foi reeleito aos 85 anos, mas ficou surpreso com o número de ex-membros da elites prussiana que defenderam publicamente a candidatura de Hitler, o segundo lugar das urnas. Em 30 de janeiro de 1933, o presidente nomeia Hitler chanceler do *Reich*. Em 27 de fevereiro, o prédio do *Reichstag* é misteriosamente incendiado, o que serviu de justificativa para a abolição de direitos fundamentais, conquistados lentamente desde a revolução de 1848. O episódio serviu de justificativa para que os nazistas prendessem pessoas, mesmo com ausência de provas, inspecionassem apartamentos privados, correspondências e conversas telefônicas e censurassem os jornais. O KPD entrou na ilegalidade e o SPD fez uma série de concessões para conseguir se manter no poder, chegando ao cúmulo de concordar em expulsar os judeus da organização, que sempre contribuíram intelectualmente com o partido, desde sua formação. Segundo levantamentos do historiador Stephan Malinowski, quase todas as famílias da elite da Prússia estavam ligadas ao NSDAP. Os postos de comando das forças paramilitares SA e SS eram também majoritariamente ocupados por nomes da nobreza (Winkler, 2007, pg.150).

Winkler (2000, pg.554, V.I) fala no desfecho do primeiro volume de sua obra “O Longo Caminho para o Ocidente” de suas impressões sobre a chegada de Hitler ao poder. Para ele, o ano de 1933 trazia à memória uma situação milenar. O termo *Reich*, que já estava quase extinto, foi imposto ao mundo. Assim, o nacional-socialismo tentava estabelecer laços de continuidade com o Sacro Império Romano Germânico. Todos passaram a se referir à Alemanha dessa maneira. Segundo o historiador, a principal ponte entre grande parte dos intelectuais alemães e Hitler foi o mito do *Reich*. Com a queda do multiétnico Império Austro Húngaro após a I Guerra Mundial, a solução da “pequena Alemanha”, poderia não ser a palavra final da história. Para tais intelectuais o *Reich* significava muito mais que o Império de Bismarck ou a República Weimar. Hitler se colocou então como a personificação da vontade da nação e como conhecedor do anseio de dissipar a humilhação de Versalhes e outros rebaixamentos. E ele estava convencido de que a luta para resgatar a Alemanha

³⁰ Bundeszentrale für politische Bildung:
http://www.bpb.de/publikationen/EZLPWP,2,0,Zerst%F6rung_der_Demokratie_19301933.html#art2

implicava o conflito com os judeus. Quando Hitler foi nomeado chanceler, surgiu a oportunidade para que ele moldasse o país, de acordo com sua mentalidade deturpada.

Não é o objetivo aqui e também não seria possível uma explicação profunda das condições que permitiram a proliferação das ideias do nacional-socialismo. Porém, muitos historiadores alegam que a primeira democracia alemã poderia não ter afundado e Hitler não teria chegado ao poder se tivesse ocorrido uma verdadeira ruptura com o estado autoritário do passado. Winkler (2007, pg.146) concorda com essa perspectiva e coloca a revolução alemã que derivou da República Weimar como um dos episódios mais controversos do país. Para ele, era sim possível, mesmo durante o período revolucionário, dar o primeiro passo rumo à democratização da administração e alcançar a lealdade de um exército republicano. Em outras palavras, a social-democracia tinha muito mais margem de ação do que imaginava durante as decisivas semanas entre a queda da monarquia e as eleições da Assembleia. Fato é que a falta de ousadia da política social-democrata custou caro: veio o III *Reich*, outra derrota mundial e a perda não só da unidade nacional, mas também da soberania.

1.6. Nacional-Socialismo e II Guerra Mundial

As eleições de 5 de março de 1933, após mais uma manobra de “estado de sítio” do presidente Hindenburg para dissolver o Parlamento e escolhê-lo novamente, foi a última considerada “semi-livre” pelos historiadores (Wirsching, 2001, pg.57). Praticamente 40 milhões de pessoas, um recorde, ou seja, 88,8% dos eleitores, foram às urnas. O NSDAP por pouco não alcançou maioria absoluta, mas ainda assim era o partido mais forte do parlamento, com 43,9% de representatividade. Uma decepção para Hitler. Porém, aliado aos 8% do conservador DNVP³¹ (Partido Nacional do Povo Alemão), Hitler se manteve no poder. Depois das eleições, Joseph Goebbels, ministro do *Reich* para o esclarecimento do povo e propaganda, organizou uma cerimônia que ficou conhecida como o “Dia de Potsdam”. O evento ocorreu no coração da Prússia, na *Garnisonkirche*, ao lado dos túmulos de Frederico o Grande, e seu pai, o “Rei Soldado”. Começava ali uma verdadeira simbiose entre o movimento nacional-socialista, personificado na figura de Hitler, e o conservadorismo patriótico das elites prussianas, apoiado na imagem do presidente Hindenburg. Essa “cena

³¹ *Deutschnationale Volkspartei*

governamental” deixou claro que o movimento de Hitler estava baseado na velha tradição de Bismarck e a nova Alemanha seria construída sobre a glória do passado prussiano (Bönisch, 2008, pg.70).

E, fatalmente, o país caminhava cada vez mais para um ditadura. Após o “Decreto para a Proteção do Estado e do Povo”³², de 23 de fevereiro de 1933, que aniquilou os direitos básicos dos cidadãos e levou inúmeros comunistas e social-democratas para a prisão, um passo rumo ao abismo ainda estava por acontecer. A sessão parlamentar de 23 de março começou às 14h05 na Beliner Kroll Oper, já que o prédio original do *Reichstag* fora incendiado. Nesse dia, a primeira democracia alemã, que já estava meio capenga, chegou certamente ao seu fim. Atrás do púlpito, sobre a cabeça dos oradores, uma grande suástica ornava o ambiente. Homens da SS e SA (que desde janeiro tinham sido nomeados como ajudantes da polícia) assistiam à entrada dos parlamentares no plenário que não estava completo — 107 membros do KPD e SPD não compareceram com medo de represálias. De qualquer forma, o KPD já havia sido banido para os porões da ilegalidade. Apesar disso, essa ausência foi fraudulentamente considerada como inexistente, o que na prática mostrava a impossibilidade de um boicote à votação daquele dia.

Tratava-se de um ato de “legalização pseudoparlamentar” de uma ditadura (Wirsching, 2001, pg.59). O *Reichstag* se despediu naquela sessão de sua função primordial: a aprovação das leis não passaria mais pelo seu crivo. Agora a atividade legislativa também estava nas mãos do Executivo como mais uma forma de “manter a ordem”. Mesmo antes de chegar ao poder, a anulação das funções parlamentares era um objetivo perseguido por Hitler, que se mostrava cansado de depender dos decretos de exceção e estado de sítio proclamados pelo presidente Hindenburg. Esse foi o primeiro passo rumo ao tortuoso caminho ditatorial do nacional-socialismo. Dali para frente, as leis não precisariam mais estar em compasso com a constituição e o nacional-socialismo passou a ter todos os instrumentos em mãos para enraizar e disseminar seu poder sobre o aparato do Estado. Em frente aos nazistas e funcionários da SA, Otto Wels, chefe do SPD e primeiro-ministro da Prússia, tentou em seu último discurso um apelo à democracia: “Nenhuma lei lhes dará o poder de esmagar ideias

32

Verordnung zum Schutz von Volk und Staat

que são eternas e indestrutíveis”³³ (Bönisch, 2008, pg.63).

Palavras corajosas, mas sem sucesso. Em 07 de abril de 1933 foi decretada a “lei de restauração da função pública” (Wirsching, 2001, pg.59) que proibia a participação de não-arianos no serviço estatal. Ainda no mês de abril, professores na mesma condição foram demitidos e médicos perderam suas licenças. A formação de novos partidos estava proibida por lei desde julho de 1933 e no outono do mesmo ano já não havia mais nenhuma organização política legalizada que fizesse oposição ao NSDAP. E a situação só tendia a piorar. Uma série de decretos em cascata culminou na expansão dos tentáculos do nacional-socialismo em todas as escalas sociais e políticas. Em maio, os sindicatos foram exterminados e os trabalhadores obrigados a se filiar ao oficial “Frente de Trabalho Alemão³⁴” (DAF, da sigla alemã), dirigido por Robert Ley. Em pouco tempo, o DAF se tornou a maior organização nazista com 23 milhões de pessoas (Bönisch, 2008, pg.72). E a mobilização social não parou por aí. A força de assimilação do partido também era avassaladora — em 1935 eram 2,5 milhões de funcionários, número que alcançou 8 milhões alguns anos mais tarde. Os filhos dos associados ao NSDAP também eram cooptados pela organização jovem do partido, a HJ (*Hitlerjugend*). Assim, o NSDAP de Hitler não era somente um fenômeno de crença do povo, mas também um movimento juvenil (Schulze,1996, pg.159).

Foram esses mesmos jovens, geralmente vestidos com uniformes da SA, que assistiram ao lado do propagandista Goebbels, à queima de pelo menos 20 mil livros em uma praça ao lado da Ópera do Estado, na avenida Unter den Linden. Escritores alemães como Erich Kästner, Heinrich Heine e Thomas Mann tiveram suas obras reduzidas à cinzas. É baseado nesse panorama macabro que historiadores como Andreas Wirsching (2001, pg.70) explicam a vertiginosa expansão do poder nazista — o segredo estava na instrumentalização do Estado e sua administração pelo regime. Tal ideologização e consolidação do nazismo a partir de 1935 disseminou entre todos os níveis sociais as duas principais crenças de Hitler: o anti-semitismo e a expansão territorial. Somente quatro dias após sua nomeação como chanceler, Hitler já falava,

³³ *Kein Ermächtigungsgesetz gibt ihnen die Macht, Ideen die ewig und unzerstörbar sind, zu vernichten.*

³⁴ *Deutsche Arbeitsfront*

mesmo que somente para generais do exército, em conquista de países ao Oriente da Europa. Para Schulze (1996, pg.172) ele já tinha em mente não só a grande guerra, mas também a revisão do Tratado de Versalhes, a invasão de outros países, assim como sua política racial e expansionista.

De fato, em 16 de março de 1935, Hitler rompeu com o Tratado de Versalhes e proclamou o rearmamento do país, assim como a restauração do serviço militar obrigatório. Um ano depois, o exército invadiu a desmilitarizada região da Renânia (Rheinland), sem que França ou Inglaterra tenham protestado formalmente. Desde 1936, começava a preparação formal rumo a uma economia de guerra para por em prática o plano mirabolante de Hitler de conquistar a Europa Oriental (Schulze, 1996, pg.174). Em março de 1938, as tropas alemãs, com apoio dos nazistas locais, ocuparam Viena. Tratava-se da aplicação da política do *Anschluss*, que defendia a união política com a Áustria. A ocupação militar nazista não encontrou resistência. Pelo contrário. A anexação produziu explosões de felicidade por boa parte de ambas as populações — a ruptura de 1866 caía por terra e o ideal de uma “Grande Alemanha” idealizada pelos liberais na revolução de 1848 se concretizara. Porém, para judeus, liberais, católicos e socialistas (presos da noite para o dia) a incorporação da Áustria ao III *Reich* foi um pesadelo. Pior, Hitler não se contentaria somente com isso. Em 1939 ele invade a Polônia. Na sequência de fatos, França e Inglaterra declaram guerra à Alemanha, o que marca o início da II Guerra Mundial, que se estenderia até 1945, com o trágico desfecho já conhecido.

Para Hitler, a guerra e a expansão do *Reich* eram não só necessárias, mas também faziam parte de um objetivo legitimado pela tradição (Wirsching, 2001, pg.74). Pretensão que até 1942 parecia plausível para o ditador. Paralelamente à tomada de territórios na Europa oriental, construiu-se meticulosamente um aparato de aniquilação e terror. Já no final de 1941, Heinrich Himmler (chefe da Gestapo em Berlim desde 1934) organizou a construção do campo de extermínio em Belzec na Polônia. Até o verão de 1942, Treblinka e Sobibor já compunham a lista da maquinaria sistemática de extermínio. E foi na “Conferência do Wannsee” em 20 de janeiro de 1942 que o plano de aniquilação de todos os judeus da Europa se

formalizou (Wirsching, 2001, pg.82)³⁵ — uma reunião ultra secreta da cúpula do Hitler e não uma conferencia de Estado ou mesmo partidária. O aperfeiçoamento do aparato de destruição foi desenvolvido principalmente em Auschwitz-Birkenau, que entrou para história como símbolo da desumanização no século XX e custou a vida de pelo menos 6 milhões de judeus em toda Europa.

1.7. Pós-Guerra e Guerra Fria

Depois que as primeiras tropas russas alcançaram Berlim em meados de abril, a capitulação alemã não demorou. Para Wirsching (2001, pg.86), o dia 8 de maio de 1945 significou simultaneamente destruição e libertação, perda e esperança, derrota absoluta e a possibilidade de uma nova perspectiva sob a ambivalente história alemã. Naquele momento, se a Alemanha como um país continuaria existindo era uma pergunta secundária para a população comum, que tinha como objetivo imediato a sobrevivência. Na conferência de Potsdam em 17 de julho de 1945, os três grandes poderes, a chamada coalizão anti-Hitler, se reuniu no castelo *Cecilienhof* na atual capital do Estado de Brandenburg para decidir o futuro da Alemanha. Em outras palavras, entrava em vigor a divisão do país provisoriamente em áreas militares de influência. A separação territorial decidida previamente, em fevereiro, na Conferência de Yalta, se manteve: a administração militar soviética³⁶ (SMAD, em alemão) ocuparia os Estados de *Meckenburg, Sachsen, Thüringen, Brandenburg e Sachsen-Anhalt*. A linha dos rios Oder e Neisse delimitariam as novas fronteiras entre Polônia e Alemanha. Cerca de 12 milhões de alemães deixaram os territórios perdidos durante a guerra rumo ao Ocidente, o que resultou na maior explosão demográfica da recente história alemã (Wirsching, 2001, pg.87).

Para o jornalista e historiador berlinense Peter Bender (2008, pg.13) foi esquecido (ou reprimido) que as causas para o destino alemão e tudo que se passou depois de 1945 é responsabilidade do próprio país. Sem a guerra iniciada pela Alemanha, não haveria a humilhante derrota, a divisão de um só povo ou até mesmo a Guerra Fria. Porém, poucos políticos ousaram dizer isso. Ao contrário da I Guerra Mundial, em que a responsabilidade unicamente alemã pode ser questionada, a culpa

³⁵ O terrível plano que assumiu formas concretas durante a conferência foi chamado de “*Endlösung*”, solução final.

³⁶ *Sowjetische Militäradministration in Deutschland (SMDA)*

da II Guerra Mundial era irrefutável.

Por isso, com o intuito de fazer com que a Alemanha nunca mais ameaçasse seus vizinhos ou a manutenção da paz no continente, também foi previsto em Potsdam a desmilitarização, desnazificação (*Entnazifizierung*), descentralização e democratização do país. Um tribunal militar em Nuremberg deveria conduzir o julgamento dos responsáveis pelos crimes contra a humanidade. Enquanto o alto comando do nacional-socialismo era condenado por essa corte internacional, os aliados baniram os pequenos funcionários da administração pública. E como as tradicionais e conservadoras elites prussianas perderam toda sua influência política nos últimos doze anos de ditadura nazista, o país se encontrava de fato frente a um novo recomeço. Esse é um dos primeiros pontos que diferenciava a primeira democracia alemã da que nasceria em breve – a ausência da tão enraizada elite prussiana (Wisching, 2001, pg.88). Políticos democratas da antiga República Weimar voltaram do exílio ou foram libertados dos campos de trabalho. Como o sistema parlamentar não era mais uma questão e sim uma certeza, diferentemente do término da I Guerra Mundial, novos partidos políticos começaram a proliferar já na metade de 1945. Somente um mês após a capitulação, a administração soviética permitiu o funcionamento de partidos políticos e sindicatos.

Na zona de ocupação britânica (Hannover), o SPD se reorganizou sob a liderança de Kurt Schumacher. Já o SPD oriental foi encabeçado por Otto Grotewohl, Gustav Dahrendorf e Engelbert Graf. Dos resquícios dos antigos liberais DDP³⁷ e DVP³⁸, surge no sul da Alemanha o Partido Democrático Livre (FDP, da sigla em alemão)³⁹ comandado por Theodor Heuss. Totalmente nova, a União Democrática Cristã (CDU, sigla alemã)⁴⁰ se organiza em torno da figura do prefeito de Köln Konrad Adenauer. No recém-criado partido eram representados os cristãos burgueses das mais diversas posições políticas, desde liberais até conservadores (Schulze, 1996, pg. 195). A fusão do SPD oriental com o Partido Comunista Alemão (DKP), em 22 de abril de 1946, ocorrida sobre pressão da administração russa, deu origem ao Partido

³⁷ *Deutsche Demokratische Partei* (DDP)

³⁸ *Deutsche Volkspartei* (DVP)

³⁹ *Frei Demokratische Partei* (FDP)

⁴⁰ *Christlich Demokratische Union* (CDU)

Socialista Unificado da Alemanha (SED, da sigla em alemão)⁴¹. O preço desta união foi a própria unidade do SPD, pois muitos membros no Ocidente se posicionaram contra, tendo em vista os crimes de Stalin e a dizimação até mesmo dos próprios bolcheviques pelo ditador.

Essa divisão do SPD entre Ocidente e Oriente prenunciou a do próprio país (Bandeira, 1992, pg.67). Questões como a indenização da guerra dividia opiniões e gerava conflito entre os aliados. Enquanto França e URSS tinham visões semelhantes, EUA e Inglaterra não queriam repetir o mesmo erro do Tratado de Versalhes. O governo estadunidense também via com preocupação a precária situação econômica na Europa como um caminho para levantes de teor socialista. Brevemente, a Alemanha se tornaria palco dos principais roteiros encenados durante a Guerra Fria. A avalanche dos fatos começou quando os EUA propuseram em julho de 1946 (na contramão da Conferência de Potsdam) a unificação econômica das quatro áreas de influência para facilitar o abastecimento da população, e a URSS os acusaram de utilizar medidas econômicas de expansão imperialista (Schulze, 1996, pg.197).

Em resposta, mesmo sob o risco de uma cisão do país, os EUA e a Inglaterra formaram a *Bizone*, em 1 de janeiro de 1947. A área francesa aderiu à união econômica em 8 de abril do mesmo ano. Nesse meio tempo, a população, mais preocupada em conseguir suas refeições diárias, não percebia o que estava por ocorrer (Schulze, 1996, pg. 198). Para conter a ameaça vermelha do Oriente, os EUA anunciaram em 5 de junho de 1947 o Plano Marshall — programa de ajuda econômica ao continente europeu composto por disponibilidade de crédito, alimentos e matéria-prima. Porém, a adesão ao plano e a consequente reconstrução econômica exigia também uma reforma monetária, anunciada pelo ministro das Finanças da Alemanha Ocidental Ludwig Erhard em junho de 1948. Entrava em circulação o Deutsche Mark, com uma relação bem mais estável entre a oferta de papel e o seu valor monetário correspondente.

Da noite para o dia o mercado negro desapareceu e as prateleiras estavam novamente cheias. Quem não ficou muito contente foi a União Soviética que, em resposta às novas medidas econômicas e à quebra dos acordos da conferência de

⁴¹ Sozialistische Einheitspartei Deutschland (SED)

Potsdam, bloqueou todo o acesso terrestre à Berlim Ocidental. No dia 23 de junho o fornecimento de energia fora cortado por completo. Em frente ao conflito, o ministro britânico das Relações Exteriores Ernest Bevin declarou que entregar Berlim assim “de mãos beijadas” significaria perder a Europa Ocidental (Schulze, 1996, pg. 199). E para a surpresa de Moscou, as potências ocidentais construíram a grande ponte aérea (*Luftbrücke*). Em onze meses de bloqueio, um total de 200 mil voos evitou o padecimento e a fome com a entrega de pelo menos 500 milhões de toneladas de alimentos, carvão e materiais de construção (Schulze, 1996, pg. 199). A cada dois minutos pousava um avião em Berlim Ocidental, fluxo tão intenso que o aeroporto Tegel foi construído em apenas três meses. A medida durou até 12 de maio de 1949.

Alguns dias depois, em 23 de maio do mesmo ano, os aliados ocidentais promulgaram a Lei Fundamental, uma constituição provisória escrita por um conselho parlamentar. Nascia assim a República Federal da Alemanha (RFA)⁴², com sede em Bonn e dirigida por Konrad Adenauer (CDU). Do outro lado da cidade, a União Soviética, que ocupava Berlim Oriental, fundou a República Democrática Alemã (RDA)⁴³. Walter Ulbricht foi nomeado secretário-geral do SED e Otto Grotewohl primeiro-ministro. Dali seguiriam longos 40 anos de separação. A Alemanha passou a simbolizar a divisão do mundo em dois blocos políticos, econômicos e ideologicamente antagônicos.

1.8. Uma nação dividida

“Eu amo tanto a Alemanha que estou satisfeito que haja duas” (Bender, 2008, pg. 3) disse ironicamente o romancista francês e prêmio Nobel de literatura François Mauriac. Porém, tal perspectiva de duplicidade não era a mesma para todos. Na década de 1980 já havia a polêmica em torno do termo correto para uma possível união do país. Reunificação ou nova unificação? O problema é que para a maioria dos alemães ocidentais, a República Federal tinha se tornado o que seu próprio nome dizia: a Alemanha. As outras terras do outro lado do Elba eram simplesmente a República Democrática Alemã (RDA). Essa ambiguidade tem suas raízes nos diferentes caminhos que os dois Estados percorreram ao longo dos 40 anos de separação.

⁴² *Bundesrepublik Deutschland* (BRD)

⁴³ *Deutsch Demokratische Republik* (DDR)

Na RFA, Konrad Adenauer iniciou o mais rápido que pode sua política de integração com o Ocidente para reconquistar a capacidade de diálogo com seus vizinhos, a começar pela França. A possibilidade de reunificação do país não era uma ideia distante e poderia sim fazer parte dos planos. Porém, as surpresas impostas pelos desdobramentos da conjuntura internacional inviabilizaram a agenda de Adenauer. Políticos do Ocidente entraram em estado de alerta quando a Coreia do Norte invadiu sua companheira ao Sul, em junho de 1950. Como não poderia deixar de ser naquele contexto, tal ataque foi lido pelo bloco capitalista como uma ofensiva do Kremlin em nome da “cruzada vermelha”. Ou seja, uma ameaça que poderia culminar em um terceiro conflito mundial (Schulze, 1996, pg. 203). Enquanto isso, na Alemanha Oriental, o exército começava a reaparecer sobre a máscara da polícia do povo. A solução encontrada do outro lado do continente foi a criação da Comunidade Europeia de Defesa⁴⁴ (EVG, da sigla em alemão) com contingente de tropas francesas, italianas, países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) e da própria RFA. Já em maio de 1950 começara um plano secreto em Bonn para a montagem de um exército da porção ocidental (Schulze, 1996, pg.204). Foi assim que com sua hábil política externa, Adenauer conseguiu a assinatura de um contrato para igualdade de direitos da Alemanha em relação a recém-criada comunidade.

Entretanto, nem todos eram a favor desse processo de integração alemã com o Ocidente. Adenauer encontrou críticos não só na oposição do SPD, mas também dentro do próprio governo (CDU). Havia quem defendesse uma ruptura com a política de integração com o Ocidente em prol de uma Alemanha unificada, mesmo que neutra e com soberania limitada. A oportunidade veio no começo do ano de 1952 com a proposta de Stalin para a reunificação do país com a condição de que a Alemanha se mantivesse neutra, sob o comando dos aliados e com um governo democrático (seja lá o que isso significasse para o ditador). Olímpicamente rechaçada, a intrigante oferta gera polêmica até os dias de hoje. Será que o governo Adenauer deixou passar uma oportunidade para modificar a história do país? Quais eram as verdadeiras intenções de Stalin? Como a notificação russa ocorreu nos meses decisivos em que a RFA entrava para a Comunidade Europeia de Defesa, acredita-se que o Kremlin tenha tentado impedir a assinatura do contrato no “último minuto do segundo tempo”.

⁴⁴

Europäische Verteidigungsgemeinschaft

Fato é que a marcha da integração já não tinha mais volta. Em 5 de maio de 1955, a RFA foi aceita na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Liga Militar criada em 4 de abril de 1949 sob comando dos EUA. Aos olhos alemães, a entrada da RFA para o grupo significou certo avanço, apesar das concretas limitações ainda existentes (leia-se a presença de tropas aliadas no país e a desistência de projetos nucleares). Por outro lado, na perspectiva dos membros da Otan, tratava-se de uma estratégia de manter os Estados Unidos cada vez mais perto da Europa Ocidental, a Rússia cada vez mais longe e a Alemanha sob controle⁴⁵ (Schulze, 1996, pg.206). E além da integração (mesmo que parcial) no âmbito militar, o processo se estendeu para as áreas econômica e política. Quando Winston Churchill, em seu discurso de 16 de dezembro de 1946, falou em uma união nacional europeia, a ideia ainda era muito distante e vista com desconfiança. Entretanto, a realização de tal “disparidade” não tardou a ocorrer. O continente que até então guerreava entre si, uniria as forças que sobraram de seus destroços para uma futura comunidade. O primeiro passo nesse sentido foi a criação do Tratado sobre a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço de 1951. Em seguida veio a Comunidade Econômica Europeia, em 1957, e a RFA embarcara no mesmo trem dos acontecimentos.

Para Schulze (1996, pg.208), o sucesso desta política de integração teve outras consequências. Pela primeira vez a Alemanha (mesmo que parte dela) alcançou uma estabilidade democrática. Ao olhar para trás, o historiador se questiona, como a República Weimar teria se desenvolvido se Ebert, Stresemann e até mesmo Brüning tivessem o mesmo apoio das tropas vencedoras assim como conseguiu Konrad Adenauer. Outro fato aliado à estabilidade da RFA foi o milagre econômico alemão. Além do Plano Marshall, que entre os anos de 1948 e 1952 injetou 1,4 bilhão de dólares na economia da RFA, a Guerra na Coreia permitiu que o país aumentasse suas exportações. O Estado de bem-estar alemão, na forma que conhecemos hoje, também fora colocado em prática nesse período. Mesmo com os bons tempos, havia, como sempre, representantes da extrema direita e esquerda, mas eles não tinham a menor chance eleitoral. Bonn não era Weimar (Schulze, 1996, pg.209). O slogan da campanha do CDU de Adenauer e seu ministro da Economia Erhard era “Bem-estar para todos”, “Sem experimentos”.

⁴⁵ Em palavra do secretário-geral da OTAN Lord Ismay: “*to keep the Americans in, the Russians out and the Germans down*”.

Do outro lado do Elba, a situação na RDA não era assim tão promissora. Além das pesadas reparações de guerra, a URSS ainda removeu 2/3 das indústrias químicas e de siderurgia para seu território (Bandeira, 1992, pg.68), causando sérios danos à economia já fragilizada no pós-guerra. A conjuntura política, por sua vez, também não era um exemplo de transparência. Dois anos após a criação do SED, precisamente em 1948, quando o marechal Tito, na Iugoslávia, rompeu com o Kremlin, a URSS impôs ao governo da RDA uma forte bolchevização do partido, baseado no conceito de “centralismo democrático”. Na prática, a medida significou uma forte submissão do SED ao PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e gerou uma “ação de limpeza”, com a expulsão de 150 mil membros (Fritsche, 2004, pg.75). O Comitê Central do partido escolhia os membros do Politburo e controlava assim o Estado e a sociedade. Para assegurar o domínio do partido e da administração militar soviética, foi fundado o Ministério para Segurança do Estado⁴⁶ (Stasi, da sigla alemã), em fevereiro de 1950. O aparato de controle e espionagem foi construído aos moldes da russa *Tscheka* (abreviação para Comissão Extraordinária para Combate à Contra-revolução e Sabotagem).

Na segunda conferência do SED, em julho de 1952, foram anunciadas medidas para a construção do socialismo como a coletivização das terras, investimento na indústria pesada (baseado nos planos quinquenais da URSS) e aumento das normas de trabalho sem remuneração extra. Um ano depois, em 1953, o Politburo adotou o “novo curso” econômico para melhorar a qualidade de vida da população (que se mantinha abaixo da RFA), mas manteve o aumento das determinações trabalhistas. A insatisfação geral culminou no levante de 1953, que começou em 16 de junho com a greve dos trabalhadores em Berlim e se espalhou no dia seguinte por todo o país. Com o auxílio do aparato de repressão russo, o SED conseguiu reprimir as manifestações com um saldo de 25 mil presos e 42 condenações à morte (Bandeira, 1992, pg.77). Apesar da liquidação dos protestos, o acontecimento de 1953 não foi em vão. A população e o regime conheceram suas virtudes e fraquezas e a partir daquele momento o SED percebeu como a situação material era importante para a manutenção da ditadura do partido (Schulze, 1996, pg.212).

A insatisfação de um lado e os holofotes das vitrines repletos de boa

⁴⁶

Ministerium für Staatssicherheit (MfS)

propaganda do outro gerou até o ano de 1961 um fluxo humano para o Ocidente de quase 3 milhões de pessoas, a maioria com idade inferior a 25 anos. Com o problema em vista, já em outubro de 1958, o novo todo poderoso do Kremlin Nikita Khrushchov exigiu que os aliados desocupassem Berlim Ocidental em seis meses. Em resposta, o presidente estadunidense John Kennedy formulou três condições essenciais para levar adiante tal exigência: liberdade da população, presença das tropas ocidentais e livre acesso aéreo, fluvial e terrestre. Com os ânimos desgastados e nervos à flor da pele, os integrantes do Pacto de Varsóvia decidiram de 5 a 7 de agosto iniciar a construção de uma barreira física. Na noite de 12 para 13 de agosto começava a surgir o muro de Berlim, um símbolo da conversão da cidade em um campo de batalha da Guerra Fria. “Não é uma solução muito boa, mas é muito melhor que uma guerra⁴⁷”, disse o presidente dos EUA. Porém, a declaração do secretário-geral do SED, Walter Ulbricht, durante uma conferência de imprensa em Berlim Oriental, em 15 de junho de 1961, soou ainda mais cínica: “Ninguém tem a intenção de levantar um muro⁴⁸”.

Em 17 de agosto do ano seguinte, um incidente próximo ao ponto de controle aliado, conhecido como Checkpoint Charlie, causou comoção nacional. Numa tentativa desesperada de fuga, o operário Peter Fechter, que pertencia às tropas fronteiriças da RDA, foi gravemente ferido por seus próprios colegas e caiu na linha ocidental. Soldados estadunidenses não reagiram ao episódio (pois diziam que isso não era problema deles) e o jovem de 18 anos sangrou ali até a morte (Winkler, 2000, pg.207, V.II). O caso de Fechter radicalizou ainda mais os ânimos da opinião pública sobre as trinta mortes que já tinham ocorrido até então. Para agravar ainda mais o entrave, a RFA não reconhecia a RDA e se colocava como a única representante dos alemães. Conhecida como doutrina Hallstein, a Alemanha Ocidental cortava relações com todos os países que aceitassem diplomatas enviados pela RDA. Nesse momento, nunca foi tão incerto se a Alemanha um dia voltaria a ser um Estado Nacional. Apesar disso, não faz sentido culpar a política de integração ao Ocidente, pois a reunificação na década de 1950 seria às custas de uma hegemonia soviética na Europa.

⁴⁷ *It's not a very nice solution... But hell of a lot better than a war*

⁴⁸ <http://www.youtube.com/watch?v=rWldbVuDGeY&feature=related> e <http://www.chronik-der-mauer.de/index.php/de/Start/Detail/id/593837/page/4>

No lado ocidental, as coisas começavam a mudar, mesmo que lentamente. Em outubro de 1963, Adenauer renunciou ao cargo (ver o Caso Spigel- pg 84-85). O pragmatismo da era Adenauer como base necessária para a reconstrução do país ficara para trás e outro tom político começava a prevalecer. Tais mudanças foram sentidas no final dos anos 60 quando o SPD conseguiu 40% de aprovação no *Reichstag*, sua maior performance em toda a história do partido (Schulze, 1996, pg.216). É possível falar que a Era dos chanceleres Willy Brandt e Helmut Schmidt, de 1969 a 1982, foi complementar à Era Adenauer. Com a integração ocidental bem-sucedida, seus sucessores começaram a ampliar o diálogo com os países do leste, política conhecida como *Ostpolitik*. “Adenauer e Brandt cunharam os dois lados de uma mesma medalha” (Schulze, 1996, pg.217). Entre as principais propostas de Brandt, também ex-prefeito de Berlim Ocidental e presidente do SPD, estava a melhora nas relações com a URSS, Polônia e os países do Pacto de Varsóvia. Com esse objetivo, por exemplo, Bonn afirmou a inviolabilidade das fronteiras ao longo dos rios Oder e Neisse.

O ponto alto dos debates para os contratos orientais gerados pela *Ostpolitik*, que rendeu o Nobel da Paz a Brandt em 1971, aconteceu no Parlamento em 22 de março de 1972. Pela primeira vez, mais de um século depois, discutia-se calorosamente sobre quais territórios comporiam uma futura Alemanha. Houve quem defendesse, como a oposição democrática cristã, uma reunificação do país com as mesmas fronteiras de 1937, posição improvável com a assinatura de outros contratos de não-reivindicação territorial. Outro orador da oposição, Richard v. Weizsäcker, afirmava que todo político alemão deveria almejar o mesmo país fundado por Bismarck. O governo de coalizão buscava a amenização das relações políticas no continente mesmo a custo da reunificação do país? Esse objetivo ainda estava em pauta ou era um desejo ultrapassado? Após a reeleição de Brandt, concluiu-se o Tratado de Base (*Grundlagenvertrag*/1973) entre RDA e RFA em que os dois Estados abdicavam o uso da violência e garantiam o respeito mútuo territorial. “Dois Estados alemães em uma só nação”⁴⁹, afirmava Brandt. Pouco tempo depois, os dois Estados foram admitidos da Organização das Nações Unidas (ONU) e a RDA passou a ter relações diplomáticas com outros 68 países.

⁴⁹

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,958753,00.html>

O impasse no relacionamento Alemanha-Alemanha parecia resolvido. A receita de Brandt, “Mudança pela aproximação” (Schulze, 1996, pg.220) pautava a política externa da RFA mesmo com os altos e baixos nas tensões entre os protagonistas da Guerra Fria. Depois da sua midiática renúncia, após a descoberta da infiltração de um espião da RDA em Bonn, seu sucessor Helmut Schmidt enfrentou a polêmica crise dos mísseis. Em resposta ao desenvolvimento do SS-20 russo, o pragmático Schmidt apoiou a decisão de um rearmamento da Otan e o estacionamento de mísseis na Europa Ocidental. Movimentos pacifistas ficaram extasiados com a decisão e o impasse rompeu com a coalizão entre social-democratas e liberais, abrindo caminho para a chegada de Helmut Kohl (CDU) em 1982 no poder. O chanceler manteve duplamente o diálogo com o bloco do leste e também o rearmamento, mesmo contra a opinião pública.

Muitos capítulos dessa história ainda enfezariam os ânimos das potências ocidentais, como a invasão da URSS no Afeganistão no Natal de 1979 ou a lei marcial na Polônia contra o sindicato independente Solidariedade, em 13 de dezembro de 1981. Porém, a tensão estava com seus dias contados. O mundo estava prestes a aprender duas novas palavras chaves que trariam um clímax à narrativa: *Perestroika* e *Glasnost*. Kohl governou por dezesseis anos, um recorde maior que de Adenauer. Tempo suficiente para ver a repercussão da nova política orquestrada por Gorbachev e o suspiro final da ordem do pós guerra em 1989 e 1990.

Segundo Capítulo

A avalanche política de 1989

A história dos dois Estados alemães foi marcada por importantes eventos em curiosos ciclos de doze anos. Ambos surgiram em 1949 e tiveram seus territórios fisicamente divididos por uma barreira de concreto em 1961. Mais doze anos se passaram até 1973, quando o contrato de base registrou o reconhecimento e respeito mútuo entre a República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã. O ciclo deu-se então por encerrado em 1985, momento que Mikhail Sergeyevich Gorbachev chegou ao poder na União Soviética, com somente 54 anos, uma raridade entre a equipe política do Kremlin. A ascensão do novo líder soviético e suas novas ideias mudariam profundamente não só a conjuntura alemã, mas também todo o cenário internacional.

Até o momento — ao longo dos governos de Stalin, Khrushchov, Brejnev, Andropov e Tchernenko — havia um bastião leninista de dirigentes que mantinha a economia planificada e a não-distinção entre Estado e partido. Avesa até então a mudanças, a política externa do Kremlin assegurava a influência e força do SED na Alemanha Oriental. Por quarenta anos reinou a conformidade entre os governos de Moscou e da RDA: 380 mil soldados soviéticos estacionados na Alemanha Oriental garantiam não só a existência do Estado, mas também a segurança e manutenção da disciplina contra possíveis grupos revolucionários (Görtemaker, 2009, pg16). Porém, essa situação estava com os dias contatos. A partir de então, a RDA teria de governar somente com suas próprias forças.

Embora Gorbachev não tivesse uma concepção precisa sobre tais reformas e, por isso, muitas vezes atuou de forma contraditória e pouco homogênea (Görtemaker, 2009, pg.16), não dava para negar que seu modo de pensar era bem distinto em relação a de seus antecessores. *Glasnost* (abertura) e *Perestroika* (reestruturação) foram duas novas importantes palavras inseridas na conjuntura política da época, que passariam a estampar cada vez mais as páginas dos jornais. Não era sua intenção liquidar o socialismo, mas sim melhorá-lo (Görtemaker, 2009, pg.16). Na política

interna, seu objetivo era modernizar o processo de industrialização e torná-lo competitivo para superar a estagnação da era Brejnev. Nos últimos tempos a URSS se encontrava numa grave crise econômica, acirrada ainda mais pelos gastos exorbitantes da corrida armamentista e da invasão ao Afeganistão (uma ferida aberta como dizia o novo líder), iniciada em 1979 e até então sem previsão de término. Não havia saída mais racional que buscar o diálogo com as potências ocidentais para diminuir o desarmamento e conter os gastos desenfreados. Transparência e democratização nos processos de decisão (mesmo que parcialmente) era o que entrava em pauta com a *Glasnost* e *Perestroika*. Gorbachev precisava convencer o mundo, principalmente os EUA, de que após quarenta anos de Guerra Fria ele não queria somente uma nova fase de relaxamento nas tensões, mas sim o fim do conflito leste-oeste. Quem estava realmente convencido das intenções do novo dirigente do Kremlin era o ministro das Relações Exteriores da RFA. Em fevereiro de 1987, Hans Dietrich Genscher declarou: “vamos levar o Gorbachev a sério e entender suas palavras ao pé da letra” (Bender, 2008, pg.216).

“Precisamos de democracia, assim como de ar para respirar”, disse Gorbachev no plenário do Comitê Central em 28 de janeiro de 1987. O novo líder soviético repetiu em outras palavras o que Friedrich Engels afirmou em 1865 — “nenhum movimento trabalhista é possível sem liberdade de imprensa, sindicatos e direito à reuniões” (Winkler, 2000, pg.448, V.II). Cento e vinte e dois anos depois, o homem no topo do PCU trouxe à arena de discussão as mesmas ideias da dupla marxista, mas os dirigentes do partido não tinham em mente mudanças assim tão radicais como romper com o leninismo. Nesse sentido, não se tratava de uma democracia aos moldes ocidentais, mas, pelo menos, um afrouxamento na ditadura (Winkler, 2000, pg.448, V.II).

Gorbachev também não acreditava que a revogação da Doutrina Brejnev traria consequência tão difíceis para o bloco socialista (Görtemaker, 2009, pg.17). Arquitetada durante a Primavera de Praga em 1968, esta era uma regra que justificava a intervenção militar soviética e a restrição à soberania e à autodeterminação dos países do Pacto de Varsóvia, caso seus governos estivessem sob ameaça. Trata-se de um “instrumento do passado”, disse o líder russo (Görtemaker, 2009, pg.17) que acreditava na necessidade urgente de reformas em todo o bloco, principalmente por razões econômicas. Em 1987, durante um discurso exatamente em Praga, Gorbachev

deixou claro pela primeira vez em público o que significava a revogação de tal fundamento: “Nós não esperamos que todos copiem nosso sistema. (...) A independência de cada partido, a responsabilidade e direito de responder de forma soberana pelo seu povo, são para nós princípios irrevogáveis” (Görtemaker, 2000, pg.17). Aliado a isso, a eliminação dos subsídios aos países do Pacto de Varsóvia — que em 1988 alcançaram 37 bilhões de rublos (Bandeira, 1992, pg.99) —, um luxo que a URSS não podia mais bancar, conduzia os países do bloco socialista à abertura e reajuste de suas economias. Em tons de gracejos durante uma visita de Gorbachev à Finlândia, o porta-voz soviético Gennadi Gerassimow explicou a mudança na política do Kremlin — A Doutrina Brejnev fora substituída pela Doutrina Sinatra, aos moldes da popular canção do artista “*My Way*” (Görtemaker, 2000, pg.17).

Enquanto a Hungria e a Polônia usaram a *Glasnost* e a *Perestroika* como uma chance histórica para se libertar das amarras de Moscou, outros Estados se sentiram ameaçados com os novos pensamento de Gorbachev. O governo da Tchecoslováquia ainda estava marcado pelos traumas da repressão em 1968 e temia pela unidade do país. A RDA, por sua vez, detinha uma ideologia de Estado bem mais rígida — por falta de uma identidade nacional, elementos marxista-leninistas tinham um significado muito maior na RDA do que em qualquer outro país do Pacto de Varsóvia (Winkler, 2000, pg.467, V.II). Não houve, nem na Tchecoslováquia, nem da RDA, um movimento de oposição em massa como o Solidariedade na Polônia, surgido no início da década de 1980.

Desse modo, o novo curso da política moscovita não comoveu Honecker “Vocês querem *Glasnost* e *Perestroika* ou prateleiras cheias?” (Bandeira, 1992, pg.99), dizia. De fato, o *standard* de vida da RDA era um dos melhores entre os países do bloco do leste. Para evitar que a alta dos preços do mercado internacional afetasse o consumo interno, o SED manteve pesados subsídios, que somente entre os anos de 1982 a 1985 aumentaram de 16,8 milhões de rublos para 40,6 milhões. “Qual dos países socialistas no mundo vai melhor que nós?”, gabava-se (Bandeira, 1992, pg.99). Somente após a queda do chefe do partido é que o endividamento e a profundidade da crise econômica deixada para trás pelo poderoso ministro das Finanças Günter Mittag foi levada a público e escandalizou até mesmo os próprios membros do SED. Entretanto, não era só a rigidez econômica que se mantinha

engessada na RDA. Honecker seguia ainda com sua política linha dura. Em junho de 1987, a polícia do povo e a Stasi, liderada por Erich Mielke, foram para cima de jovens que se aglomeravam aos arredores do Portão de Brandemburgo para ouvir um show de rock que rolava do outro lado do muro (Winkler, 2000, pg.468, V.II). Ainda no mesmo ano, precisamente em novembro, a Stasi invadiu a “biblioteca do meio ambiente”, abrigada por críticos do regime, dentro da igreja Zionskirche, no centro de Berlim.

Durante a tradicional passeata em memória a Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, em 17 de janeiro de 1988, grupos independentes a favor da paz e dos direitos humanos levantaram cartazes com os dizeres de Rosa: “Liberdade é sempre liberdade daqueles que pensam diferente” (Winkler, 2000, pg.468, V.II)⁵⁰. O resultado foi uma onda de prisões e expulsões — entre os envolvidos estavam a dramaturga Freya Klier e o cantor de “modinhas” Stephan Krawczyk, que ao chegar na RFA em fevereiro declarou não ter deixado a RDA por livre e espontânea vontade. No entanto, repercussão mesmo teve a decisão tomada em novembro de 1988. Os assinantes da revista russa Sputnik pararam de recebê-la em suas casas. A proibição veio por conta de um artigo do mês de outubro que tornava público o pacto entre Hitler e Stalin de 1939 e a divisão das esferas de interesses entre o III *Reich* e os soviéticos. A proibição da Sputnik foi, até então, a negação mais dura da RDA em relação à *Glasnost*. Tal medida foi totalmente coerente com a declaração que Kurt Hager, funcionário do SED, deu a revista de Hamburgo Stern em 1987: “se seu vizinho comprar novos tapetes, você também se sente na obrigação de renovar a tapeçaria?” (Winkler, 2000, pg.468, V.II).

A questão dos direitos humanos e a antipatia de Honecker frente às novas reformas eram questões pouco abordadas na relação Alemanha-Alemanha. O chanceler Kohl criticava o SED muito raramente e mesmo assim com bastante cautela. O ex-chanceler Willy Brandt, à época a frente do SPD, tinha como regra em encontros com países socialistas, falar com confiança sobre temas espinhosos, mas evitar qualquer demonstração pública de solidariedade aos direitos humanos (Winkler, 2000, pg.469, V.II). Tanto que quando ele foi à Polônia, em 1985, à época das festividades dos 15 anos do Pacto de Varsóvia, se encontrou somente com o general

⁵⁰ „Freiheit ist immer Freiheit der Andersdenken“

comunista Jaruzelski. Ao contrário do que esperavam as forças de oposição, Brandt não visitou Lech Walesa, líder do Solidariedade e seu colega de Prêmio Nobel da Paz.

2.1. Reviravolta na Polônia e Hungria

Uma ilha isolada de ortodoxia em meio a um mar de mudanças políticas e econômicas. É assim que o historiador Manfred Görtemaker (2009, pg.18) descreve a RDA de Honecker nos últimos anos da década de 1980. O Leste Europeu se encontrava numa avalanche de reestruturação, radicalizada nos primeiros oito meses do ano de 1989. Tais mudanças teriam tanto impacto quanto a nova ordem estabelecida em 1945 ao final da II Guerra Mundial (Winkler 2000, pg.481, V.II). Na Polônia, por exemplo, novas greves assolaram e paralisaram o país. O Solidariedade, colocado na clandestinidade com a lei marcial de 1981, crescia cada vez mais nos bastidores, desafiando o governo do general comunista Jaruzelski. Sem o apoio da URSS e com a economia abalada — a inflação estava em 50% e faltava até papel higiênico (Sebestyen, 2009, pg.258) — não havia outra alternativa ao governo senão negociar e oferecer o diálogo à oposição. Assim, em fevereiro de 1989, ocorreu em Varsóvia a primeira e impactante mesa-redonda entre líderes do governo e do Solidariedade. Essa rodada de negociações anunciava as mudanças em curso. Dois meses após o encontro, três protocolos foram assinados — dos debates resultaram um plano para a economia de mercado, pluralismo social e igualdade, assim como independência dos sindicatos. Porém, nem tudo foi completamente satisfatório. As eleições seriam “semi-livres”, pois somente 35% das cadeiras da Câmara Baixa (Sejm) deveriam ser disputadas livremente. O restante estava reservado para os velhos comunistas e seus aliados (Sebestyen, 2009, pg.314), que tentavam dar a última cartada para salvar seus cargos políticos.

Na sequência, em 17 de abril, o Solidariedade foi novamente legalizado e começou a corrida contra o tempo para participar das eleições, marcadas para junho. Surpreendentemente, o resultado foi esmagador — a oposição conseguiu 33 das 35 cadeiras da Câmara Baixa, disputadas livremente, e 99 das 100 na Câmara Alta. O antigo general Jaruzelski foi escolhido como primeiro-ministro, mas ganhou apertado, pois nem todos os membros do Solidariedade tinham se convencido que manter o ditador em tal cargo era a melhor saída. Paradoxalmente, o recém-eleito presidente dos EUA George H. W. Bush convencerá o antigo líder comunista, que temia mais

uma humilhação eleitoral, a concorrer à presidência. Quem assumiu o cargo de primeiro-ministro em agosto foi Mazowiecki, antigo conselheiro de Walesa. Tratava-se de um compromisso histórico. Um presidente da antiga ordem e um primeiro-ministro não-comunista (Winkler, 2000, pg.482, V.II).

A Hungria também embarcou no trem dos grandes acontecimentos, embora a locomotiva não tenha sido conduzida exatamente pelo povo, mas sim pela camada dirigente. Em decorrência da reforma econômica na década de 1960, o país se abria cada vez mais para o Ocidente, até o ápice do processo em 1989. Apesar da relativa abertura econômica, as restrições à liberdade individual e o consumo precário fizeram com que o líder do partido János Kádár tivesse de renunciar. Em maio de 1988, o primeiro-ministro Károly Grósz, defensor de novas medidas políticas e econômicas, foi nomeado secretário-geral do Partido Comunista húngaro. Já em maio de 1989, os partidos políticos foram legalizados e somente um mês mais tarde começaram as mesas-redondas no estilo polonês entre governo e oposição. Três dias depois do início das rodadas de negociação, Imre Nagy, mártir da revolução de 1956, foi enterrado pela segunda vez, agora em público e com as honrarias necessárias. Entretanto, nenhuma outra medida teve tanto impacto na Alemanha Oriental, que se resguardava fechada em seu casulo, quanto a abertura das fronteiras entre a Hungria e a Áustria. Foram os húngaros que, no dia 2 de maio de 1989, fizeram a primeira fresta na “cortina de ferro”. E tal decisão doeu mais em Honecker que em Gorbachev. O então ministro das Relações Exteriores da RDA, Oskar Fischer, foi enviado a Moscou para protestar sobre a decisão e voltou para casa com a decepcionante resposta do líder soviético: “Não podemos fazer nada quanto a isso. É uma questão entre a RDA e a Hungria (Sebestyen, 2009, pg.305)”.

De fato, as cercas já estavam obsoletas e o custo para reconstruí-las alcançaria a casa dos 50 milhões de dólares, segundo o primeiro-ministro e economista húngaro Miklós Németh. Um custo alto e sem sentido para uma população que já possuía permissão para viajar — em 1989, 6 milhões tinham saído da Hungria, muitos rumo ao Ocidente, e pelos menos 25 milhões de turistas estavam entrando no país. O ministro do Interior István Horváth contou entre 200 e 250 casos de tentativas estrangeiras de fugas. Em relação aos húngaros, esse número caía para dez pessoas ao ano - muitas eram crianças com notas ruins na escola ou maridos fugindo de suas esposas (Sebestyen, 2009, pg.303). Pela primeira vez desde 1945, a “cortina de ferro”

foi colocada em xeque (Görtemaker, 2009, pg.21). Naquele verão, muitos turistas não voltaram para casa e a presença crescente de alemães orientais era nítida em Budapeste.

Em breve, a RDA teria razões ainda mais sérias para esbravejar. Németh e seu ministro das Relações Exteriores Horn viajaram secretamente para Bonn com o intuito de negociar com Kohl e Genscher. O encontro ocorreu no castelo Gymnich e marcou o rompimento da Hungria frente suas obrigações com o Pacto de Varsóvia. Ficara decidido que o governo húngaro legalizaria a partir de setembro a passagem dos alemães orientais pela fronteira austríaca. Em contrapartida, receberia uma generosa ajuda financeira da RFA. O impasse até o momento era que os alemães orientais se aglomeravam nas embaixadas da RFA e pediam passaportes da Alemanha Ocidental, mas mesmo assim não podiam deixar a Hungria. A razão era uma determinação entre os países do Pacto de Varsóvia. Entrada e saída deveriam ser feitas com o mesmo documento (Sebestyen, 2009, pg. 347). A Hungria quebrou esta regra também. “É uma traição ao socialismo”, dizia o chefe da Stasi Erich Mielke (Sebestyen, 2009, pg.375). Desde 25 de agosto, o país passou a pertencer à liga oriental somente em termos formais.

No entanto, não foi somente a posição de Moscou que conduziu Polônia e Hungria aos novos caminhos. Ambos Estados tinham percebido há tempos que a liberalização econômica e a democratização política era a única alternativa viável para evitar o colapso. E uma reforma nessa profundidade não poderia ser feita em confronto com a sociedade, mas sim com a tentativa de buscar sua compreensão. Tal trabalho só foi possível porque houve um entendimento dos dois lados e porque entre governo e oposição havia uma ponte: a identidade nacional (Winkler, 2000, pg.482, V.II). Por fim, em 1989, os governos comunistas na Hungria e na Polônia perdiam seus postos. Já na Romênia e Bulgária, assim como em Berlim ou Praga eles ocupavam postos perdidos. A partir de então, seria questão de tempo.

2.2. Desmoronamento do Partido Socialista Unificado (SED)

“*Wir wollen raus*” (nós queremos sair). A voz do povo ecoava pela RDA em meio ao turbilhão de protestos crescentes. Muitas outras pedras apareciam pelo caminho do SED. Agora, além das mudanças em cursos do Leste Europeu, o partido

tinha que lidar com o grande número de fugitivos e o surgimento de manifestações de massa em praticamente todas as cidades da RDA. No dia 8 de agosto de 1989, os representantes permanentes da RFA na Berlim Oriental tomaram uma decisão não usual. O prédio na Hannoverschen Straße foi fechado ao público. Dois dias depois, a embaixada da RFA em Budapeste também parou de atender. O mesmo ocorreu em 22 de agosto em Praga. O motivo era o crescente número de alemães orientais que ocupava as embaixadas da Alemanha Ocidental como forma de pressionar o governo a acelerar a autorização de viagens ao exterior.

Em 11 de setembro ocorreu o que a diplomacia húngara combinara com a RFA. As fronteiras entre Hungria e Áustria foram legalmente abertas. Resultado: até o final do mês, 25 mil (Winkler, 2000, pg.490, V.II) alemães emigraram⁵¹. Já na embaixada de Praga, a situação estava ficando insustentável. No meio de agosto, 40 pessoas ocuparam o prédio. Um mês depois esse número chegou a 400 e foram precisos somente mais dez dias para que 2 mil pessoas (Bender, 2008, pg. 227) se aglomerassem ali em busca do mesmo objetivo. No momento mais crítico, 6 mil alemães orientais tinham aderido à estratégia em Praga (Winkler, 2000, pg.490, V.II). O dilema dos refugiados foi tema da Assembleia Geral da ONU em 27 de setembro, com a participação dos ministros das Relações Exteriores Hans Dietrich Genscher (RFA), Eduard Schewardnadse (Moscou) e Oskar Fischer (RDA). O impasse foi solucionado no dia 30 de setembro, quando o governo do SED autorizou tais pessoas a deixarem a RDA. No mesmo dia, Genscher voou para Praga e deu a notícia pessoalmente aos refugiados com o intuito de diminuir a desconfiança e o medo em relação ao trajeto. Todos os trens saíam de Praga e passariam pela RDA, precisamente pelas cidades de Leipzig e Dresden, onde ocorria o confisco dos passaportes, antes de chegarem em Hof, na Bavária. Outros 700 refugiados na embaixada de Varsóvia também puderam seguir em frente. Dia 3 de outubro o SED suspendeu a não-necessidade de visto para a República Tcheca. Desse modo, impediu também que seus cidadãos chegassem até a Hungria, onde a passagem era legalizada. Foi a construção de mais um muro, de certo modo, e seus cidadãos tinham ainda mais motivos para se sentirem dentro de uma prisão (Winkler, 2000, pg.490, V.II).

“Wir bleiben hier” (Nós permaneceremos aqui), gritavam aqueles que queriam

⁵¹

O historiador Manfred Görtemaker fala em 32.500 fugitivos (2009, pg.24)

ficar e reformar a RDA. O aumento do fluxo de fugitivos era proporcional a intensificação das manifestações. A cidade de Leipzig, que desde junho fazia passeatas religiosamente todas as segundas-feiras para lembrar as eleições fraudulentas do mês de maio, não estava mais sozinha. No dia 2 de outubro, 20 mil pessoas saíram pacificamente da Igreja de São Nicolau (*Nikolaikirche*) e durante o trajeto exclamavam: “Gorbi, Gorbi”. Duzentos anos após a queda da Bastilha, o povo em Leipzig exigia novamente liberdade, fraternidade e igualdade (Winkler, 2000, pg.499, V.II). Grupos de oposição começaram a se formar. O mais antigo deles, a “Iniciativa para Paz e Direitos Humanos”, nasceu em 1986. Porém, foi três anos depois, em meio ao imbróglcio político da RDA, que surgiu o restante. Entre o mais conhecido deles estava o *Neues Forum*⁵² (Novo Fórum), fundado em 9 de setembro. Na proclamação do grupo, formado por artistas, cientistas e outros intelectuais, estava escrito: “Em nosso país, a comunicação entre Estado e sociedade está profundamente abalada” (Winkler, 2000, pg.491, V.II). Dois motivos ajudaram o *Neues Forum* a ser um dos grupos de oposição com maior ressonância. Além de ser o pioneiro na organização, foi também o primeiro a entrar em contato com a esfera pública (o que, na perspectiva de Winkler, naquele época era sinônimo de mídia ocidental), principalmente pelos canais da RFA (ARD e ZDF). Um outro aspecto é esclarecido pelo historiador e ex-integrante da organização Stefan Wolle. “Nós não nos posicionávamos nem pelo socialismo, nem pela economia de mercado. Não defendíamos a RDA nem a unificação do país” (Winkler, 2000, pg.493, V.II). Em suma, a declaração do *Neues Forum* correspondia aos anseios de todos aqueles que eram contra ao SED. Baseado no artigo 19 da constituição da RDA, que garantia a liberdade de organizações, o *Neues Forum* tentou pedir autorização em 19 de setembro para atuar legalmente. Dois dias depois receberam a negativa. Motivo alegado: o objetivo do grupo — que se entendia como uma plataforma política de toda a RDA para incentivar o diálogo entre Estado e sociedade — contradizia a constituição.

Três dias depois da fundação do *Neues Forum*, o *Demokratie Jetzt*⁵³

⁵² Fundadores do *Neues Forum*: a pintora Bärbel Behley, o físico Sebastian Pflugbeil, o biólogo molecular Jens Reich e sua esposa médica Eva Reich, Katja Havemann, a viúva de Robert Havemann, o padre protestante Hans Jochen Tische e o advogado Rolf Henrich.

⁵³ Fundadores do *Demokratie Jetzt*: Ulrike Poppe (que em 1982 criou junto com a pintora Bärbel Behley a iniciativa “Mulheres para a Paz”), o informático Ludwig Mehlhorn, o historiador

(Democracia Agora) publicava sua declaração em que afirmavam o fim do “Socialismo de Estado” e a necessidade de mudanças pacíficas e democráticas. O grupo formulou ainda as “Teses para a Reformulação Democrática na RDA”, um convite também a RFA para promover reformas em sua sociedade e possibilitar a nova união do país em uma casa comum do povo europeu (Winkler, 2000, pg.492, V.II). Em 2 de outubro nasce, na sequência, o *Demokratischer Aufbruch*⁵⁴ (Advento Democrático), com propostas embaladas por um tom mais ecológico e social. Na mesma data em que a RDA comemorou seu aniversário de 40 anos, 7 de outubro, surgia em Berlim o Partido Social Democrata da Alemanha (SPD, da sigla alemã) na RDA⁵⁵. O grupo desautorizava o SED a invocar a tradição do movimento trabalhista e exigia uma clara divisão entre Estado e sociedade, divisão de poderes, democracia parlamentar, pluralismo partidário, economia de mercado socialmente orientada, liberdade sindical e direito à greve. A linha de pensamento desse embrião de partido se assemelhava muito mais ao Programa Godesberger⁵⁶ do SPD ocidental do que ao governo do SED. Porém, como explica Winkler (2000, pg.493, V.II), muitos julgavam a criação de partidos políticos uma decisão precipitada e outros entendiam essa aproximação com o partido ocidental como um incômodo provocativo. A democracia exigida pelo *Neues Forum* e pelo *Demokratie Jetzt* deveria ter um caráter de movimento popular, mas não o rosto de um partido ocidental.

A Stasi, sob o controle de Erich Mielke, estava muito bem informada sobre o que se passava nos grupos de oposição e conseguiu infiltrar seus agentes, assim como os “trabalhadores não-oficiais” (informantes). Wolfgang Schnur, um dos fundadores e depois diretor do movimento *Demokratischer Aufbruch*, era, na verdade, um espião da Stasi. O recém-formado SPD também não escapou da mira da polícia secreta. Manfred Böhme, à frente do partido desde sua fundação em 7 de outubro, e depois presidente da organização em 1990, também colaborava com o aparato de repressão. Porque não houve intervenção é uma questão respondida pela própria Stasi em um

Wolfgang Ullmann e o diretor de cinema Konrad Weiß.

⁵⁴ Fundadores do *Demokratischer Aufbruch*: o padre protestante de Berlim Rainer Eppelmann, o padre de Wittemberg Friedrich Schorlemmer e o padre de Erfurt Edelbert Richter.

⁵⁵ Fundadores do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD): os padres Markus Meckel e Martin Gutzeit. Filiaram-se mais tarde o informático Stephan Hilsberg, o padre Steffen Reiche e a bióloga Angelika Barbe.

⁵⁶ Em 1959, após dez anos de era Adenauer, o SPD ocidental reformulou suas ideias marxistas e escreveu o Programa Godesberger. Informações detalhadas estão no site do partido: http://www.spd.de/Politik/grundsatzprogramm_home/

protocolo do departamento principal XX/4 em 21 de setembro — a aspiração da oposição se desenvolveu de tal forma que não era mais possível liquidá-la sem outras consequências (Winkler, 2000, pg.494, V.II).

No entanto, esse conturbado clima político era ignorado por Erich Honecker, que durante as celebrações dos quarenta anos da RDA, de 5 a 7 de outubro, não mencionou nenhum desses problemas em seus discursos para uma plateia de 4 mil convidados de 70 diferentes países (Götermaker, 2009, pg.25). Nenhuma palavra sobre fugas em massa ou protestos, mesmo que eles acontecessem ali mesmo ao lado de fora. Em uma conversa privada, no dia 7 de outubro, Gorbachev fez severas críticas à política da RDA avessa as novas mudanças em curso, mas os chefes de Estado não pareciam estar falando a mesma língua. “É importante não deixar o momento certo passar e perder a oportunidade (...) A vida castiga quem fica para trás”, dizia Gorbachev. “Nossa experiência com a Polônia e a Hungria nos convenceu. O partido é julgado quando não reage à vida” (...) “Só temos uma escolha: decidir antecipadamente” (Götermaker, 2009, pg.25). Assim pensava o líder soviético.

No mesmo dia, cerca de 200 manifestantes, a maioria jovens, se reuniram às 16h na Alexander Platz, em Berlim. Às 17h, com um grupo maior, composto agora por 300 pessoas, todos seguiram sentido Palácio da República, onde ocorria a recepção oficial com os homens de Estado. A repressão policial começou, primeiramente, logo quando Gorbachev e outros políticos convidados deixaram o palácio. Naquele momento, a manifestação, que já era composta por mil integrantes, dirigia-se para o bairro de Prenzlauer Berg, até a casa de serviços de notícias alemãs (*Haus des Allgemeinen Deutschen Nachrichtendienstes* - ADN). A repressão foi brutal – naquela noite, de 7 para 8 de outubro, 547 foram presos (Winkler 2000, pg.502, V.II). Os números são um pouco divergentes. Houve relatos de uma longa noite de interrogatórios e espancamentos nas mãos dos funcionários da Stasi (Sebestyen, 2009, pg. 387).

Um dos motivos para a violência massiva em Berlim era intimidar os grupos de oposição em Leipzig que preparavam a manifestação da próxima segunda, 9 de outubro. Porém, apesar do clima sombrio, eles decidiram seguir em frente. O medo era que o governo do SED reprimisse a próxima passeata nos moldes chineses. As declarações de Egon Krenz, vice-presidente do Conselho de Estado desde 1984, em

solidariedade ao governo chinês depois do massacre dos estudantes, na Praça da Paz Celestial, em 4 de maio, soava bastante desconfortável. E mesmo com o relaxamento da política de Moscou, o fantasma das tropas soviéticas era muitas vezes presente. O clima de tensão era justificável. A edição 48/1989 da revista *Der Spiegel* descreve o clima em Leipzig pouco antes do início da manifestação: Vopos (a polícia do povo) protegiam a entrada da estação principal de trem, equipados com capacetes e escudos. Hospitais tiveram departamentos inteiros realocados, além de receberem suprimentos para o banco de sangue e plasma. Na noite da passeata em Prenzlauer Berg, Honecker disse ao chefe da Stasi, Mielke, para tomar as medidas necessárias contra as próximas rebeliões. O pano de fundo não era mesmo o dos mais promissores.

A esperança chegou no meio da tarde. Em quatro igrejas da cidade foi lida uma declaração de diálogo pacífico, assinada pelo proeminente chefe e regente da orquestra *Gewandhaus* Kurt Massur. Além do músico, que trouxera diversos prêmios para a RDA, assinaram o documento o artista Bernd Lutz Lange, o Teólogo Peter Zimmermann, além de mais três secretários regionais do partido — Roland Wötzel, Jochen Pommert e Kurt Meyer. A tal declaração também foi lida por Massur na rádio às 18h, pouco antes da passeata entrar em ação. Egon Krenz, o homem com mais poder depois de Honecker na estrutura partidária, fez um último telefonema para avisar que estava de acordo com a “declaração dos seis”. As tropas policiais foram recuadas por seus respectivos chefes e as 70 mil pessoas fizeram seu trajeto pacificamente exclamando “Gorbi Gorbi”, “nós permaneceremos aqui”, “nós somos o povo”, “fora Stasi” e “sem violência”. A responsabilidade pelo corajoso ato é um pouco controversa.

“Mais tarde, Egon Krenz sustentou continuamente que fora ele o salvador do dia e que fora a sua decisão de deixar a manifestação prosseguir. Consultara o embaixador soviético, Kochemasov, que o advertiu a deixar a marcha prosseguir. Mas não ligou de volta para os dirigentes do partido em Leipzig, senão cerca de meia hora depois que já tinham tomado a decisão de não intervir” (Sebestyen, 2009, pg.391).

A *Der Spiegel* (48/1989) não desvaloriza o gesto de coragem dos seis integrantes que assinaram a declaração e a leram no rádio, mas afirma que eles não tinham poder suficiente para brechar todo o aparato repressivo pronto para o ataque.

Egon Krenz, como vice-presidente do Conselho de Estado e Secretário de Segurança do Central Comitê tinha todos os órgãos armados da segurança subordinados a ele — a Polícia do Povo (VOPO), o Exército Nacional do Povo (*Nationale Volksarmee* – NVA) e o próprio Serviço de Segurança do Estado (*Staatssicherheitsdienst* – Stasi). Em uma entrevista para o canal de televisão da RDA, a repórter Anja Ludwig perguntou se foi decisiva a intervenção de Krenz para evitar uma tragédia como a que ocorreu em Pequim. “O que eu fiz em Leipzig, eu fiz junto com outros companheiros”, disse ele. A publicação deixa no ar para a “população de Leipzig” decidir se Krenz realmente não sabia da ordem de repressão dada anteriormente por Honecker e se ele não agiu de modo oportunista quando mudou o rumo dos acontecimentos.

Seja lá como for, o historiador August Winkler (2000, pg.503, V.II) não entra no mérito da questão, mas faz uma boa interpretação do significado do dia 9 de outubro, um marco na crise da RDA. A cúpula dirigente do partido não podia mais contar com a ajuda militar soviética, o que desmoralizava não só o próprio partido mas todo seu aparato de segurança. Se fosse pelo jeito de Mielke e Honecker, uma solução violenta seria registrada pela história naquele momento. No entanto, nem o topo do partido (Krenz e aqueles que o apoiaram), nem as esferas regionais (a exemplo dos secretários de Leipzig) eram a favor da catástrofe. Uma consequência lógica dessa percepção seria a tentativa de afastar Honecker e seu colega mais próximo Günter Mittag, responsável pelas catástrofes econômicas.

Assim como o desenrolar pacífico da passeata em 9 de outubro, a queda de Honecker também tem versões diferentes. Fato é que para a cúpula do SED, os acontecimentos durante a celebração dos 40 anos da RDA provaram que Honecker tinha perdido todo o seu senso político (Görtemaker, 2009, pg.25). No dia 10, Krenz preparou um esclarecimento para ser lido na reunião do Politburo. Era uma crítica às declarações do secretário-geral publicada em 2 de outubro pelo órgão oficial *Neuen Deutschland*. Honecker dizia que todos os refugiados chutaram todos os valores morais e se auto-excluíram da sociedade (Winkler, 2000, pg.503, V.II). Krenz tentava mudar o tom sobre o assunto e sugeria uma outra nota para dizer que o Politburo deveria assegurar um lugar para todos no socialismo. A declaração com a crítica a Honecker foi assinada também por Günter Schabowski (secretário regional de Berlim), Siegfried Lorenz (secretário regional da Karl-Marx-Stadt, hoje Chemnitz) e

Wolfgang Herger (secretário de questões de segurança do Comitê Central). Mesmo contra a vontade Honecker, que entendeu a observação como uma luta declarada, a nota foi aprovada. Dia 12, o *Neuen Deutschland* publicava: “O socialismo precisa de todos. Há lugar e perspectiva para todos. Ele é o futuro da nossa próxima geração⁵⁷”. Para Winkler (2000, pg.503-504, V.II), essa reunião foi o começo do fim.

Ainda no dia 12, Honecker afirmou durante o conselho do partido que a crise na RDA e as desavenças do Politburo já tinham passado. Foi então publicamente criticado pelos secretários regionais Johannes Chemnitzer (Neubrandenburg), Hans Modrow (Dresden) e Günter Jahn (Potsdam). Dois dias antes da renúncia, em 16 de outubro, Leipzig fez a sua maior passeata até então — 120 mil pessoas exigiam agora a legalização do *Neues Forum*, eleições livres e liberdade de pensamento, viagem e imprensa. Paralelamente, manifestações ocorriam em Magdeburg, Halle e Berlim. Na mesma data, a frente “anti-Honecker” se encontrou mais uma vez. Dia 17, Willi Stoph, presidente do conselho de ministros, sugere abertamente o afastamento de Honecker. Junto com ele, caíram Günter Mittag (chefe de economia do Comitê Central) e Joachim Herrmann (responsável no comitê pela agitação e propaganda). O próprio Honecker sugere, no dia 18, o nome de Krenz para sua sucessão.

Por ser derrubado logo depois do aniversário da RDA, Honecker se sentiu vítima de uma intriga. No que se refere ao partido em si, talvez ele tenha razão. Porém, dessa vez, diferentemente do afastamento do antecessor Ulbricht, em maio de 1971, Moscou não se envolveu. Essa é a versão do historiador Winkler⁵⁸. Segundo ele, Gorbachev desde 1986 estava muito bem informado (via Willi Stoph) sobre as consequências catastróficas da política de Honecker, mas não se interferiu. “Os seus problemas de direção devem ser resolvidos pelo SED”, dizia (Winkler, 2000, pg.506, V.II). Outros autores, como Moniz Bandeira⁵⁹ e alguns veículos de comunicação alemão (a exemplo da *Der Spiegel*) apresentam versões mais conspirativas do fato.

⁵⁷ *Der Sozialismus braucht jeden. Er hat Platz und Perspektive für alle. Er ist die Zukunft der heranwachsenden Generationen.*

⁵⁸ Professor da Universidade Livre de Berlim (1972-1991) e Professor da Humboldt desde 1991. Outras informações: http://www.geschichte.hu-berlin.de/site/lang_de/mid_11868/ModeID_0/PageID_951/3521/default.aspx

⁵⁹ Professor titular de Política exterior do Brasil na UNB (aposentado). Autor de “Do Ideal Socialista ao Socialismo Real – A Reunificação da Alemanha”. Outras informações: <http://lattes.cnpq.br>

(...) Na RDA, os próprios fatos incumbiram-se de evidenciar que não só o KGB (*sic*) como Gorbatschev, diretamente, tiveram decisiva influência tanto na queda quanto na sucessão de Honecker, uma vez que à URSS interessava manter sob controle a evolução dos acontecimentos naquele Estado, que se revestia de fundamental relevância, ao contrário dos demais países do Leste Europeu, para suas negociações econômicas e políticas com a RFA” (Bandeira, 1992, pg. 121).

O semanário alemão *Der Spiegel* também apresenta sua versão dos fatos, na edição 47/1989⁶⁰ (segunda edição após a abertura das fronteiras). Não há assinatura na reportagem, mas nesse período o chefe de redação da revista era Rudolf Augstein. O texto diz que, de acordo com funcionários de alto escalão do SED de Berlim Oriental, Krenz e Schabowski planejavam há tempos essa escalada no governo. No começo do ano, ambos já teriam se encontrado com Werner Eberlein (secretário regional em Magdeburg) e com Herger. O plano dos quatro funcionários era derrubar Güter Mittag e Joachim Hermann, mas Honecker poderia permanecer como figurante principal. O problema é que o comportamento teimoso do secretário-geral no topo do partido atrapalhou o andamento do processo. Foi aí que entrou Mielke para oferecer ajuda. Segundo a publicação, ele mantinha contato com Gorbachev e quem quisesse ter o poder dentro do SED, como diziam abertamente os conspiradores (termos da revista), precisava aderir à Glasnost e a Perestroika. Política da qual Honecker se afastava. Foi assim que a doença de Honecker e sua operação na vesícula biliar em agosto veio a calhar. Em setembro, eles teriam recebido uma resposta de Moscou, dizendo que Gorbachev estava de acordo com as ideias de Krenz.

A publicação continua e afirma que durante as festividades da RDA, Krenz se encontrou com Gorbachev para uma conversa “conspirativa”. Depois disso, tudo estaria claro. A queda de Honecker era a partir de então somente uma pergunta de oportunidade. Que não tardou. Na noite da festa, enquanto Politburo, Gorbachev e convidados comemoravam no Palácio da República, os cidadãos se aglomeravam do lado de fora. “Vaidosos e felizes, os velhos lá dentro, acreditavam erroneamente que o povo estava lá para exaltar o líder”, relata o semanário. Mielke estaria informado

⁶⁰

Em pdf:

<http://wissen.spiegel.de/wissen/image/show.html?did=13497792&aref=image036/2006/05/15/cq-sp198904700140020.pdf&thumb=false>

sobre o rumo dos acontecimentos do lado de fora. Krenz, Schabowski e Mielke teriam se encontrado no dia seguinte e decidido que dali para frente não haveria mais derramamento de sangue. Na manifestação de 9 de outubro, apesar das ordens de Honecker para atirar, Krenz seguiu o acordo com os outros funcionários. Os próximos capítulos já são conhecidos.

2.3. Abertura das fronteiras

Krenz não foi exatamente a escolha certa. Aos 52 anos, era considerado pela população como um representante do antigo aparato de Estado e seguidor da linha do partido. Seu envolvimento nas fraudes das eleições em maio, seguido por declarações de mau gosto sobre o massacre na Praça da Paz Celestial também eram pontos negativos associados à sua figura. Durante seu curto governo, nenhum problema foi de fato solucionado, apesar de algumas medidas paliativas — manifestações deveriam ser toleradas como uma nova cultura política da RDA, outras leis de viagem foram anunciadas, as notícias na imprensa local abordavam a necessidade de eleições livres e em 27 de outubro “fugitivos” e manifestantes presos foram anistiados. No entanto, nada convenceu os alemães orientais e as manifestações continuavam a todo vapor, cada vez com mais intensidade. No começo de novembro, as noites de segunda em Leipzig já reuniam 300 mil pessoas. Plauen, Dresden, Halle, Zwickau, Neubrandenburg, Jena e Berlim também não deixaram o descontentamento passar em branco. Trocadilhos com o nome de Krenz compunham os novos slogans das passeatas: “Demokratie unbekrenzt” (em alusão ao nome de Krenz) no lugar de “unbegrenzt” (indefinido).

Em 1º de novembro, a RDA voltou atrás e parou de exigir vistos para quem quisesse ir à Tchecoslováquia. Dali a dois dias, ficara combinado, entre o governo das duas fronteiras, que a Tchecoslováquia abriria livremente a passagem para a RFA. Somente no fim de semana de 3 a 5 de novembro, 10 mil pessoas seguiram de trem, ônibus ou em seus Trabis, sentido Alemanha Ocidental. Poucos perceberam o caráter daquela decisão, com exceção do jornalista Klaus Hartung. Dia 6, ele escreveu para o diário ocidental “Tageszeitung”: “um sonho é realizado e ninguém nota, o muro caiu (Winkler, 2000, pg.508, V.II)”. De fato, desde o dia 3, motoristas saíam da Karl-Marx-Stadt e se dirigiam até Munique. Necessário era somente uma carteira de identidade.

Krenz e o novo governo da RDA sabiam que uma regulamentação para viagens ao exterior era fundamental. Willi Stoph já havia pedido ao ministro das Relações Exteriores Friedrich Dickel para que elaborasse uma prévia. No final do mês, tal esboço já rodava entre os integrantes no topo do partido — todo alemão oriental teria direito a viajar ao exterior por 30 dias ao ano, desde que tivesse um passaporte válido e um visto, que seria emitido em até um mês. Dia 6 de novembro, a medida tornou-se pública, mas causou polêmica entre a população. No mesmo dia a proposta foi negada na Câmara do Povo, que solicitou algo menos burocrático, o não-requerimento do visto e uma regulamentação justa sobre a troca de moeda para quem quisesse viajar.

Agora que as fronteiras já tinham se tornado de certo modo irrelevantes, faltava pouco. Todo o conselho de ministros, presidido por Willi Stoph, renunciou em 7 de novembro. No dia seguinte, foi a vez do Politburo. O Comitê Central escolheu então somente onze figuras para compor o novo quadro de integrantes. Entre eles, Hans Modrow foi indicado também como novo primeiro-ministro, cargo ocupado anteriormente por Stoph. Aos 61 anos, Modrow tinha uma longa carreira política. Aos 39, ele já estava no Comitê Central do partido e, entre 1971 e 1973, dirigiu o departamento de agitação e propaganda. Honecker o enviou para as esferas regionais em Dresden. Por lá, Modrow alcançou grande popularidade, longe da corrupção e privilégios do partido. Em pouco tempo, passou a ser chamado de “Gorbachev da RDA” (Görtemaker, 2009, pg.28).

No mesmo dia 8, enquanto o Politburo tinha sua estrutura enxugada e renovada na RDA, o chanceler da Alemanha Ocidental Helmut Kohl anunciava no Parlamento em Bonn que estava disposto a ajudar a nova direção da RDA com o processo de reformas. Caso essas mudanças fossem realmente significativas, até apoio financeiro seria oferecido. Todas as promessas foram feitas sob a condição do novo governo na RDA respeitar a autodeterminação de todos os alemães. Enquanto Kohl discursava, pelo menos 500 pessoas por hora chegavam a RFA (Görtemaker, 2009, pg.28). O fluxo era tão grande que mesmo a abastada Alemanha Ocidental começou a enfrentar dificuldades. Até a primeira semana do mês de novembro de 1989, chegaram 225 mil alemães orientais e outros 300 mil alemães que tinham imigrado anteriormente para o Leste Europeu.

As dificuldades eram ainda piores do outro lado do muro. No encontro do Comitê Central, de 8 a 10 de novembro, as cartas foram postas na mesa e os membros do partido passaram a conhecer a verdadeira situação em que o país se encontrava. Günter Ehrensperger, desde 1974 chefe de departamento de planejamento e finanças e desde 1981 membro do central comitê, explicou: “nós pagávamos dívidas sempre com novas dívidas”. O presidente da comissão estatal de planejamento Gerhard Schürer, desde 1963 membro do Comitê Central⁶¹ (ZK, da sigla alemã), disse que o custo para sanar as contas somente com os Estados capitalistas (os chamados NSW – *Nicht Sozialistischen Wirtschaftsgebiet*) causaria uma redução de 25 a 30% nos padrões de vida da população, o que tornaria a RDA ingovernável. No final de 1982, Honecker respondeu aos pedidos de Stoph por medidas de cortes para reformas na política econômica com um “não quero mais ouvir tais propostas”. O diretor-geral do teatro em Leipzig, Karl Kayser, desde 1963 membro do ZK, exclamava desesperado: “nós fomos enganados”, “minha vida está destruída”, “eu acreditei no partido, nos companheiros” (Winkler, 2000, pg.508-510, V.II).

Nesse meio tempo, Stoph ficou responsável por solucionar o problema das autorizações de viagem. Apesar de ter renunciado, ele se encontrava na ativa até a formação do novo gabinete de Modrow em 17 de novembro. O governo da Tchecoslováquia começara a reclamar do êxodo de alemães em seu território, assim como já tinha feito anteriormente a Hungria. Uma nova resolução, preparada o mais rápido possível, dizia que os alemães poderiam deixar o país em caráter permanente ou por curto prazo, pelos pontos da fronteira entre RDA e RFA, onde a autorização seria dada sem grandes complicações. A partir das 8h do dia seguinte, os viajantes já poderiam solicitar o visto. Tratava-se de uma proposta do governo, não era ainda uma decisão oficial (Görtemaker, 2009, pg.29). Durante a tarde de 9 de novembro, Krenz informou o Comitê Central da nova decisão. Schabowski (agora secretário de informação do ZK) ficou sabendo do projeto, quando estava a caminho de uma conferência com jornalistas do Ocidente, para falar das resoluções ocorridas naquele dia durante o encontro do comitê.

Às 18h53, pouco antes de encerrar a coletiva, um representante da agência italiana Ansa, Riccardo Ehrman, questionou em frente a todas as câmeras de TV se

⁶¹

Zentralkomitee

abrir as fronteiras não seria um grande erro. Schabowski negou. Para a pergunta, quando entraria em vigor a determinação, ele passou os olhos pelas páginas que havia recebido e interpretou por ele mesmo: “A partir de agora⁶²”. Se isso valeria também para Berlim, Schabowski respondeu com uma frase do projeto: “A saída vale para qualquer fronteira entre a RDA e a RFA, por exemplo Berlim Ocidental”. Às 19h05 a *Associated Press* falava em abertura das fronteiras. Quinze minutos depois, trechos da coletiva eram televisionados pelo canal *Heute*. Tom Brokaw, repórter da rede dos EUA, *NBC*, deu a notícia em frente ao portão de Brandemburgo (Winkler, 2000, pg.511, V.II). Na mesma noite, às 20h22, a sessão parlamentar em Bonn foi interrompida. O ministro Rudolf Seiters aproveitou o intervalo e telefonou para o chanceler Kohl que estava em uma visita oficial em Varsóvia. Krenz recebeu uma ligação de Mielke, às 21h. Ao saber das centenas de pessoas que se aglomeravam naquela noite nas fronteiras, disse a Mielke para permitir a passagem. Os próximos capítulos de festa, champanhe e recepções dos dois lados já é para lá de conhecido.

“Agora crescerá junto, o que junto pertence” (*wächst zusammen, was zusammengehört*), disse Willy Brandt em frente à subprefeitura de Schöneberg, na noite de 10 de novembro (Görtemaker, 2009, pg.32). Brandt viu o muro ser levantado quando era prefeito de Berlim Ocidental em 1961 e depois como chanceler incentivou a política de diálogos com os vizinhos do leste. A atitude de Bonn nos anos 70 e 80 frente a RDA promoveu certa estabilidade e evitou o caos. Porém em vez de arrumar seu sistema, como queriam os dirigentes do SED e muitos em Bonn, a estrutura foi arruinada (Bender, 2008, pg.224). A estabilidade econômica alcançada através de relações com o Ocidente, permitiu que o SED negasse até o fim as reformas da era Gorbachev. A RDA, assim como todo seus vizinhos socialistas faleceram sozinhos pela incapacidade de sobreviver com suas próprias forças. Daqui para frente, o que seria da RDA dependeria não somente, mas decisivamente da RFA. Para o historiador Winkler (2000, pg.517, V.II), o muro não foi um símbolo menor da falta de liberdade se comparado à Bastilha duzentos anos antes. Com a queda de ambos, encerraram-se os antigos regimes. Uma nova etapa começaria. Agora entrava em pauta a problemática discussão da reunificação alemã.

⁶² Noticiário do canal ARD (*Arbeitsgemeinschaft der öffentlichrechtlichen Rundfunkanstalten der Bundesrepublik Deutschland*) de 09 de novembro de 1989:
<http://www.youtube.com/watch?v=QB2E2T7KzAM&feature=related>

2.4. Polêmica unificação

Ainda no verão europeu de 1989, ninguém imaginava que dali a poucos anos não haveria mais República Democrática Alemã, Pacto de Varsóvia e até mesmo União Soviética. Uma Alemanha unificada com capital em Berlim também era, à época, uma previsão risível. Em uma pesquisa de opinião da República Federal Alemã (1987), somente 9% dos entrevistados achavam que vivenciariam a reunificação do país. Já a maioria, 72% negaram a possibilidade. Tal acontecimento era visto como plausível, ainda no século XX, só por 8% da população (Stern, Winkler, 2001, pg.194).

O mundo tinha se acostumado à divisão territorial e enxergava o *status quo* desta separação com certa normalidade (Görtemaker, 2009, pg.33). A própria RDA já era há tempos reconhecida no palco da política internacional (desde o Contrato de Base de 21 de junho de 1973). Junto com a comemoração e expectativa de maior grau de liberdade com a abertura das fronteiras, ressurgiu também a “questão alemã” de 1945 e todas as suas preocupações. Não seria uma discussão fácil e o tema estava na agenda de diversos atores políticos, a começar pelos quatro antigos aliados. Naquele momento, a Alemanha unificada no centro do continente era tida como ameaça — uma população de 80 milhões de pessoas, um exército de pelo menos 600 mil homens e um poder econômico em potencial (Bender, 2008, pg.245). Assim, cautelosamente, no dia 10 de novembro, em discurso em frente à subprefeitura de Schöneberg, em Berlim Ocidental, o termo “reunificação” não foi pronunciado diretamente. O chanceler Kohl, que havia voltado às pressas de Varsóvia, assegurou aos alemães orientais: “Nós estamos do lado de vocês”, “Nós somos e permaneceremos uma nação⁶³” (Winkler, 2000, pg.518, V.II).

Grupos de oposição na RDA, assim como alguns integrantes do SPD e do Partido Verde (*die Grünen*) na RFA se colocavam contra à reunificação. Na data de fundação do SPD oriental, em 7 de outubro, por exemplo, o teólogo evangélico Markus Meckel afirmou que dado o desenvolvimento da Europa nos últimos 45 anos, a reunificação não aconteceria e sua discussão era improdutiva. “Nós entendemos a existência desses dois Estados como uma consequência da culpa passada do nosso

⁶³

Wir stehen an Eurer Seit! Wir sind und bleiben eine Nation (...)

povo”, explicou (Winkler, 2000, pg.519, V.II). O movimento *Demokratischer Aufbruch* afirmava o grande valor das relações entre as duas Alemanhas, por razões históricas e culturais. No entanto, a solução política para tal divisão só poderia vir acompanhada de uma ordem pacífica no continente. Em 8 de novembro, Hans-Jochen Vogel, presidente do SPD citou intencionalmente no Parlamento uma das declarações do *Neues Forum*, durante a fundação do grupo em 1º de outubro: “Para nós, a reunificação não é um tema. Por isso, assumimos a dualidade do Estado alemão e não esperamos um modelo de sociedade capitalista. Queremos modificar a RFA” (Winkler, 2000, pg.520, V.II). Com a abertura das fronteiras, os defensores da dualidade alemã ficaram bastante na defensiva. Os grupos de oposição da primeira ordem não tinham colocado em dúvida a existência da RDA como um Estado, tampouco o socialismo como ordem social. O que estava sendo exigido era uma radical democratização das relações (Stern, Winkler, 2001, pg.206). Porém, o 9 de novembro foi considerado a mudança no processo de mudança (*Die Wende in der Wende*). E somente quatro dias depois, já se escutava nas demonstrações de segunda-feira em Leipzig frases como “Alemanha, uma única nação” (*Deutschland, einig Vaterland*) e “Reunificação” (*Wiedervereinigung*).

Na contramão do slogans da população, o Tageszeitung publicou em 16 de novembro um texto de Joschka Fischer, do Partido Verde em Saarbrücke. O autor não acreditava no desenrolar da reunificação por razões morais e históricas. “O Estado nacional de Bismarck, o *Reich* alemão, conduziu o mundo duas vezes à guerra (...) A ordem estabelecida após 8 de maio de 1945 tem o mesmo objetivo até hoje: evitar que a violenta febre nacionalista amedronte a Europa (...) Nós fazemos e vivemos a política de esquerda em um país que construiu e operou as câmaras de gás e os crematórios em Auschwitz-Birkenau e que se manteve fiel ao seu líder Adolf Hitler até sua auto-aniquilação⁶⁴” (Winkler, 2000, pg.521, V.II).

Um dia depois da publicação do texto do Partido Verde contra a reunificação, Hans Modrow, desde 13 de novembro presidente do conselho de ministros da RFA, ressaltou para a Câmara do Povo os dois principais pontos do seu governo: inserção de medidas democráticas e controle da crise financeira. Entretanto, a maior reação

⁶⁴ “Wir leben und machen Politik als Linke in jenem Land, das die Gaskammern und Krematorien von Auschwitz-Birkenau errichtet und betrieben hat und das seinem Führer Adolf Hitler bis zur Selbstvernichtung treu gefolgt ist”

teve a sua proposta de “Contrato da Comunidade” (*Vertragsgemeinschaft*), uma alternativa às “perigosas” especulações sobre a até então irrealista reunificação (Winkler, 2000, pg.521, V.II). Modrow deixava claro que a RDA estava pronta para estabelecer o trabalho conjunto com a RFA. Segundo ele, a RDA não poderia tratar sua economia sem ter em vista o mercado europeu e falava em uma “economia de mercado socialista”. Em entrevista à *Der Spiegel*, do dia 4 de dezembro, o primeiro-ministro até abordou a existência de uma confederação alemã. Ao que tudo indicava, Modrow tentava conseguir apoio massivo da RFA e da Comunidade Europeia sem se deixar absorver pela política ocidental (Görtemaker, 2009, pg.35). Inicialmente, o não à reunificação do SED ia também de encontro ao pensamento da oposição. A maioria não pensava em tomar o poder, mas sim construir um terceiro viés entre o sistema capitalista e o socialismo real.

Em 26 de novembro, artistas e intelectuais⁶⁵ publicaram a declaração “Ao nosso País” (*Für unser Land*). Para o grupo havia duas possibilidades. A primeira seria o desenvolvimento de uma sociedade solidária, libertária e preocupada com o desgastado meio ambiente. Outra saída seria a adesão à forte economia da RFA. Os assinantes do termo tinham em mente a primeira opção e propunham um terceiro caminho entre capitalismo e comunismo. O *Demokratischer Aufbruch*, que em 16 de dezembro se constituiu em Leipzig como um partido, falava, por sua vez, em uma economia de mercado social, assim como uma união da nação nas fronteiras atuais. E, diferentemente do governo de Bonn, o grupo esperava uma Alemanha desmilitarizada.

Entretanto, na perspectiva de Winkler (2000, pg.522, V.II) a ambição por um terceiro caminho não correspondia aos anseios da população. Conforme dados da ADN (*Deutsche Nachrichtenagentur* – Agência de Notícias Alemã), 3 milhões de pessoas visitaram a Alemanha Ocidental nos dias 18 e 19 de novembro. A maioria voltava com boas impressões, o que levou muitos a desejarem a unificação. Pesquisadores de opinião pública, da porção ocidental, concluíram em trabalho realizado entre 20 e 23 de novembro, que mais de 60% da RDA era a favor da reunificação. O “Barômetro Político” do canal ZDF divulgou no dia 20 de novembro

⁶⁵ Entre eles: o cientista social Dieter Klein; os escritores Stefan Heym, Volker Braun e Christa Wolf; o superintendente evangélico Günter Krusche e defensores dos direitos civis como Sebastian Pflugbeil, Ulrike Poppe, Friedrich Schorlemmer e Konrad Weiß.

dados sobre a opinião na RFA — 70% eram pro-reunificação, 60% só sob a condição de neutralidade do território e 48% acreditavam que o fato ocorreria nos próximos dez anos. Outra pesquisa publicada pelo *Leipziger Volkszeitung* (de 11 de dezembro) dizia que três quartos dos 547 mil cidadãos em Leipzig também desejavam a união.

Em 23 de novembro, o chanceler Kohl, que muitas vezes fora criticado pelo SPD por assistir passivamente aos últimos acontecimentos no Leste Europeu, resolveu tomar as rédeas da discussão. Pré-requisito para tal decisão foi a declaração do Kremlin, via Nikolai Portugalow, especialista em assuntos alemães. Segundo ele, os soviéticos dariam, a médio prazo, o sinal verde ao processo de união. Cinco dias depois, em 28 de novembro, Kohl apresentou ao Parlamento o “plano dos dez pontos” para o desenvolvimento de uma confederação. Com exceção dos Estados Unidos, nenhum outro país da liga ocidental foi avisado sobre a medida. Na realidade, um plano de confederação não era novidade e Modrow e Krenz já tinham tido ideias semelhantes, mas as propostas sempre foram soltas e utópicas (Görtemaker, 2009, pg.36). Agora o chanceler colocava em pauta medidas concretas e com um foco bem específico em vista: a reunificação. Este seria o objetivo político da RFA. Em sua declaração, Kohl propôs ao governo da RDA expandir o trabalho em conjunto desde que mudanças substanciais no sistema político e econômico fossem adotadas. O chanceler aproveitaria a sugestão de Modrow (o Contrato da Comunidade), mas daria um decisivo passo adiante, com o intuito de criar condições para o surgimento de uma confederação. Esse novo relacionamento interno entre as Alemanhas não poderia ser descolado do processo de união da Europa e da relação leste-oeste. Como esta nova ordem alemã federativa se pareceria, Kohl ainda não sabia, mas deixou claro: “É certeza que a união virá, se a nação alemã assim desejar (Görtemaker, 2009, pg.37)”.

A reação do Parlamento Ocidental ao plano dos dez pontos foi relativamente positiva, com exceção do Partido Verde. Porém, um ponto importante passou despercebido pelos parlamentares. Kohl evitou tocar na questão das antigas fronteiras com a Polônia, definidas após a guerra pelos rios Oder e Neiße. Dentro do SPD havia diferentes visões sobre a reunificação. O presidente do partido Hans-Jochen Vogel compartilhava o sentimento patriótico de Kohl (Winkler, 2000, pg.526, V.II), mas hesitou inicialmente, pois acreditava que os cidadãos da RDA tinham também o direito de decidir sobre seus futuros. Até mesmo o termo reunificação era questionado por integrantes do SPD que achavam mais adequado nomear o processo como união

ou acordo. Em contraposição, o vice-presidente do partido Oskar Lafontaine acreditava que a questão do Estado-nação, em especial o alemão, estava ultrapassada. A reunificação para ele poderia ser perigosa se colocada à frente e independentemente da unidade europeia. Lafontaine também não se desvincilhava das questões dos custos e do desgaste econômico. Em entrevista ao *Süddeutschen Zeitung*, de 25 de novembro, o vice-presidente do SPD falava em um ataque ao sistema social da RFA, por parte dos refugiados da RDA e outros alemães provindos do Leste Europeu. Para ele, a cidadania da RDA deveria ser questionada, pois a RFA arcaria com os custos não só dos que vieram para cá (via benefícios como aposentadoria, seguro-saúde, seguro-desemprego e dinheiro das crianças⁶⁶), mas também dos que ficaram (Winkler, 2000, pg.527, V.II). Após a aprovação dos dez pontos, Lafontaine começou a atacar Kohl pelo rádio e a falar em Ko(h)lonislismo⁶⁷ da população da RDA. Assim, se dividia o SPD: a face patriota de Brandt versus a pós-nacional de Lafontaine (Winkler, 2000, pg.528, V.II).

No dia 18 de dezembro, Willy Brandt, ao completar 76 anos, fez um aclamado discurso durante a conferência do partido. No centro de sua argumentação estava a reunificação do país. Ele alertava sobre a longa espera em relação à solução alemã, até que a Europa se entendesse. Embora admitisse que os rumos da comunidade europeia e da Alemanha deveriam ser racionalmente coordenados. “A culpa de uma nação não é erradicada por sua separação”, dizia. No entanto, nem toda delegação aplaudiu. Brandt se dirigia, mesmo sem citar nomes, a alguns integrantes da social-democracia, entre eles o escritor e futuro Nobel de Literatura Alemã Günter Grass (Winkler, 2000, pg.537, V.II). O romancista teria conversado com o ex-chanceler um pouco antes da conferência e mostrado seu ponto de vista contra a reunificação. Para Grass, os cidadãos da RDA foram os que carregaram o principal fardo das consequências da II Guerra Mundial, embora não fossem mais ou menos responsáveis pelo conflito que seus vizinhos. Por isso, a RFA tinha que se solidarizar e oferecer alguma forma de compensação. A confederação não seria um passo a caminho da reunificação, mas sim uma alternativa a ela. Na visão do literato, a incorporação da RDA pela RFA só

⁶⁶ *Kindergeld*: dinheiro que os pais recebem do governo até que os filhos completem 18 anos ou terminem os estudos. Nos dias de hoje, a quantia varia de 184 a 215 euros, dependendo do número de crianças por família. <http://www.arbeitsagentur.de/zentraler-Content/Veroeffentlichungen/Merkblatt-Sammlung/MB-Kindergeld.pdf>

⁶⁷ Trocadilho entre o nome do chanceler Kohl e a palavra Colonialismo (*Kohlolonismus*)

causaria perdas. O que estava em jogo, em seu ponto de vista, era a identidade da população da RDA.

Brandt não se dirigiu somente a Grass. O primeiro-ministro do Estado de Saarland e vice-presidente do partido Lafontaine também deveria se sentir atingido pela argumentação. Nos próximos dias veio a resposta. O motivo real do discurso de Lafontaine era a explicação do novo programa do partido em Berlim, mas ele aproveitou a deixa para se colocar contra ao patriotismo de Brandt. Para Lafontaine, o Estado-nação tinha de ser diferenciado do conceito de nação. Conforme seu argumento, o fato de falar a mesma língua, ter a mesma história e ideias não significava necessariamente que tais pessoas precisassem viver sob um mesmo Estado nacional. A nação alemã não poderia, segundo ele, ser definida pelas fronteiras da RDA e RFA. “Nossa ideia de unidade não está associada ao abstrato conceito do Estado, mas sim à união das pessoas (Winkler, 2000, pg.539, V.II)”. Quando questionado sobre a unificação, respondia que o importante era se os “seus amigos” em Leipzig, Dresden e em toda a RDA, assim como em Viena, vivessem bem como ele. Este seria o projeto do futuro. A organização do Estado era uma pergunta secundária. O importante era a ideia de justiça e equilíbrio, pois, em primeira linha, as pessoas na RDA e RFA estariam interessadas em questões como assistência médica, aquecimento para o inverno ou disponibilidade de empregos e casas. Ainda na visão de Lafontaine, se a Alemanha não conseguiu se consolidar como um Estado-nação à época da Revolução Francesa, não tinha mais sentido ansiar por isso naquele momento.

Nenhum outro político ocidental tinha sido mais claro na mensagem de não querer dividir o mesmo teto com a RDA. Seu discurso foi aclamado por tantos aplausos que ele poderia ver sua candidatura como chanceler quase certa (Winkler, 2000, pg.540, V.II). Um anos antes, em seu livro “A Sociedade do Futuro”, Lafontaine usava os crimes contra a humanidade e o genocídio da II Guerra Mundial como um argumento contra a reunificação. No mesmo discurso da conferência do partido dizia que “A nação e o Estado nacional alemão nunca mais serão os mesmos”. Entretanto, para o historiador Winkler (2000, pg.540, V.II), Lafontaine não deixava de se referir ao conceito da “Grande Alemanha” quando pedia uma igualdade social para Áustria, RDA e RFA. O autor dialogava, na realidade, com o historiador Helmut Plessners que via a pequena Alemanha de Bismarck (1871) não como uma solução

para a unificação, mas sim como a supressão da liberdade. No entanto, Lafontaine tinha uma visão radicalmente diferente e achava que o Estado de Bismarck era historicamente ilegítimo e não levava a nada questioná-lo naquele período posterior.

Grass também tocava no ponto da justiça social, mas por razões morais como a injustiça da divisão não equilibrada do fardo da guerra. Sua declaração (Breve Discurso de um Viajante sem Pátria⁶⁸), em 2 de fevereiro de 1990, na academia evangélica de Tutzing, foi ainda mais dura que a da conferência do partido no mês anterior. O Estado alemão em que viveu 65 anos (primeiro sob a hegemonia prussiana, depois na frágil República Weimar até a capitulação da “Grande Alemanha”) causou grande sofrimento. Grass dizia que este Estado unificado foi uma pré-condição para o acontecimento de Auschwitz. Por isso, quem naquela época pensava sobre a Alemanha e sobre as respostas para seu futuro, deveria levar Auschwitz em consideração. Nesse aspecto, Grass não estava sozinho. Muitos intelectuais da porção ocidental não viam mais o muro de Berlim como um símbolo da opressão de seus vizinhos, mas sim como um memorial do genocídio dos judeus europeus (Winkler, 2000, pg.541, V.II).

Willy Brandt não negava o impasse, mas via a polêmica de outra forma. Para ele, conforme palavras ditas em Rostock, em 6 de dezembro, a culpa da nação não seria erradicada mesmo se o problema da separação fosse superado. A culpa não desapareceria por meio de uma divisão indeterminada e arbitrária. O historiador Winkler (2000, pg.542, V.II) se aproxima da linha de raciocínio de Brandt quando faz duas ponderações. A primeira é que a Alemanha não foi dividida por causa do genocídio colocado em prática pelos nacionais-socialistas, mas sim porque os aliados não conseguiam entrar num acordo sobre o que fazer com aquele território. Em segundo lugar, as raízes históricas de perseguição ao povo judeu datavam de muito antes da formação do Estado de Bismarck.

Brandt alegava que apesar de viverem separados desde 1949, os alemães compartilharam o mesmo teto por três quartos de século. O território de uma Alemanha novamente unida não seria idêntico ao de 1945. Não havia mais o que unir a não ser as sobras do Estado original de Bismarck. Porém, as polêmicas questões

⁶⁸

Kurzen Rede eines vaterlandlosen Gesellen

levantadas em 19 de dezembro não fizeram desta data o dia de Lafontaine, mas sim de Kohl (Winkler, 2000, pg.542, V.II). Nesse mesmo dia, o chanceler visitou Modrow em Dresden para acertar os termos do contrato de comunidade. Em frente às ruínas da Frauenkirche, bandeiras vermelhas, amarelas e pretas apareciam entre a multidão que gritava “Alemanha, uma só nação”. A visita virara um comício da reunificação. O chanceler não poderia despertar falsas expectativas e também deveria ser cauteloso ao abordar a pergunta da união ou da crise da RDA. “Nós respeitaremos o que vocês decidirem para o futuro da nação e nós sabemos como este caminho é difícil (Winkler, 2000, pg.543, V.II)”, disse. Do encontro resultou a suspensão do visto para alemães ocidentais visitarem a RDA e Berlim Oriental já na noite de Natal; a troca de moeda estabelecida em 1 marco da RFA contra 3 da RDA; e a espetacular abertura da fronteira em frente ao portão de Bramdemburgo.

2.5. Negociação no cenário internacional

“Não há nenhum país na Europa que não veja a Alemanha unificada como um perigo à estabilidade da ordem do pós-guerra (Görtemaker, 2009, pg.50)”, disse o ministro russo das Relações Exteriores Schewardnadse. Como não poderia deixar de ser, a Alemanha teria uma forte reação internacional a enfrentar. Alguns dias antes da apresentação do “plano dos dez pontos” de Kohl, em 15 de novembro, o primeiro-ministro de Israel Yitzhak Shamir declarou para um canal dos EUA que se os alemães se tornassem novamente “o povo mais forte da Europa e talvez do mundo”, eles poderiam aproveitar a oportunidade para matar milhões de judeus (Winkler, 2000, pg.524, V.II). Porém, apesar de contar com a irritação dos aliados, Kohl assumiu que nenhum outro líder de Estado faria pronunciamentos tão extremos.

Mesmo assim, a reação não foi branda. François Mitterrand não ficou menos irritado que Margaret Thatcher com os planos de Kohl. Somente Bush garantiu seu apoio e declarou, via Baker, ministro das Relações Exteriores, em uma conferência de imprensa em 29 de novembro, que a pré-condição para uma Alemanha unida seria a associação de ambos os Estados à Otan. Moscou se mostrou contra ao plano de Kohl, uma decepção para o chanceler que após as declarações relativamente amigáveis de Portugalow, especialista russo em assuntos alemães, esperava uma resposta positiva. Em Malta, os EUA afirmaram não negar a questão da reunificação, mas não abririam mão da irredutibilidade das atuais fronteiras polonesas. Em 4 de dezembro, durante

reunião dos líderes de Estados da Otan, em Bruxelas, Kohl tentou acalmar os ânimos e reafirmou que o fortalecimento da integração com a União Europeia seria pré-requisito para os dez pontos. Além disso, a última fase do processo, a confederação, deveria ocorrer talvez em cinco anos. Os EUA, por sua vez, colocaram na mesa quatro princípios: primeiramente, a questão da autodeterminação em que não se poderia evitar a decisão alemã; em segundo lugar, o país unido deveria pertencer à Otan e à Comunidade Europeia; o processo deveria ocorrer passo a passo e de modo pacífico; por fim, o ato de Helsinki e a não-agressão de fronteiras deveria ser respeitado. O primeiro-ministro italiano Andreotti, assim como Thatcher, concordou com as observações dos EUA. Os Estados membros da Otan, um após o outro, deram seu aval.

Em 8 e 9 de dezembro, os líderes da Comunidade Europeia se encontraram em *Straßburg* (Estrasburgo). Kohl taticamente disse a Mitterrand que estava disposto a seguir com a questão econômica e com a união monetária. Concordou com a preparação de uma conferência com o intuito de discutir o assunto, no final de 1990. Para arrancar a “benção” de Paris, Kohl pagaria o preço necessário e colocaria a união monetária, valorizada pelos franceses, à frente da união política (Winkler, 2000, pg.525, V.II). Ele estava disposto a desistir do marco alemão, símbolo do poder econômico da RFA, em prol de uma moeda comum europeia. O sucesso diplomático com os integrantes da Otan foi alcançado, mas muitos observadores políticos ainda duvidavam que a URSS concordaria com as condições impostas pelos Estados Unidos, ou seja, que a RDA deixasse o Pacto de Varsóvia.

Enquanto isso a situação na RDA se deteriorava ainda mais. Durante o encontro com Kohl, em 19 de dezembro, Modrow pediu uma ajuda financeira de 15 bilhões de marcos para modernizar as indústrias e reconstruir a infraestrutura. O primeiro-ministro alegava que desde a abertura das fronteiras, a RDA estava constantemente sobre pressão dos alemães ocidentais que entravam no país tendo em mãos uma moeda mais forte e ainda obtinham vantagens na compra de produtos subvencionados (Görtemaker, 2009, pg.37). Porém, Modrow não queria falar em medidas de compensação, mas sim em uma quantia de solidariedade. Durante a preparação do encontro, alguns dias antes, o ministro das Relações Exteriores da RFA, Wolfgang Schäuble, sugeriu a Kohl que uma união econômica e financeira fosse proposta em Dresden. Entretanto, os conselheiros do chanceler achavam que era

muito cedo para dar este passo. Como não havia ainda ideias concretas para as próximas etapas, Kohl respondeu ao pedido de Modrow de forma evasiva e voltou para casa com a nítida impressão que não havia mais solução para a crise na RDA a não ser a reunificação (Winkler, 2000, pg.542, V.II).

No final de janeiro e começo de fevereiro de 1990 foi dado o primeiro passo concreto neste sentido. Em entrevista ao Bild (24.01.1990), Portugalow fez uma declaração que dava claros sinais da mudança da URSS frente à questão. “Se as pessoas na RDA quiserem a reunificação, ela virá”, disse. “Nós não interviremos”. Foi então que Modrow tomou a iniciativa junto com as mesas-redondas (iniciadas ao estilo polonês em 7 de dezembro) de associar o processo de estabilização da RDA com a união dos dois Estados (Görtemaker, 2009, pg.40). Assim, no dia 30 de janeiro, o primeiro-ministro viajou para a URSS para se encontrar com Gorbachov e levou um documento intitulado “Para a Alemanha, uma nação”. O contrato de trabalho conjunto trazia quatro passos para a construção de uma confederação entre os dois Estados. E o resultado do encontro foi sensacional (Winkler, 2000, pg.546, V.II). Gorbachev concordou formalmente com a união dos dois Estados. Porém, havia uma condição: a Alemanha deveria ser militarmente neutra. Entretanto, ao contrário dos tempos de Stalin, a URSS não tinha mais forças para uma dura disputa com os três poderes ocidentais. O Kremlin não dispunha mais de tanta influência para impedir o processo. E nesse meio tempo, a RDA estava tão abalada economicamente, que praticamente dependia da perspectiva da união com a RFA (Winkler, 2000, pg.547, V.II). Durante o Fórum Econômico em Davos, em 2 de fevereiro, Modrow reafirmou as condições precárias do seu Estado e disse em entrevista a uma rádio suíça que uma união, mesmo sem neutralidade, era de se pensar (Görtemaker, 2009, pg.41). A resposta de Bonn às propostas de Modrow foi: união econômica e introdução da economia de mercado na RDA.

Fatalmente, um dos pontos mais difíceis na negociação com os soviéticos era o status militar de uma Alemanha unificada. No dia seguinte ao encontro de Modrow com Gorbachev, em 31 de janeiro, o ministro das Relações Exteriores da RFA, Genscher, fazia um pronunciamento na Academia Evangélica em Tutzig⁶⁹. Tendo em

⁶⁹ As academias evangélicas surgiram ao final da II Guerra Mundial como um espaço de reflexão e diálogo entre os campos da teologia, política, economia e cultura. A de Tutzig foi fundada

vista as divergentes expectativas dos EUA e URSS, ele propôs a integração de uma Alemanha unificada à Otan, mas sugeria o não-estacionamento de tropas em territórios orientais. Em outras palavras, para que os países ocidentais não tirassem tanta vantagem, a RDA não comporia a estrutura militar da Otan. Em seguida Genscher voou para Washington, acompanhado de Kohl, para avaliar a posição dos EUA, que se mostraram de acordo. Outro ponto acertado durante o encontro foi que todas as negociações sobre a reunificação deveriam ser estabelecidos no modelo 2x4, ou seja, entre os dois Estados alemães e EUA, URSS, Inglaterra e França.

Depois de conseguir o apoio de seus colegas em Londres e Paris, Baker, ministro das Relações Exteriores dos EUA, voou para Moscou para informar o estilo das rodadas de negociação a Gorbachev. O líder soviético se mostrou de acordo. Começaria a discussão de temas como a integração da Alemanha unificada à Otan ou sua neutralidade, o tamanho e força do seu exército, contratos de garantia aos países vizinhos, a conclusiva determinação das fronteiras com a Polônia, a retirada das tropas aliadas, assim como a restauração da soberania alemã. Com relação ao status militar alemão, Gorbachev se mostrou, durante o encontro, apto a conciliar e até sinalizou que estava disposto a aceitar uma total integração da Alemanha à Otan caso houvesse garantias de que a liga não se expandisse para o Oriente (Winkler, 2000, pg.549, V.II). Tais declarações de Gorbachev, em 10 de fevereiro, foi o marco inicial da mudança nas negociações com o Kremlin. Cinco dias depois, ministros das Relações Exteriores dos seis países se encontravam em Ottawa para dar andamento ao estilo das negociações 2x4.

2.6. Implosão da RDA

Paralelamente, o regime Modrow não conseguia estabilizar a situação na RDA. Em 1º. de dezembro, a Câmara do Povo retirou da constituição cláusulas que garantiam o papel preponderante do SED. Cinco dias depois, Egon Krenz renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Segurança Nacional. Em seguida (07.12), entraram em ação as centrais mesas-redondas, ao estilo polonês,

em 15 de junho de 1947.

composta por doze grupos políticos, entre eles o Partido Social Democrata⁷⁰ (SDP, em alemão) da RDA, fundado em 7 de outubro. A data das eleições livres da Câmara do Povo e Parlamentos Municipais foi marcada para 6 de maio de 1990. Na sequência dos fatos, em 14 de dezembro, o conselho dos ministros decidiu que o Ministério para Segurança do Estado (Stasi), agora chamado de Departamento de Segurança Nacional, seria dissolvido até 20 de junho de 1990. Numa tentativa de se desvencilhar da velha imagem, o partido, que há uma semana era presidido pelo advogado Gregor Gysi, mudou de nome. A partir de então, o SED passou a ser chamado de Partido do Socialismo Democrático⁷¹ (PDS, em alemão).

Porém, apesar de todas estas alterações, a crise continuava explícita. Somente em janeiro de 1990, 58 mil pessoas emigraram para a RFA (Stern, Winkler, 2001, pg.208). Outro sinal do agravamento da situação política foi a decisão do CDU oriental em 25 de janeiro — até o momento leal ao bloco do partido e desde o meio de dezembro dirigido pelo advogado Lothar de Maizière — de retirar seus ministros do gabinete Modrow. Em busca de legitimação, Modrow chamou então, dia 28, oito ministros da oposição. Na mesma data, o governo aceitou uma condição, imposta pelos sociais democratas como moeda de troca pela entrada no gabinete: as eleições seriam antecipadas para 18 de março de 1990. Tal medida gerou uma curta, mas feroz, disputa eleitoral. Para melhorar as chances na corrida, o CDU oriental formou uma aliança com a União Social Alemã⁷² (DSU, da sigla alemã) e o *Demokratischer Aufbruch* (DA). A liga chamava “Aliança para Alemanha” e era dirigida pelo advogado Wolfgang Schnur. O bloco tinha maciço apoio do CDU ocidental e seu presidente Helmut Kohl. Entre os grupos de oposição com mais peso, o *Neues Forum* se aliou ao *Demokratie Jetzt* e a Iniciativa para Paz e Direitos Humanos, formando a *Bündnis 90*. Entretanto, o principal erro dos três foi a falta de aproximação com partidos do Ocidente e a falta de uma organização partidária. No total, mais de 50 grupos e partidos entraram na corrida (Görtemaker, 2009, pg.43). Os sociais democratas, que desde metade de janeiro passaram a se chamar SPD (não mais SDP) e a trabalhar estreitamente com seu irmão ocidental, também estavam no páreo. Willy Brandt tinha até se tornado presidente honorário do SPD oriental e dado sua frase de

⁷⁰ Na Alemanha Oriental: *Sozialdemokratische Partei* (SDP). Na porção ocidental a social-democracia continuava com a sigla SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschland*)

⁷¹ *Partei des Demokratischen Sozialismus*

⁷² *Deutsche Soziale Union* (DSU)

impacto ao slogan da campanha eleitoral: agora crescerá junto, o que junto pertence. Muitos analistas políticos da época viam o SPD como um possível vencedor (Görtemaker, 2009, pg.43).

A previsão fazia sentido, uma vez que a União Democrática Cristã (CDU, da sigla alemã) apesar de contar com apoio dos colegas ocidentais, não era um partido recém-criado. Pelo contrário, tinha durante quarenta anos colaborado na posição de partido satélite com o SED. E apesar do seu presidente Gerald Gotting ter sido substituído em 10 de novembro por Maizière, que introduziu mudanças no programa e renovou parte de seus membros, o peso do passado ainda era um ponto negativo (Görtemaker, 2009, pg.44). Porém, nesse meio tempo, um proeminente político também passou a apoiar a reunificação — Modrow surpreendeu quando apresentou em 1º. de fevereiro, após conversar com Gorbachev, as quatro etapas que levariam a uma Alemanha unida e desmilitarizada. Aliado a isso, os novos rumos nas negociações com os soviéticos descritas acima e o plano de negociação com os antigos aliados (2x4) acelerou o desenrolar da reunificação no plano externo. Na esfera interna, o acontecimento paralelo e intensificador do processo foi a decisão da reunificação baseada no artigo 23 da constituição, que seria muito mais rápido e descomplicado se comparado com o artigo 146 (Winkler, 2000, pg.554, V.II).

O assunto também causou polêmica e a discussão girava em torno da elaboração de uma nova constituição ou a anexação da RDA pela RFA. Juridicamente havia dois caminhos. O artigo 23 previa a homologação das leis básicas da constituição no outro Estado alemão, após sua adesão. Já o artigo 146 dizia que as leis fundamentais perdiam sua validade, quando uma nova constituição, aprovada pelo povo alemão entrasse em vigor. Os grupos de oposição e cidadania, que nutriam uma forte simpatia pelas formas da democracia direta e viam com reserva a democracia representativa da constituição da RFA, negaram a solução da anexação (Winkler, 2000, pg.555, V.II). Eles estavam muito mais engajados numa nova proposta radicalmente democrática de uma constituição alemã, como, de fato, a mesa-redonda apresentou em 4 de abril. Os sociais democratas também se posicionaram contra a resolução do embate via artigo 23. Até mesmo Willy Brandt via com bons olhos a solução via artigo 146, pois achava que a construção de uma constituição conjunta teria um efeito positivo no crescimento conjunto entre a população ocidental e oriental.

Na contracorrente, a “Aliança para Alemanha” se colocou como aqueles que buscavam uma rápida solução para a reunificação. Essa imagem foi fortalecida pelas diversas aparições de Kohl na RDA. O mesmo ocorreu com relação à introdução de uma economia de mercado. A aliança apoiada pelo chanceler não estava sozinha em relação à questão, que também era defendida por outros atores políticos. Assim, a “Aliança para Alemanha” era vista como a mais apta a colocar em prática as propostas de Kohl feitas a Modrow em 13 de fevereiro — uma união econômica e monetária. Desse modo, a incorporação da RDA pelo artigo 23 era uma consequência das necessidades urgentes de reforma. Uma veloz junção financeira exigia uma rápida união das leis. Dentro de um único Estado seria mais fácil alcançar tal objetivo (Winkler, 2000, pg.554, V.II). O filósofo de Frankfurt Jürgen Habermas alertava para as consequências de uma rápida incorporação da RDA. Em artigo para o jornal “Die Zeit”, do dia 30 de março, dizia que os alemães orientais tiveram, por quarenta anos, que aceitar e se alinhar ao governo detentor da autoridade. Agora, Kohl deixava explicitamente claro que seria melhor apoiar, mais uma vez, aqueles que tinham o poder em mãos (Winkler, 2000, pg.562, V.II).

Entretanto, assim fez a população. Poucos dias antes das eleições, a “Aliança para Alemanha” estava em crescente ascensão. Aparentemente nada abalava o crescimento. Nem mesmo o fato de um dos candidatos da liga, Wolfgang Schnur, ter sido espião da Stasi durante anos e, em 14 de março, pela mesma razão ter renunciado ao cargo de presidente do *Demokratischer Aufbruch* (Winkler, 2000, pg.559, V.II). Fatalmente, dia 18 de março, a Aliança conseguiu 48 por cento dos votos (CDU 40,8; DSU 6,3 e DA 0,9). Na sequência veio o SPD com 21% e PDS com 16,4%. Já o *Bündnis 90* conseguiu somente 2,9% (Stern, Winkler, 2001, pg.211). Uma das razões para o fracasso do SPD foi a cisão do partido durante as eleições. Apesar de Willy Brandt gozar de grande popularidade na RDA, ele não tinha o apoio de todo o partido na questão chave da reunificação. Lafontaine não fazia segredos sobre sua posição. Para Winkler (2000, pg.560, V.II) quem realmente perdeu as eleições foram os “heróis” da revolução de outono. Apesar de prestarem um grande serviço rumo às mudanças, isso já não contava mais tanto assim meio ano depois. Ao se posicionarem contra a uma rápida reunificação com a RFA, deram a impressão que não queriam abolir o socialismo, mas sim reformá-lo. As eleições para a câmara do povo se transformaram, na verdade, em um plebiscito para a liquidação da RDA e adesão à

RFA (Görtemaker, 2009, pg.46).

Em termos puramente numéricos, seria possível após as eleições uma coalizão liberal cristã aos moldes de Bonn, mas as tarefas dos próximos meses prometidas pela “Aliança para Alemanha” (leia-se as decisivas reformas econômicas viabilizadas por meio da anexação da RDA pelo artigo 23) precisavam de maioria, o que se tornaria viável com a ajuda do SPD. Depois de um acirrado debate, os social-democratas formaram com os conservadores e liberais o regime da grande coalizão, sob o comando de Lothar de Maizière, presidente do CDU. O pastor Markus Meckel foi nomeado a partir de 26 de março ministro da Relações Exteriores, com a saída de Ibrahim Böhme, um dos fundadores do SPD oriental, acusado de ser um espião da Stasi. O resultado das eleições na RDA mudou também o rumo no diálogo com Moscou e Paris. Em outras palavras, o governo francês que se preocupava com um desinteresse alemão na comunidade europeia depois da reunificação, passou a pedir uma rápida integração da RDA pela RFA (Görtemaker, 2009, pg.49).

Em 12 de abril, a grande coalizão fixou a entrada da RDA na RFA via artigo 23, o reconhecimento das fronteiras com a Polônia nos rios Oder-Neiße e a integração à Otan, mesmo que sob algumas condições. No entanto, a prova começou mesmo em 24 de abril, quando Kohl e Maizière acertaram em Bonn a condução de uma união monetária, econômica e social que deveria entrar em vigor no dia 1º de julho. Somente três dias depois do encontro entre o chanceler e o primeiro-ministro iniciaram-se as negociações oficiais e em três semanas, precisamente em 18 de maio, o tratado foi assinado. A ratificação pela Câmara do Povo e pelo Parlamento (Bundestag) ocorreu em 21 de junho e no dia seguinte pelas esferas estaduais (Bundesrat). Como previsto, a união entrou em vigor no dia 1º de julho. Nessa data, salários e aposentadorias foram equilibrados no câmbio de um para um. Dependendo da idade, os cidadãos poderiam trocar suas economias em marcos orientais por ocidentais em um valor entre 2 mil e 6 mil marcos. Para grandes poupanças e créditos empresarias, o câmbio estabelecido foi de dois para um.

Tendo em vista a estagnação da RDA, especialistas econômicos e o próprio Banco Central viam a medida com restrições. O presidente do BC da RFA, Karl Otto Pöhl, taxava a possibilidade de uma união econômica como impertinente e impossível. Precisou ouvir de Kohl que se o marco alemão não chegasse na RDA, os

alemães orientais chegariam até eles (Schulze, 1996, pg. 230). O financiamento da reunificação deveria ocorrer, conforme a vontade de Bonn, via crescimento econômico e não por meio de aumento de impostos. Porém, mesmo com o alto nível de crescimento do Produto Interno Bruto nos últimos dois anos (3,7% em 1988 e 3,6% em 1989), baixa taxa de inflação e desemprego, esta era uma arriscada pretensão (Winkler, 2000, pg.569, V.II). Os custos seriam gigantescos. Ainda assim Bonn via a união econômica como a única forma de conter a massa de migrantes e acelerar o processo de anexação da RDA na comunidade europeia.

Segundo informações do ministério da RDA de 1990, somente um terço das empresas orientais eram rentáveis, metade trabalhava no vermelho e 14% delas estavam à beira da falência (Winkler, 2000, pg.569, V.II). Pelo contrato de união econômica, a RDA se comprometia a conduzir a economia de mercado, via propriedade privada, livre concorrência e fixação dos preços e liberdade de trabalho, capital, bens e serviços. As agências de privatizações, fundadas em março ainda sob o governo Modrow, transformaram-se numa grande organização com pelo menos 3 mil trabalhadores. A função desses funcionários era privatizar no prazo de quatro anos um total de 12.933 indústrias e empresas — 127 Kombimates centrais e 95 regionais (Görtemaker, 2009, pg.65). Em 16 de maio, Kohl informou a criação do “Fundo Especial para Reunificação”. Tal estrutura deveria existir por quatro anos e viabilizar até 1994 uma ajuda de 115 milhões de marcos ocidentais para auxiliar a recuperação da RDA (Winkler, 2000, pg.570, V.II). Vinte milhões seriam alcançados por meio de economia do governo e os outros 95 milhões por meio de crédito. As taxas de juros e amortização seriam bancadas meio a meio pelas esferas federais e estaduais. Para Winkler (2000, pg.570, V.II) o fundo mascarava a dimensão real da dívida. Em agosto, a RFA assumiu o rombo interno e, posteriormente externo, da RDA. 600 milhões seriam pagos por meio de um outro fundo especial de patrimônio (Winkler, 2000, pg.571, V.II). Nesse caso, os juros seriam divididos entre governo e agências de privatização. O valor real estimado para equalização das indústrias orientais nos padrões ocidentais eram bastante controversos. Os números variavam de 500 milhões a 1,1 bilhão de marcos. Isso sem contar com os 10 milhões de marcos anuais direcionados aos gastos sociais. (Görtemaker, 2009, pg.65).

Cinco dias após a união política – econômica, em 6 de julho, começaram as negociações para a regulamentação de um contrato de união. Dia 22, a Câmara do

Povo aprovou uma lei de reinserção dos cinco Estados (Sachsen, Sachsen Anhalt, Thüringen, Brandenburg und Mecklenburg-Vorpommern). Enquanto isso, o processo no plano internacional também se intensificara. Jacques Attali, Conselheiro de Assuntos Externos de Mitterrand disse que Paris estava sob forte pressão trabalhando a caminho de uma União Europeia. Em 21 de Abril, o ministro das Relações Exteriores da Comunidade Europeia concordou, em encontro em Dublin, com a rápida integração a RDA ao grupo. Desse modo, Estados e governos da comunidade passaram a ver com bons olhos o rápido processo de reunificação (Winkler, 2000, pg.577, V.II). Em 6 de Julho começavam as rodadas de negociação 2x4 em Bonn. Na mesma data, em Londres, o conselho do Atlântico Norte aprovou uma declaração que iniciava as mudanças na liga: Otan e Pacto de Varsóvia não deveriam se tratar como inimigos (Görtemaker, 2009, pg.56). O número de armas nucleares também seria reduzido. Tais reformas na Otan deveriam facilitar as negociações com Moscou sobre a integração da Alemanha ao grupo.

O feito foi alcançado nos dias 15 e 16 de junho durante encontro entre Kohl e Gorbachev no Cáucaso. As condições para a entrada da Alemanha na Otan foram acertadas: o país desistiria da produção de armas químicas, biológicas e nucleares; a estrutura militar ocidental não deveria ocupar os territórios da RDA, enquanto as tropas russas ainda estivessem presentes e o exército teria 370 mil homens. A URSS tinha, por sua vez, perdido a competição internacional no plano militar, tecnológico, econômico, político e ideológico. E sem ajuda financeira massiva dos países do Ocidente, precisamente da RDA, não haveria mais possibilidades para a continuidade da Perestroika. Gorbachev e Schewardnadse lutavam agora pela sobrevivência política (Stern, Winkler, 2001, pg.215). Em 12 de setembro, encerraram-se as negociações 2x4 em Moscou com a assinatura do Contrato sobre a conclusiva regulamentação em relação à Alemanha⁷³. Dez pontos fixavam questões relacionadas à política externa da reunificação. Entre eles, as fronteiras com a Polônia foram definitivamente reconhecidas e não haveria mais tratados de paz e revisões das indenizações referentes à II Guerra Mundial para o país então unificado.

A reunificação foi marcada para 3 de outubro e a primeira eleição conjunta da Alemanha para 2 de dezembro. O contrato de união foi ratificado em 31 de agosto e

⁷³

Verträge über die abschließende Regelung in Bezug auf Deutschland

previa uma massa ilimitada de questões jurídicas, embora muitas tenham ficado em aberto. Berlim seria a capital, mas a questão do Parlamento e cadeiras do governo não ficara decidida. O poder Legislativo também não definiu neste momento se a constituição passaria ou não por uma revisão e se ao final de uma suposta reforma constitucional haveria aprovação popular, segundo o artigo 146. Entre os pontos mais complicados estava a regulamentação das propriedades. Nas negociações 2x4⁷⁴, a pedido da RDA e URSS, ficou registrado a impossibilidade de voltar atrás nas expropriações, entre elas a agrária, cometidas entre os anos de 1945 e 1949. Aquelas ocorridas depois desta data, seriam retornadas por um processo de compensação.

Finalmente chegava ao fim a maratona da reunificação. Em uma comemoração na Filarmônica de Berlim, o presidente Weizsäcker disse: “A reunificação não foi imposta a ninguém, ela é uma parte de um processo europeu, que tem como foco a liberdade de seu povo e a paz. A união da Alemanha é muito mais que a extensão da RFA. Chegou o dia em que, finalmente, toda a Alemanha encontrou seu lugar no círculo das democracias ocidentais (Stern, Winkler, 2001, pg.220)”.

2.7. Reunificação cultural e identidade

Infelizmente, a alegria da reunificação não foi mantida por muito tempo. Quarenta anos de separação começavam a surtir efeito. A euforia foi substituída pela sobriedade. Segundo Winkler (2000, pg. 631, V.II) muitos “*Wessis*” se sentiam na presença dos “*Ossis*” como de volta a ultrapassada década de 1950, pois, ao contrário de seus vizinhos no Ocidente, os ex-alemães orientais não tiveram a oportunidade de se transformar em “cidadãos europeus” e do “mundo”. Eles haviam permanecidos alemães. Por outro lado, os ex-ocidentais eram vistos como arrogantes e incompreensíveis. Clichês eram reforçados por inúmeras piadas: os “chorosos” *Ossis* ou os “metidões” *Wessis*.

O número de desempregados aumentou dentro de um mês, entre março e abril (1990), de 38.313 para 64.948 pessoas. A estimativa era de que até o final do ano de 1991, o aumento seria de 500 mil para 2 milhões de cidadão sem trabalho (Görtemaker, 2000, pg.64). Havia além de todas as dificuldades, certa devastação moral construída com ajuda do SED e da Stasi. O processo de espionagem foi tão

⁷⁴ Termo utilizado pela diplomacia para se referir às negociações entre as duas Alemanhas e os quatro ex-aliados França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos.

disseminado que em alguns territórios da ex-RDA podia-se falar em uma classe de tais profissionais (Winkler, 2000, pg.617, V.II). Quanto mais política a atividade realizada antes da virada em 1989, menor a possibilidade que estes profissionais tinham de exercer a mesma função depois da reunificação. A dúvida do profissionalismo e da confiança ideológica era grande. Alto desemprego, caros aluguéis e vasta disparidade salarial ressaltavam as diferenças entre os dois lados.

Alemães orientais e ocidentais se estranhavam e não se entendiam tão bem quanto o esperado. A mídia, em geral, durante esse período de aproximação, conduziu e se alinhou conforme a perspectiva ocidental. Não só jornalistas, mas também pesquisadores e cientistas descobriram as “resignadas e conformadas pessoas de personalidade socialista”. Os alemães orientais eram constantemente retratados como culturalmente atrasados, semelhante ao alemão da RFA na década de 1950 (Ahbe/Gibas, 2001)⁷⁵. Profetizava-se que era difícil se livrar da falta de independência e que a transformação dos “recebedores e cumpridores” de ordem em trabalhadores confiantes, “pró-ativos” e com iniciativa própria só viria com o tempo (Ahbe/Gibas, 2001). Sessenta por cento dos *Ossis* tinham uma consciência coletiva e se colocavam como não-ocidentais. Porém, um quinto dessas pessoas construíam suas definições com recursos da mídia ocidental, que os retratavam desta maneira. (Ahbe/Gibas, 2001).

Aqueles que ponderaram sobre uma rápida anexação da RDA — e aconselharam um caminho mais vagaroso por meio da construção de uma constituição comum, seguida de um plebiscito popular — olhavam para trás e viam suas preocupações se confirmarem. Tal posição se baseava no pressuposto de que uma discussão conjunta sobre os direitos fundamentais e o objetivo do futuro Estado teria tido um efeito agregador. “Essa não era nossa alternativa⁷⁶”, diziam a minoria dos grupos de oposição da Revolução Pacífica, assim como grupos de intelectuais da antiga RFA. No entanto, para Winkler (Stern, Winkler, 2001, pg.224) tendo em vista as condições externas e internas da época, não havia outra saída senão a rápida união. Primeiro porque a situação econômica e a insatisfação na RDA estava fora de

⁷⁵ Aus Politik und Zeitgeschichte (B1-2/2001). Em:
http://www.bpb.de/publikationen/BQ6TYM,0,0,Der_Osten_in_der_Berliner_Republik.html

⁷⁶ Aus Politik und Zeitgeschichte (B1-2/2001). Em:
http://www.bpb.de/publikationen/BQ6TYM,0,0,Der_Osten_in_der_Berliner_Republik.html

controle; uma segunda razão era a vontade popular expressa nas eleições de 18 de março e, por fim, não se tinha em vista até quando Gorbachev e Schewardnadse dariam continuidade à política no Kremlin.

Na perspectiva do historiador Winkler, o que desgastou o processo não foi o tempo de realização, mas sim o fato do chanceler Kohl não afirmar com todas as letras que o caminho para a reunificação seria oneroso, custoso e difícil. Além dos atores políticos na RDA não esclarecerem completamente a seriedade da situação, também não era oportuno para as eleições no final de 1990 tornar pública esta realidade. O pragmatismo político de Kohl e Genscher foram reluzentes no desenrolar da questão no cenário externo, mas não suficientes para a união e agregação interna (Stern, Winkler, 2001, pg.224). O discurso sobre o lado normativo da reunificação, como pedia Habermas, era necessário, pois abordaria essa distante realidade entre as duas partes. Mesmo assim, segundo o historiador (Stern, Winkler, 2001, pg.224), a nova orientação alemã não ocorreria sem conflitos. A porção oriental teve de passar por um processo de aprendizagem frente à nova democracia parlamentar e à economia de mercado. A porção ocidental, por sua vez, começou a enfrentar a realidade externa. O muro era uma “proteção” à RFA, que não precisava se posicionar em relação a assuntos externos espinhosos enquanto estava sob a custódia dos aliados (Stern, Winkler, 2001, pg.225). O país perdera essa condição especial. Agora a Alemanha associada às Nações Unidas e à Otan deveria abraçar mais responsabilidades e lidar melhor com assuntos externos. O país unificado é o que não era nem a RDA nem a RFA: um Estado nacional (Stern, Winkler, 2001, pg.226).

Diferentemente do primeiro Estado de Bismarck, a Alemanha de 1990 estava associada à instâncias supranacionais como a Otan e a Comunidade Europeia, além da decisão de uma redução qualitativa e quantitativa de seu potencial militar. No aspecto da democracia parlamentar, a Alemanha também estava longe das heranças autoritárias da nobreza prussiana. Na primeira unificação, de 1871, a solução pela pequena Alemanha (com a exclusão da Áustria) foi a única opção tolerável para o continente. Em 1990, a escolha por um país ainda menor (abrindo mão definitivamente dos territórios perdidos para a Polônia pós - II Guerra Mundial) foi um dos fatores que também colaborou para o consentimento dos antigos aliados. A reunificação do país não foi resultado de uma estratégia política perseguida por vários anos, mas sim um ato de improvisação. No entanto, importantes decisões ocidentais

permitiram, de certo modo, o sucesso de tal possibilidade (Stern, Winkler, 2001, pg.225). Pertencem a esses exemplos a integração ocidental trabalhada por Adenauer, assim como a fase de diálogo e bom relacionamento com os países do Pacto de Varsóvia, estabelecidas por Brandt.

Com o passar dos anos, as diferenças foram suavizadas, mas não totalmente extintas. Em 1993, o instituto de pesquisa de Allensbach fez a seguinte enquete: “Você acredita que os alemães orientais e ocidentais se sentem solidários uns com os outros e partilham do mesmo sentimento de ser alemão ou você se sente como um alemão ocidental ou oriental com opostos interesses”? 22% dos alemães ocidentais e 11% dos orientais responderam ter o sentimento em comum. Em contrapartida, 71% dos antigos cidadãos (ocidentais) e 85% dos novos (orientais) declararam a perspectiva de uma distinção. Mais tarde, no verão de 1999, 48% dos alemães ocidentais e 63% dos orientais viam a reunificação como um motivo para comemoração. Finalmente, no ano 2000, segundo o instituto Ipsos de Mannheim, 80% dos ocidentais e 68% dos orientais se sentiam alemães, sem outras distinções (Winkler, 2000, pg.630, V.II). Mesmo com todos os problemas que se seguiram e a difícil questão da integração interna, a reunificação foi um ponto de virada na história alemã.

Foi a primeira vez que a pergunta do nacionalista Ernst Moritz Arndts, “o que é a pátria alemã (*Was ist des Deutschen Vaterland*)”, pode ser respondida sem devaneios territoriais. O historiador Hagen Schulze (1996, pg.236-238) explica. Até o momento valia o ditado nietzschiniano: os alemães estão no ontem e no amanhã — eles não têm o hoje (*Die Deutschen sind von vorgestern und von übermorgen – sie haben noch kein Heute*). Desde o desenvolvimento (ou criação) da ideia do Estado nacional, conceitos como Nação e Estado sempre foram divergentes. Os primeiros integrantes do movimento nacionalista sonhavam com o retorno ao passado do antigo Sacro Império Romano Germânico. Já a solução encontrada por Bismarck pelo viés da pequena Alemanha foi vista por muitos como uma fase transitória para a grande Alemanha. Havia uma perspectiva de expansão futura. Por sua vez, a frágil República Weimar se ocupou do passado, em busca de uma revisão do Tratado de Versalhes e das antigas fronteiras da Prússia oriental. No pós-guerra, o país dividido tinha a questão dos territórios como eles eram no pré-guerra. A partir de 1990, não havia mais a ideia de transição para o caminho de alguma utopia que só poderia se realizar

por meio da força.

A reunificação, ao contrário de sua prévia em 1871, não foi realizada contra a vontade dos outros Estados europeus (apesar das ressalvas iniciais), mas por meio de negociações com eles. Em 7 de fevereiro de 1992, foi assinado o contrato de Maastricht, que previa a transição de Comunidade Europeia para União Européia. Até 1999, os membros do grupo deveriam conduzir a introdução de uma moeda comum. Por fim, o país concluiu o que o historiador Winkler chama de “O Longo Caminho para o Ocidente”, em outras palavras, a aproximação com as democracias da Europa Ocidental. Pela primeira vez, a Alemanha estaria, irrevogavelmente, comprometida e associada ao Ocidente.

Terceiro Capítulo

A Cobertura da reunificação na *Der Spiegel*

3.1. O nascimento da publicação

Em meio à ocupação dos aliados na Alemanha do pós-guerra, surge a revista *Der Spiegel*, em 4 de janeiro de 1947, na cidade de Hannover. Com uma tiragem de 15,5 mil exemplares, a publicação tinha o preço de um “*Reichmark*” e poderia custar até quinze vezes mais no mercado negro⁷⁷. Com as margens em vermelho, o projeto já trazia as mesmas seções encontradas nos dias de hoje: Panorama, Alemanha, Mundo, Economia e Gente. A revista sucedeu o semanário *Diese Woche*, fundado pelo oficial britânico John Chaloner, que atuava naqueles tempos como chefe de comunicação na cidade, em 16 de novembro de 1946. Segundo ele, os alemães precisavam de mais liberdade de imprensa, depois de anos sob a propaganda nazista arquitetada por Joseph Goebbels, durante o II *Reich*⁷⁸. A concepção do projeto baseava-se no conceito das estadunidenses e britânicas “*news magazines*”, modelo até então inexistente na Alemanha. O chanceler britânico contratou à época, entre os redatores de política, o filho de um industrial de Hannover, que assim como ele foi um oficial da artilharia durante a guerra. Tratava-se de Rudolf Augstein, responsável pela construção e consolidação da revista semanal mais conhecida da Alemanha.

A *Diese Woche* foi primeiramente impressa sem licença e ficava oficialmente sob a responsabilidade do governo militar britânico. Porém, o estilo irreverente e atrevido de Augstein não poupava nem mesmo as forças de ocupação, o que teve lá suas consequências. “Para que o regime de sua majestade não se envergonhasse por mais tempo (Stockman, 1999)”, segundo o próprio Augstein, a publicação foi repassada para os alemães. Chaloner foi destituído do cargo e a recém inaugurada *Diese Woche* fechou as portas já na sua quinta edição. A solução foi encontrar um novo editor e dar um rótulo diferente ao caderno: Augstein assumiu nesse momento o controle da recém-nascida *Der Spiegel*. A primeira edição trazia na capa o diplomata

⁷⁷ *Der Spiegel*:
<http://www.spiegelgruppe.de/spiegelgruppe/home.nsf/0/00725D93EF0ABA5BC1256FD600330072?OpenDocument>

⁷⁸ *Deutsche Welle*: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,398404,00.html>

austriaco Kleinwächter, enviado à Washington, em frente à Casa Branca (imagem abaixo). Em 1952, quando a redação foi transferida de Hannover para Hamburgo, a tiragem já estava em 121.202 exemplares vendidos.



Inspirada na estadunidense *Time*, fundada em 1923, a revista coloca-se como uma *Nachrichtenmagazin* (*news magazines*). O fato é que a imprensa alemã foi bastante orientada pelo jornalismo britânico e estadunidense após a II Guerra Mundial e quase 90% das publicações da República Federal Alemã (RDA) se colocavam acima dos interesses partidários e por isso seguiam (pelo menos em teoria) um ideal crítico, desinteressado e objetivo de imprensa. O surgimento da *Der Spiegel* foi à época um exemplo proeminente desse contexto (Ernst, 1998, pg.29). Seu título significa “O Espelho” e carrega a ideia da transmissão dos fatos assim como eles são, um reflexo dos acontecimentos sociais, pelo menos em sua concepção. Todo o estilo da revista e reconhecimento angariado foi marcado por mais de meio século pelo trabalho de Rudolf Augstein até sua morte em 2002: “Desenvolvimento histórico, linha política e

sucesso jornalístico da publicação (...) – do dia da fundação até hoje – estão estreitamente associados ao nome Rudolf Augstein (Pürer, Raabe, 1996, pg.185).

Reportagens de bastidores, postura crítica, jornalismo investigativo, cobertura de escândalos e linguagem bastante marcada por cinismo e ironia são características da revista (Stockman, 1999, pg.15). Entre as repercussões mais emblemáticas do semanário está o “*Spiegel Affäre*”, de 1962, que culminou na prisão de Augstein, do diretor da editora e mais outros redatores. O episódio marcou o fim da era Adenauer, primeiro chanceler de Bonn, e gerou massiva discussão sobre a liberdade de imprensa no país. Nos bastidores: a publicação se colocava contra aos planos do ministro da Defesa Franz Josef Strauß de equipar o exército alemão com armas nucleares, assim como os planos da Otan de um “ataque preventivo” à URSS. O tema foi fortemente debatido na imprensa local, mas a crítica mais ácida veio da redação da *Der Spiegel* em Hamburgo. No dia 10 de outubro de 1962 (imagem da capa abaixo), a revista escreveu uma matéria com o título “Defesa Condicionada” (*Bedingt Abwehrbereit*) e concluiu que a defesa da República Federal Alemã não estaria segura de qualquer maneira em caso de um ataque do Pacto de Varsóvia e esse conceito de “ataque preventivo” mais ameaçaria do que asseguraria a paz⁷⁹. Dezoito dias depois da publicação da reportagem, na noite de 26 para 27 de outubro, a redação da revista em Hamburgo, assim como a sucursal em Bonn e mais outros apartamentos privados dos funcionários foram invadidos e revistados pela polícia e funcionários do Departamento Criminal do Estado. A equipe foi presa e acusada de traidores da pátria (*Landesverrat*).

⁷⁹ Bundeszentrale für politische Bildung:
http://www.bpb.de/publikationen/01642006453512595568594735924988,2,0,Das_Ende_der_%C4ra_Adenauer.html



Dois meses antes de sua morte, em setembro de 2002, Augstein comenta o caso para o prefácio da nova edição do livro do historiador estadunidense David Schoenbaum⁸⁰: o termo “traidor da pátria” era naquele tempo, somente 17 anos depois da II Guerra Mundial e no auge da Guerra Fria com o Império Soviético, uma arma com a qual eles podiam fazer um ataque certo”⁸¹. No entanto, diversas redações de outros jornais e revistas apoiaram a *Der Spiegel* e grupos de estudantes, escritores, artistas, professores e sindicatos foram às ruas em protesto contra o regime e ao que eles consideraram como ataque à liberdade de expressão e imprensa. O caso *Spiegel* gerou uma crise no governo. Frações do FDP⁸² (Partido Liberal Democrático, da sigla alemã), assim como o SPD exigiram a saída de Strauß e o afastamento de mais cinco ministros. Como consequência, Adenauer montou em 14 de Dezembro um novo gabinete e anunciou sua renúncia para o outono de 1963.

⁸⁰ *Die Affäre um den Spiegel: Ein Abgrund von Landesverrat*

⁸¹ *Der Spiegel*. Ed.46/2002. Pg. 126.

⁸² *Frei Demokratische Partei (FDP)*

Em entrevista para o Jornal *Die Zeit*, em 15 de Outubro de 1993, Augstein reafirmou sua crença no perigo que Josef Strauß representaria para a democracia alemã caso ele alcançasse o cargo de primeiro-ministro (*Bundeskanzler*). “Se ele e Adenauer não se odiassem tanto, eles seriam realmente perigosos”⁸³, diz. Por outro lado, na mesma conversa, uma curiosa observação: “Konrad Adenauer foi uma das figuras de maior significado que já encontrei”⁸⁴, diz. A permissão para visitar o ex-chanceler duas semanas antes de sua morte também o deixou bastante feliz. Seja de modo contraditório, liberal ou nacionalista, o fato é que o estilo de Augstein marcou a linha editorial e os textos da *Der Spiegel*. À época presidente do CDU (Partido União Democrática Cristã, da sigla alemã), Angela Merkel declarou em 2002 que com Rudolf Augstein o estilo news magazine, assim como o jornalismo investigativo tornaram-se popular na Alemanha. E desse modo, ele contribuiu desde cedo para estabelecer a imprensa como “quarto poder” na democracia⁸⁵. De qualquer maneira, não dá para negar a afinidade que o *publisher* tinha com o poder. Quando questionado na mesma entrevista pelo jornalista do *Die Zeit* (15.10.1993) se ele se sentia feliz por conta da influência que tinha sobre as pessoas, não hesitou: “Pode ser que sim, mas quem não se sente? É e só um poder emprestado.”⁸⁶

Com uma biografia marcada por momentos decisivos da história alemã (leia-se a reviravolta da República Weimar para o III *Reich*, a ditadura do nacional-socialismo, II Guerra Mundial, a complicada situação do pós-guerra, divisão e reunificação do país), Augstein concordava quando o chamavam de nacionalista e ele o afirmava ser, assim como Margaret Thatcher e François Mitterrand, mas preferia o termo patriota⁸⁷. Coerentemente, ele deu todo seu apoio ao processo de reunificação da Alemanha, ao contrário de outros redatores da revista. Um dos casos conhecidos sobre a polêmica em torno do assunto dentro da *Der Spiegel* foi um artigo que Augstein escreveu para responder ao seu próprio amigo e redator chefe Erich Böhme.

⁸³ (...) „Hätten Adenauer und Strauß einander nicht so gehasst, wären sie wirklich gefährlich gewesen“.

⁸⁴ (...) “Aber vielleicht ist letzten Endes doch Adenauer die bedeutendste Figur, der ich begegnet bin”

⁸⁵ *Der Spiegel*. Ed. 46/2002. Pg.58. “Mit ihm wurde das Nachrichtenmagazin ebenso populär wie der investigative Journalismus. Auf diese Weise hat er frühzeitig dazu beigetragen, die Presse als vierte Gewalt in der Demokratie zu etablieren.

⁸⁶ (...) Haben Sie Freude an der Macht über Menschen? Augstein: Das kann wohl sein. Wer hat die nicht? Es ist nur eine geliehene Macht”.

⁸⁷ *Der Spiegel*. Ed. 46/2002. Pg 132.

Este escreveu na edição 44, no dia 30 de outubro de 1989, semanas antes da abertura das fronteiras, um artigo que começava do seguinte modo: “*ich möchte nicht wiedervereinigt werden*” (eu não quero ser reunificado). E continuava — “Hitler, Stalin, Churchill e Roosevelt enrolaram os antigos mapas e os atiraram ao fogo. Por que então nós deveríamos usá-los 44 anos depois?” Para Böhme, a aceleração de uma integração econômica e política do continente europeu era mais racional e importante. Essa discussão veio à tona principalmente após o 9 de Novembro de 1989 e pautará parte da análise deste trabalho. Na edição seguinte, em 6 de novembro de 1989, Augstein rebate essa posição com outro texto, intitulado „*Meinungen, ein wenig verschieden*” (“Opiniões, um pouco diferentes”), em que ele afirma com todas as letras em sua conclusão: “eu quero a reunificação ou nova união, embora não a qualquer preço”. Em sua argumentação ele diz que seus antepassados e os de Böhme viveram juntos por pelo menos 250 anos, até em um mesmo Estado a partir de 1871, enquanto que com os austríacos foram somente sete anos de convivência⁸⁸. E com uma possível reunificação em vista, Augstein acreditava que as quatro potências vencedoras deveriam desaparecer de Berlim.

Em certa ocasião se perguntou Hans-Dietrich Genscher, à época ministro das Relações Exteriores, como a *Der Spiegel* teria se posicionado frente à reunificação alemã, caso Rudolf Augstein não fosse o diretor da publicação (Merseburger, 2009, pg. 485). Surpreendentemente, antes de toda reviravolta política no final de 1989, Augstein afirmava não acreditar ver a Alemanha reunificada ainda em vida. E no começo do verão daquele ano, ele declarou para a revista *Lufthansas Germany* que não se engajava mais pela reunificação do país, pois tinha consciência que o tema estava fora da ordem do dia (Merseburger, 2009, pg.487). Porém, o rumo dos acontecimentos o fez reviver seu sonho nacionalista. E não foi somente com seu amigo e chefe de redação Böhme que Augstein travou um confronto de ideias. Em um programa de televisão, o *publisher* discutiu com o escritor Günter Grass, que era a favor somente de uma confederação entre as duas Alemanhas. Para ele, a terrível e sem comparação experiência de Auschwitz impossibilitava para sempre a reunificação do país.

No entendimento de Grass havia uma discrepância na figura de Augstein. Por

⁸⁸ *Der Spiegel*. Ed.45/1989. Pg.22

um lado, ele era um absoluto liberal, que entoava em sua revista de forma bastante especial um radical Estado de direito, que tornava público os vergonhosos descasos da jovem República Federal Alemã. No entanto, por outro lado, especialmente na velhice, representou um crescente nacionalismo alemão⁸⁹. “O que para mim, foi em partes, uma surpresa”, diz Grass. “Até os dias de hoje, se espelha na pessoa de Augstein a dividida história do liberalismo alemão”. No mesmo texto, assinado pelo escritor na *Der Spiegel* em 2002, ele confirma o duelo de opiniões. “Na questão da reunificação alemã houve controversas entre nós. Ele tinha consciência de seu poder”, conclui. De qualquer forma, a cobertura da *Der Spiegel* sobre a abertura das fronteiras e a reunificação do país será abordada em detalhes mais para frente neste capítulo dedicado somente às matérias selecionadas para a pesquisa, assim como as colunas de opinião assinadas por Augstein. “Estritamente proibida na RDA, a *Der Spiegel* era para mim, assim como para muitos outros, uma publicação desejada”, conta a atual chanceler Angela Merkel⁹⁰.

Até a data atual deste trabalho, os 270 jornalistas continuam em busca de temas polêmicos e escândalos políticos. Na Alemanha, a publicação conta com sete sucursais, a maior delas em Berlim com 36 redatores, além de 23 correspondentes. Entre as redações internacionais, Moscou é uma das maiores. O arquivo da revista possui atualmente mais de 50 milhões de documentos em textos e 5 milhões de fotos eletrônicas, em microfilme ou papel. Mais de 300 publicações em 15 diferentes línguas são analisadas regularmente e compõe, segundo dados do grupo *Spiegel*, um dos maiores arquivos de jornal do mundo.

Desde 1989, um dos anos em questão neste trabalho, a tiragem da *Der Spiegel* alcança mais de 1 milhão de exemplares e 6,54 milhões de leitores⁹¹. Desse total, 66% do sexo masculino e 34% do feminino. Segundo dados da própria editora, o tempo de leitura médio de uma edição é calculada em torno de duas horas. A faixa etária de 71% do público da revista está entre 20 e 59 anos (fato que não diz muito, pois abrange grande parte da população com exceção de idosos e adolescentes) e 43% do número total de leitores ganham pelo menos mais de 3 mil euros mensais. Da tiragem total, 92% permanece na Alemanha e os outros 8% são enviados para 173 países

⁸⁹ *Der Spiegel*. Ed.46/2002. Pg. 33.

⁹⁰ *Der Spiegel*. Ed.46/2002. Pg. 58

⁹¹ http://www.spiegel-qc.de/deutsch/media/dokumente/partner/kurzportraet/spiegel_factsheet.pdf

diversos, principalmente para Áustria e Suíça⁹². A edição mais vendida da história da publicação (38/2001) chegou a 1.446.325 exemplares, logo após os acontecimentos do 11 de Setembro, com a chamada de capa “O Terror ataca – Guerra no século XXI⁹³”.

3.2. O corpus da pesquisa na *Der Spiegel*

Um casal e seus dois filhos adolescentes rodeiam e analisam com olhares de admiração o novo modelo do Fiat Panda. Um pouco para trás, está estacionado o Trabi desta família da Alemanha Oriental. A cena que no ano de 1989 poderia ser real, é parte de uma campanha publicitária da agência de propaganda de Frankfurt Michael Conrad & Leo Burnett. O mote: “Ah sinceramente, Erich... ah Egon..., nós imaginávamos o real e tardio capitalismo existente muito mais decadente”⁹⁴. “Fiat Panda. O carro legal”. As fronteiras estão abertas há menos de um mês e as propagandas com tema Alemanha-Alemanha multiplicam-se. Entre tantas outras, a empresa de designer de móveis Roset também não quis perder a chance de trabalhar com os temas liberdade e mobilidade. Sobre o teto de um Trabi, vemos um sofá amarrado manualmente com cordas. Logo: “Bom sem fronteiras”⁹⁵. A repercussão no mundo publicitário também tomou proporções internacionais. Na Inglaterra, a cervejaria holandesa Heineken criou um outdoor. A cena já é relativamente conhecida. Milhares de pessoas alegres comemoram e destroem o muro de Berlim – Frase de impacto: “Isto nem a Heineken teria conseguido”⁹⁶.

Até mesmo a revista *Der Spiegel* publicou um anúncio próprio na página 33 da edição do dia 18 de dezembro de 1989. “O presente sem fronteiras. – a *Der Spiegel* chega como um presente seu aos teus amigos e parentes em toda a RDA, semana por semana, 52 vezes por ano”⁹⁷. E enquanto publicitários pensavam em como reforçar a marca de seus clientes na Alemanha Oriental, estudantes da RDA avaliavam a

⁹²

<http://www.spiegelgruppe.de/spiegelgruppe/home.nsf/Navigation/C226C5F6118D70E0C12573F700562F49?OpenDocument>

⁹³ *Der Spiegel*. Ed.38/2001. *Der Terror Angriff: Krieg im 21.Jahrhundert*

⁹⁴ *Der Spiegel*. Ed.49/1989. Pg. 71. “Also mal ehrlich, Erich... ah Egon... den real existierenden Spätkapitalismus hätten wir uns wesentlich dekadenter vorgestellt”. „Fiat Panda. Die tolle Kiste“

⁹⁵ *Der Spiegel*. Ed. 49/1989. Pg. 71. „Grenzenlos gut“.

⁹⁶ *Der Spiegel*. Ed. 49/1989. Pg. 71. „Selbst Heineken hätte das nicht geschafft“.

⁹⁷ „Das grenzenlose Geschenk. Woche für Woche in die DDR. Der Spiegel kommt als Ihr Geschenk zu Ihren Freuden und Verwandten überall in der DDR. Woche für Woche. 52 Mal im Jahr“.

possibilidade de se matricularem em universidades da Berlim Ocidental. Foi o caso de Olaf Woldt, à época com 21 anos, que “não queria esperar para ver se o socialismo na RDA melhoraria”. Muitos de seus amigos já viajavam diariamente pelas fronteiras da rua *Friedrichstraße* com esta intenção. Para Sabine Schenk, eles faziam como Goethe, só que no sentido inverso. “Ele nasceu em Frankfurt e estudou em Leipzig”, diz. No entanto, o processo de adaptação não parecia assim tão simples. Cerca de 16% dos mais de 300 mil imigrantes que vieram da RDA no começo do ano de 1989 tinham o *Abitur*⁹⁸ (prova que dá acesso às universidades, realizadas ao término do Ensino Médio) e a pilha de pedidos para reconhecimento desta habilitação crescia nos órgãos públicos especializados⁹⁹. Porém, toda a burocracia exigida pelas universidades não era exatamente a única dificuldade enfrentada pelo *Ossis*.

Em sua primeira visita ao Ocidente, um garoto de 26 anos da cidade de Güstrow, do Estado de *Mecklenburg*, resolveu conhecer o tão famoso bairro de *Reeperbahn* em Hamburgo. Após um passeio rápido, ele parou seu Trabi em uma rua escura do distrito da luz vermelha, St. Pauli, baixou o assento do motorista e deitou de lado para dormir. O silêncio e tranquilidade noturna duraram pouco. Por volta de 1h da manhã, dois homens quebraram as janelas do veículo com pancadas. E esse não foi o primeiro ato de violência registrado pela polícia. Outros casos ocorreram em diversas cidades da Alemanha Ocidental. Em Hannover, por exemplo, desconhecidos atiraram garrafas com gasolina em veículos da porção oriental. O jornal *Bild* publicou um apelo: “Por favor, deixem os Trabis viverem”.¹⁰⁰

Fato é que após algumas semanas de alegria embriagada, os problemas começaram a aparecer, exigindo sensatez e sobriedade. Alguns benefícios recebidos pelos visitantes da Alemanha Oriental, como 100 marcos de boas vindas, entrada de graça em museus, teatros e piscinas públicas, assim como hospedagem garantida, geraram uma certa “inveja social”. Para apaziguar a disputa, políticos do SPD pediram para que os cerca de 6 milhões de pobres da Alemanha Ocidental também pudessem receber 100 marcos como presente de Natal. “É um gesto para mostrar que nós não esquecemos das necessidades daqui”, disse à época a parlamentar Renate

⁹⁸ *Gymnasium* é a modalidade de escola que se inicia na quinta e vai até a décima segunda ou terceira classe, dependendo do estado. Essa fase termina com a realização do *Abitur*, pré-requisito para a entrada na universidade.

⁹⁹ *Der Spiegel*. Ed.49/1989. Pg.99-102

¹⁰⁰ *Der Spiegel*. Ed.48/1989. Pg.69. “*Bitte, lass die Trabis leben*”.

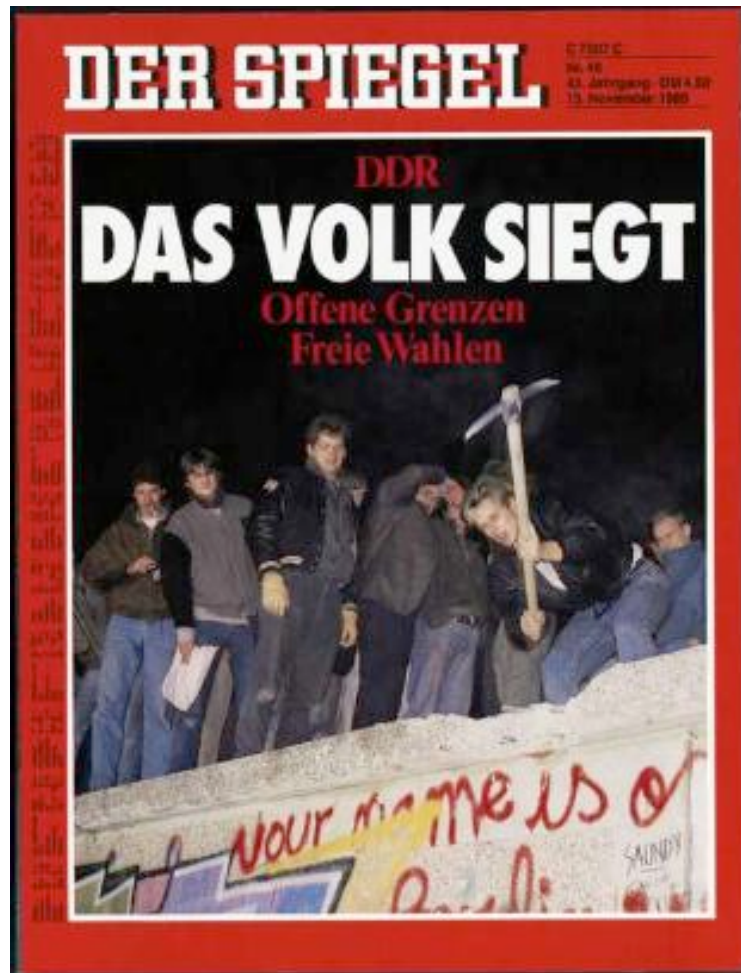
Schmidt¹⁰¹.

Ao mesmo tempo, os governantes da RDA tentavam sem sucesso acalmar os ânimos dos cidadãos na cidade de Leipzig, que apesar da abertura das fronteiras continuavam regularmente com os protestos todas as segundas no embalar da frase “nós somos o povo”. Eles exigiam eleições livres e punição dos responsáveis pelas más condições econômicas do país, entre eles o ex-secretário do ZK (Central Comitê, sigla em alemão) para economia Günter Mittag. O então secretário-geral do SED Egon Krenz, sucessor de Erich Honecker, falava em mudanças, apesar de não tê-las nomeado, porém era completamente desacreditado não só pelo povo, mas também pela própria base do partido. E, no meio de tantos acontecimentos políticos, ainda vinha à tona na imprensa ocidental toda a corrupção do partido, como as mansões de seus membros do alto escalão no distrito de *Wandlitz*, no Estado de Brandemburgo. A *Der Spiegel* descreveu na edição de 11 de dezembro o espaço da colônia de férias dos dirigentes do SED: 11,5 mil hectares destinados à caça, complexo de seis casas equipado com todo o conforto até então inacessível pela população comum — banheiros como do lado ocidental (com torneiras de regulação da temperatura da água), piso aquecido e paredes amadeiradas. No subsolo da casa de Honecker, piscina e sauna própria.

Todos esses casos são exemplos de reportagens sobre os antecedentes ou desdobramentos da abertura das fronteiras no dia 9 de novembro, que se espalharam por todas as editorias da revista, até mesmo na seção de cultura ou esporte. Sendo assim, para facilitar a análise e o corte do objeto de estudo foram considerados somente textos que abordassem uma das principais consequências do fato: a reunificação da Alemanha. No ano de 1989, foram selecionados sete cadernos da *Der Spiegel* — da edição 46, a primeira logo após a abertura das fronteiras (13.11.1989), até a última publicação do ano em 20.12.1989. Reportagens, entrevistas, colunas e resenhas que tivessem em seu conteúdo a palavra *Wiedervereinigung* (Reunificação), *Vereinigung* (União ou Associação), *Konföderation* (Confederação), *Einigung* (Acordo, União), *Einheit* (Unidade) ou *Deutsche Frage* (Questão Alemã) foram inseridos no corpus da pesquisa. O objetivo aqui é avaliar como o tema começou a ser

¹⁰¹ *Der Spiegel*. Ed. 48/1989. Pg 69. “Eine Geste, die zeigen soll, so die Bundestagsabgeordnete Renate Schmidt, dass wir nicht vergessen haben, dass es auch bei uns Not gibt”

abordado após a abertura das fronteiras e com qual frequência. Em muitos casos, a reunificação não era exatamente o gancho da reportagem ou entrevista, mas aparecia como pano de fundo. Essa distinção entre tema central e secundário foi levada em conta (*ver tabela abaixo*).



O mesmo critério foi utilizado para as outras sete edições que cobriram de fato o processo da reunificação, quase um ano depois, em 1990. Embora a data oficial seja 3 de outubro de 1990, a cobertura principal ocorreu no dia 1º. As três edições anteriores (37, 38 e 39) e posteriores (41, 42 e 43) a essa data também compuseram a seleção da segunda etapa da análise. Nesse segundo recorte, levou-se em conta se o assunto foi abordado como eixo principal ou secundário da pauta, mas foram deixados de lado textos que continham citações pura e simples da palavra “reunificação”. Muitas vezes eram somente grifos temporais ou de atributo como “antes da reunificação” ou “Kohl, arquiteto do processo de união”. etc.

Tabela 1.: Definição do corpus – reunificação alemã

Data (Edição)	Reunificação como tema central – link do texto	Reunificação como assunto secundário	Textos jornalísticos totais da edição
13/11/1989 (46)	1	2	55
20/11/1989 (47)	3	6	56
27/11/1989 (48)	5	4	56
04/12/1989 (49)	2	4	57
11/12/1989 (50)	3	2	54
18/12/1989 (51)	3	6	53
25/12/1989 (52)	5	6	40
10.09.1990 (37)	1	1	54
17.09.1990 (38)	5	2	63
24.09.1990 (39)	5	0	62
01.10.1990 (40)	8	4	58
08.10.1990 (41)	5	1	60
15.10.1990 (42)	3	1	63
22.10.1990 (43)	0	2	64
Total	49	41	795

Com esse recorte, pretende-se avaliar a perspectiva discursiva sobre a reunificação logo após a abertura das fronteiras e também suas possíveis mudanças um ano depois, quando o ciclo dos acontecimentos se encerram com a concretização da reunificação do país. No total, foram analisados, ao longo das 14 edições (1989/1990), 90 textos sobre a reunificação da Alemanha (de forma central ou secundária), sendo 20 entrevistas do tipo pingue-pongue, sete comentários (todos escritos pelo chefe de redação Rudolf Augstein), nove ensaios e 49 matérias dos mais diversos tamanhos.

Tabela 2. Detalhamento do corpus – tipos de textos jornalísticos

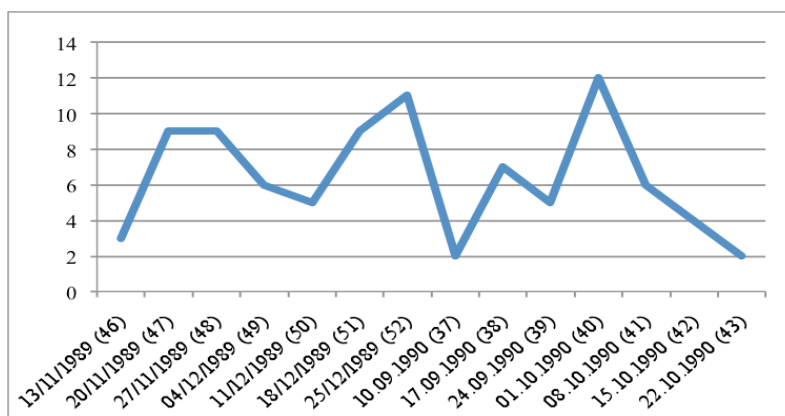
Data (Edição)	Corpus	Entrevistas	Comentário	Série Ensaio	Opinião	Matérias
13/11/1989 (46)	3	2	0	0	0	1
20/11/1989 (47)	9	3	1	0	1	4
27/11/1989 (48)	9	2	1	1	1	4
04/12/1989 (49)	6	2	1	1	0	2
11/12/1989 (50)	5	0	1	0	0	4
18/12/1989 (51)	9	2	1	1	0	5

25/12/1989 (52)	11	1	1	0	0	9
10.09.1990 (37)	2	1	0	0	0	1
17.09.1990 (38)	7	2	1	1	0	3
24.09.1990 (39)	5	0	0	1	1	3
01.10.1990 (40)	12	3	0	2	1	6
08.10.1990 (41)	6	2	0	1	0	3
15.10.1990 (42)	4	0	0	1	0	3
22.10.1990 (43)	2	0	0	0	0	2
Total	90	20	7	9	4	50

3.3. A reunificação na perspectiva da revista

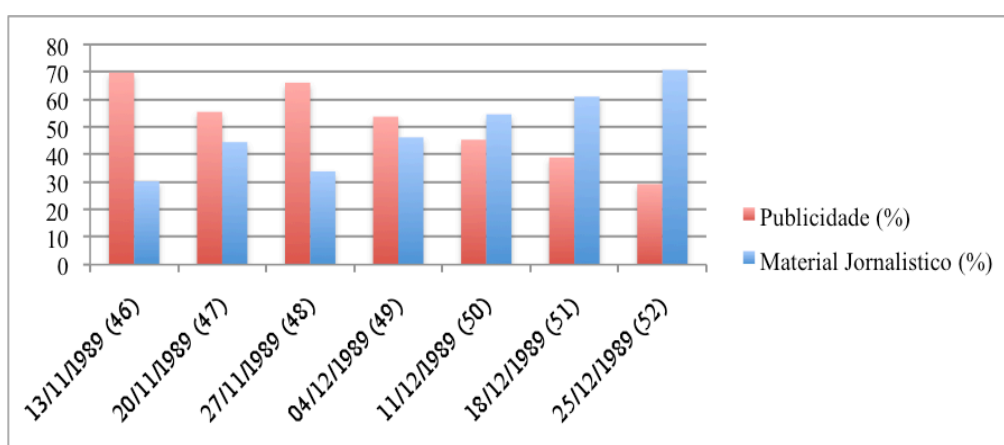
Com a abertura das fronteiras, enquanto os semanários brasileiro e estadunidense trataram com muito mais ênfase de temas relacionados ao término do socialismo real e da Guerra Fria, a *Der Spiegel* esteve mais preocupada, pelo menos num primeiro momento, com a “questão alemã” e o direito à autodeterminação do país, até então com sua soberania restringida pelos aliados. O tema “reunificação” apareceu timidamente na primeira edição do corpus, já que o foco do noticiário ainda estava totalmente voltado para a decisão do SED de liberar as fronteiras. Porém, o assunto tomou força ao longo das semanas, alcançando o ápice na última edição (52) do ano, quando onze textos abordaram a questão (vide gráfico 1). O outro pico do gráfico coincide, como não poderia deixar de ser, com a cobertura da reunificação em si.

Gráfico 1: Abordagem do tema reunificação – Matérias x Edição



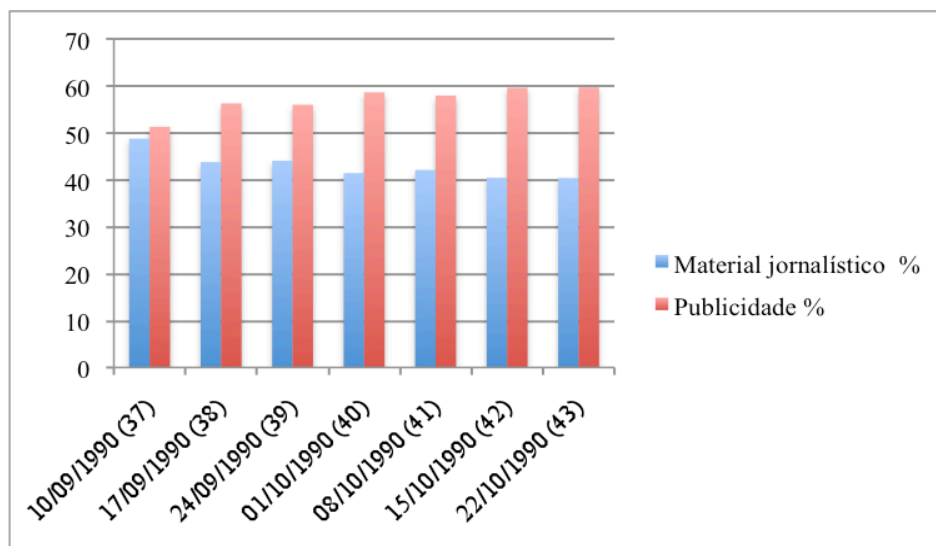
Um fato digno de observação é a relação entre produção jornalística e propaganda nessa primeira etapa da pesquisa. A edição 46, que cobriu a abertura das fronteiras, “até então símbolo dos 40 anos da separação alemã” (termos da publicação), é a que mais contém publicidade - 69,75% em toda a edição. Depois do anúncio de Schabowski sobre a abertura das fronteiras, as próximas quatro edições do semanário alemão trouxeram uma quantidade de anúncio muito maior em comparação à produção jornalística (vide gráfico 2). Aparentemente, o departamento comercial trabalhou tão intensivamente quanto os repórteres de plantão. Essa relação é invertida a partir da edição 50, até o último caderno do ano (edição 52), quando a porcentagem de inserções publicitárias é reduzida a 29,26%.

Gráfico 2: Publicidade x Material Jornalístico 1989



No ano seguinte, as sete revistas selecionadas para compor o corpus de 1990, apresentam uma menor variação entre produção jornalística e anúncios (de 51% a 59%). A edição que contém a capa sobre a reunificação oficial do país não lidera o ranking de publicidade, mas está entre uma das mais altas com 58,60% (vide gráfico 3). Como o acesso à tabela comercial da época é difícil, não é possível estimar quanto a revista ganhou com a venda de anúncio. Porém, levando em conta que o semanário é também uma empresa jornalística, notícias de impacto (como a abertura das fronteiras e a reunificação do país) significam certamente maior renda publicitária.

Gráfico 3: Publicidade x Material Jornalístico 1990



No que se refere à postura política da publicação, a *Der Spiegel*, assim como seu chefe de redação Rudolf Augstein foram a favor da reunificação do país via anexação dos territórios da RDA, o mais rápido possível. A revista também defende uma rápida introdução da economia de mercado nos Estados orientais e dialoga sempre em contraposição a artistas, intelectuais e grupos de oposição da RDA, que cogitavam a possibilidade de um “terceiro caminho” ou da formação de uma sociedade “socialista de face humana”. Em poucos aspectos, a *Der Spiegel* discorda e critica o governo em Bonn e o chanceler Helmut Kohl. Uma das exceções foi as fronteiras com a Polônia, assunto ignorado pelos dez pontos de Kohl para uma união das duas Alemanhas. Na perspectiva da publicação, ignorar este problema por conta de joguetes eleitorais (Kohl não queria perder o apoio da direita republicana, embora não pensasse mesmo em redefinir os territórios), deixaria a opinião pública internacional ainda mais ressabiada, o que retardaria o processo de união. No entanto, de maneira geral, o perfil editorial apoia a base do governo Kohl (CDU) e o modo como esta arquiteta a reunificação.

À época, a opinião pública da Alemanha Ocidental simpatizava com o movimento da “revolução pacífica” da RDA. Porém, a simpatia de muitos integrantes da esquerda passou a diminuir, quando os manifestantes deixaram de gritar “nós somos o povo” para exclamar “nós somos um povo”. Muitos grupos de oposição e ativistas dos direitos civis na Alemanha Oriental, que sonhavam com uma melhor RDA e não com uma única Alemanha, viram essa mudança como o descarrilar da revolução. Muitos integrantes da esquerda ocidental também partilhavam dessa

opinião. A revista, por sua vez, explora essa mudança na voz do povo e destaca bastante esse suposto “sentimento de pertencimento” entre as Alemanhas para ressaltar os argumentos em favor da unificação. Esse apelo a um só povo, aliado aos textos sobre o poderio econômico da futura Alemanha, levou o compositor suíço Rolf Liebermann a dizer que o nacionalismo da *Der Spiegel*, em vista do que ocorreu em Auschwitz, era de vomitar¹⁰². Outros intelectuais da Alemanha Ocidental também não compartilhavam do sentimento da publicação e da bancada do governo.

Um dos exemplos, já citado no capítulo dois, foi o filósofo de Frankfurt Jürgen Habermas. Em 1986, em uma discussão com historiadores, ele afirmou que a abertura da *Bundesrepublik* à cultura do Ocidente foi um dos maiores desempenhos intelectuais do pós-guerra. Assim, Habermas temia que o auto-entendimento não-nacional e a identidade pós-tradicional da Alemanha Ocidental, conseguidos ao longo dos últimos 40 anos, estavam ameaçados pelo patriotismo dos alemães orientais. Para a esquerda da era pós-Adenauer (primeiro chanceler da *Bundesrepublik*, responsável pela integração dessa parte do país com o Ocidente), a divisão do país não era só uma consequência histórica, mas também uma pré-condição para o rompimento com seu passado. Portanto, a possibilidade de novo Estado nacional não fazia sentido. Uma vez que o Estado alemão nasceu por uma revolução “de cima”, por meio do ferro e sangue, o surgimento desse Estado foi o início do descaminho alemão. Muitos até colocavam o desenvolvimento do Estado nacional como um erro do desenvolvimento histórico (Winkler, 2001, pg.178). Por outro lado, adeptos da unificação sugeriam que essa era a primeira vez, desde 1945, que surgia a chance da porção oriental se “ocidentalizar” e, assim, era preciso agarrar a oportunidade. A revista se coloca claramente ao lado da ala conservadora ocidental, em oposição não só à esquerda, parte do SPD e Partido Verde, mas também aos grupos de oposição da porção oriental.

Embora a revista não partilhe da visão da esquerda ocidental (de Oskar Lafontaine a Joschka Fischer, até o próprio Habermas), há no corpus da pesquisa entrevista com essas pessoas ou ensaios assinados por elas (*observe tabela abaixo*). Em um primeiro momento, ou seja, nas discussões do final do ano de 1989, as pessoas ouvidas em entrevistas pingue-pongue que são contra a reunificação, ou a vêem de

¹⁰² *Der Spiegel*. Ed.40/1990

outro modo, no formato de uma confederação, por exemplo, são políticos ligados ao governo da RDA (Hans Modrow, Markus Wolf e Gregor Gysi) ou membros do SPD ocidental (La Fontaine e Günter Grass). Neste último caso, não daria para não ouvi-los. Grass gozava do prestígio de um renomado escritor, era integrante do SPD, provindo de Danzig (Estado alemão perdido para Polônia) e defendia a possibilidade de uma aproximação das duas Alemanhas no formato de uma confederação para dar a oportunidade da RDA se consolidar econômica e democraticamente. La Fontaine, por sua vez, era partidário do que ele chamava da era pós-nacional e se dizia muito mais ligado às questões sociais. Tratava-se também do candidato do SPD à presidência nas próximas eleições. Vale observar que nenhuma dessas fontes eram contra uma aproximação das duas porções da Alemanha. Mesmo o primeiro-ministro Hans Modrow concedeu entrevista para discutir um contrato de união. Quando usamos o termo “contra” aqui, é para se referir às fontes que pensam nesse processo de forma diferente, seja pelo viés de uma confederação, de uma reunificação futura e da elaboração de uma nova constituição.

Tabela 3 – Estudo das Fontes em 1989

Edição	Entrevistas 1989	Cargo e função da fonte	Posição
Ed.46	Gordon A. Craig	Historiador estadunidense	neutro
Ed.51	Semkat	Quatro operários de um estaleiro	neutro
Ed.46	Walter Momper	Prefeito de Berlim Ocidental (SPD)	neutro
Ed.47	Alfred Herrhausen	Chefe do Deutsche Bank	pró
Ed.48	Lawrence Eagleburger	Diplomata estadunidense - representante direto de Baker	pró
Ed.48	Claude Chabrol	Diretor francês - dirigia filme quando o muro foi levantado	pró
Ed.49	Heiner Müller	Dramaturgo da RDA -peça em cartaz -rubrica cultura	contra
Ed.47	Markus Wolf	Ex-chefe de espionagem da Stasi	contra
Ed.49	Hans Modrow	Primeiro-ministro da RDA	contra
ED.51	Gregor Gysi	Novo chefe do SED	contra
Ed.47	Günter Grass	Nobel de literatura alemã e integrante do SPD	contra
ED.52	Oskar Lafontaine	Vice do SPD em Saarland	contra
	Ensaaios/Opinião 89		
Ed.48	Rolf Schneider	Vive como escritor na RDA	pró
Ed.48	François Schlosser	Vice-chefe de redação do <i>Nouvel Observator</i>	pró
Ed.49	Stefan Heym	Escritor e jornalista alemão - origem judaica	contra
Ed.51	Ulrich Beck	Professor de sociologia	neutro
Ed.47	Günther Nenning	Jornalista free-lancer em Viena	neutro
	Comentário		
Ed.47	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró
Ed.48	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró
Ed.49	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró
Ed.50	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró

Ed.51	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró
Ed.52	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró

Quem fica, totalmente, de fora, pelo menos na seleção de entrevistas de 1989, são os grupos de oposição da RDA como o *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum*, *Demokratischer Aufbruch*, assim como integrantes do SDP (*Sozialdemokratische Partei*) oriental e Inicitiva para Paz e Direitos Humanos. Somente em 1990, após o processo de reunificação, quando a revista começa a trabalhar o problema das diferenças culturais entre os “Ossis” (alemães orientais) e “Wessis” (alemães ocidentais), é publicado um pingue-pongue com Jens Reich, um dos fundadores no *Neues Forum*. No entanto, ele é, de certo modo, a favor do processo. “A reunificação alemã foi algo tão fundamental e decisivo que muitos não devem senti-la como uma punhalada¹⁰³”, disse. Também os artistas, muitos deles integrantes dos grupos de oposição da RDA, foram preteridos. Na edição 49/1989 começa, por exemplo, a cobertura sobre a proposta do “Dez Pontos de Kohl” como um caminho confederativo rumo a uma futura união. O plano é bem recebido até pelo primeiro-ministro Modrow, que vê com bons olhos o trabalho em conjunto das duas porções do país, mas diz em entrevista no mesmo caderno que a “reunificação” não está na ordem do dia.

Em reação ao plano da *Bundesrepublik*, cerca de trinta renomados artistas, intelectuais, cientistas, políticos e pastores da RDA assinaram o chamado “Ao Nosso País” (*Für unser Land*) — “Agora temos a chance, com os mesmo direitos de nossos vizinhos Estados europeus, de desenvolver uma alternativa socialista à Alemanha Ocidental¹⁰⁴”. Nenhum desses nomes concedeu entrevistas à publicação mas, no mesmo caderno (49/1989), Stefan Heym, um dos redatores do ato de protesto, assinou um ensaio intitulado “Quarta feira de Cinzas na RDA”. O jornalista e escritor da RDA, de descendência judia, discute em seu texto: “Será que a RDA não é atrativa não somente para aqueles que sonham com um verdadeiro socialismo sob o solo

¹⁰³ *Der Spiegel*. Ed. 37/1990. “Die deutsche Vereinigung ist etwas so Fundamentales, so Entscheidendes, das dürfen nicht Millionen als Dolchstoß empfinden.

¹⁰⁴ *Der Spiegel*. Ed. 49/1998, Pg.25. „Noch haben wir die Chancen, in gleichberechtigter Nachbarschaft zu Allen Staaten Europas eine sozialistische Alternative zur Bundesrepublik zu entwickeln“.

alemão, mas também para sóbrios e racionais homens de negócios e políticos¹⁰⁵?” E ele continua:

“Que tipo de nova ordem a RDA precisaria para reacender sua economia e se fazer interessante para investidores sem ‘macaquear’, arremedar tudo que teve e terá na Alemanha Ocidental¹⁰⁶” (...) “Se tudo continuar a se desmantelar como até então, se a economia e a moeda não se modificarem decisivamente, chegará o dia em que os trabalhadores cansarão de promessas e deixarão as empresas: que venham os próximos assumir os trapos” (...) “Então a RDA será fatalmente não só vendida, mas dada como presente¹⁰⁷” (Stefan, 1989, Pg. 58).

O que a revista pensa, de fato, a respeito desses grupos de oposição da RDA, relegados a segundo plano na abordagem da publicação, fica explícito em uma reportagem duas edições à frente (51/1989)¹⁰⁸. Com o título “Aqui não há mais nada o que resgatar” (*Hier ist nicht mehr zu retten*), a matéria retrata o que os trabalhadores da RDA pensam sobre religiosos, socialismo e reunificação. O narrador comenta ao longo do texto não assinado o fato de nenhum trabalhador verdadeiro estar sentado junto aos círculos dirigentes. E arremata: “dos 43 fundadores do SDP, quase metade são pastores religiosos e seus membros”; já a lista de integrantes do “*Neues Forum*”, da Sra. Böhleys, é um quem é quem de rostos que transitam pelo mundo das belas artes (o tom da revista é bastante irônico). A publicação traz diversas frases de trabalhadores em oposição a esses grupos como o do operário dos trilhos do trem, Mirko: “Eles (dramaturgos, poetas e pintores) não podem e não querem trabalhar”, xinga o garoto de 23 anos. “Eles querem construir esse socialismo com face humana, mas uma coisa eu digo, será sem mim¹⁰⁹”. Logo depois dessas aspas, o narrador

¹⁰⁵ *Der Spiegel*. Ed. 49/1989, Pg. 58. „Ist die DDR vielleicht nicht nur attraktiv für die, die da Von einem wirklich Sozialismus auf dem deutschen Boden träumen, sondern auch für ganz nüchtern denkende Geschäftsleute und Politiker?“

¹⁰⁶ *Der Spiegel*. Ed. 49/1989, Pg. 58. „Und was für Um- und Neuordnungen bräuchte es, ohne alles nachzuäffen, was im Westen gang und gäbe, um die Wirtschaft der DDR auf Trab zu bringen und interessant zu machen für Investoren?“

¹⁰⁷ *Der Spiegel*. Ed. 49/1989, Pg. 58. „Wenn alles weiter so schleif wie bisher (...), bei Wirtschaft und Währung, sich nicht wirklich Entscheidendes ändert, wird der Tag kommen, da die Arbeiter der Versprechungen müde sein werden und die Betriebe verlassen und sagen: Mag der Nächste den Krempel übernehmen (...) Und dann würde die DDR tatsächlich nicht nur verkauft werden, sonder verschenkt.“

¹⁰⁸ *Der Spiegel*. Ed. 51/1989, Pg. 53-58.

¹⁰⁹ *Der Spiegel*. Ed. 51/1989, Pg. 53-58. (...) „Die können nich’arbeiten, schimpft

conclui: “com pessoas da Stasi, pastores e belos artistas, talvez seja até possível fazer um Estado, mas certamente sem nenhum produto social bruto¹¹⁰”.

Nesse ponto, ficam claras as ressalvas que a publicação tem em relação a tais grupos. Desde o começo, a *Der Spiegel* se coloca de forma bastante entusiasmada frente a um possível processo de reunificação e se mostra em oposição àqueles que a questionam, seja a opinião pública internacional, seja a oposição interna das duas porções do país. O discurso sobre o sentimento de pertencimento e a vitória do povo alemão é bastante ressaltado desde a primeira edição depois da abertura das fronteiras, quando a reunificação ainda é abordada de forma tímida e poucas matérias trazem o tema como gancho da pauta.

“Milhares de cenas de confraternização reluzentes ou cheia de lágrima, felizes ou embriagadas, alemães do Ocidente e Oriente provam surpreendentemente: uma nação, cujo grande devaneio a levou ao abismo e após a derrota foi supostamente dividida permanentemente pelos vencedores, manteve quase duas gerações mais tarde o sentimento de pertencimento¹¹¹” (*Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.18).

Curioso é não ter sido minimamente questionada a possibilidade desse mesmo povo ter se distanciado após os quarenta anos de separação. Um ano depois, em 1990, como veremos mais a frente, a revista publicaria mais uma série de matérias sobre a difícil convivência entre alemães orientais e ocidentais, que pareciam não ter absolutamente mais nada em comum. Aqui, no ano de 1989, o problema da construção de uma nova identidade nacional não é abordado. A revista trata a vontade de união como uma coisa quase que natural. Após 40 anos, apesar da relação de parentesco entre as duas partes da Alemanha, haviam restado muito poucas

Mirko,23,Reichsbahner. “Die wolln, det wir ihnen den Sozialismus mit menschlichem Gesicht uffbauen. (...) Ohne mich, det sag ich dir”.

¹¹⁰ *Der Spiegel*. Ed.51/1989, Pg. 53-58. “Mit den Stasi Leuten, Pfarrern und schönen Künstlern ist vielleicht Staat zu machen, aber garantiert kein Bruttosozialprodukt.

¹¹¹ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.18. „Tausend von Verbrüderungsszenen zwischen strahlenden oder tränenüberströmten, glücklichen oder angeheiterten Deutschen aus Ost und West stellten Erstaunliches unter Beweis: Eine Nation, deren Größenwahn Europa an den Abgrund gebracht hatte und die nach der Niederlage von den Siegern gezielt und vermeintlich dauerhaft zerteilt worden war, hat sich über das Zeitalter fast zwei Generationen hinweg ein offenbar dauerhaftes Zusammengehörigkeitsgefühl erhalten“.

semelhanças no aspecto social e político¹¹².

Apesar disso, o povo alemão é situado como o grande protagonista e vencedor de toda a narrativa. Não só a manchete do primeiro caderno “O Povo Venceu”, mas também inúmeros trechos da matéria de capa demonstram isso. “Pela primeira vez na mais nova história alemã, (...), o povo venceu a dominação, impôs sua vontade sem violência, somente voluntariamente¹¹³”. Ao longo do texto, o caráter pacífico é ressaltado mais uma vez e a publicação diz que o milagre foi causado pelo povo sem armas e sem violência. Com aspas da atriz Marion van de Kamp, a revista reafirma esse viés: “a rua é o palco do povo, o povo entendeu isso e ensaia com vontade sua nova força¹¹⁴”. Ainda mais à frente, o tema é retomado: “O governo não sabe mais o que o povo pensa; (...) A revolução dos alemães orientais ocorreu de forma branda, sem armas e sem a queda da bastilha. O povo ainda não pensa em greve e levantes, mas ainda confia no peso de sua revolução pacífica¹¹⁵”.

Quando fala em reunificação, nos últimos parágrafos da matéria de capa sobre a abertura das fronteiras (edição 46), a revista exhibe, sem se manifestar diretamente, as divergentes opiniões dentro do SPD. Enquanto o analista em assuntos orientais Günter Gaus defende deixar o assunto mais para frente e junto com as quatro potências vencedoras pensar em uma confederação, o chefe do partido, acompanhado por Brandt, segue para Berlim Oriental para um diálogo político. A publicação deixa então as críticas para Oskar Lafontaine (representante da ala do SPD contra o processo) e dá uma leve cutucada: “O vice-presidente do SPD pensa realmente pequeno. Ele teme que grandes quantias do caixa social ocidental sejam direcionadas aos cidadãos da RDA¹¹⁶”. Essa racha no SPD, que o fará perder as eleições em dezembro de 1990, não significa que os integrantes eram totalmente contrários à

¹¹² Bundeszentrale für politische Bildung:

<http://www.bpb.de/wissen/09191901662830400195611470162156,1,0,Nation.html#art1>

¹¹³ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.21. „Erstmals in der jüngeren deutschen Geschichte, (...), dies der unglaublichste Aspekt in einem historischen Monatszeitraum, siegt das Volk gegen die Herrschenden, zwingt ihnen seinen Willen auf – ohne Gewalt, bloß willentlich“.

¹¹⁴ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.21. „Die Straße ist die Tribune des Volkes“; „Das Volk hat es begriffen und probt MIT Lust seine neue Kraft“.

¹¹⁵ *Der Spiegel*. Ed.46/1989. Pg.22. „Die Führung weiß nicht mehr, was das Volk denkt; (...) Die ostdeutsche Revolution Von unten vollzieht sich sanft, ohne Gewehrläufe und ohne Sturm auf die Bastille. Das Volk denkt – noch – nicht an Streik und Aufstand, Es verlässt sich -noch- allein auf die Wucht seiner friedlichen Masse“.

¹¹⁶ *Der Spiegel*. Ed.46/1989, Pg. 28. „SPD-Vize Oskar Lafontaine denkt eher klein. Er fürchtet, dass zu viel aus den Sozialkassen für DDR Bürger ausgeworfen werden können“.

reunificação. Günter Grass, por exemplo, afirma em entrevista a *Der Spiegel* (uma edição à frente, 47), quando questionado pelo repórter a respeito do entendimento da ala conservadora sobre a constituição da *Bundesrepublik*, que previa forçosamente uma reunificação: “Nas leis constitucionais não há nada sobre reunificação; no preâmbulo da constituição a conversa é sobre a união dos alemães e disso eu também sou a favor¹¹⁷”, responde Grass.

Na perspectiva do escritor, a ordem das mudanças era falsa. Elas deveriam ter impulsionado a democratização interna da RDA e repetido as eleições fraudadas em 1989. Isso teria colocado a reestruturação da RDA em um nível mais alto e dado aos grupos de oposição maior campo de ação, inclusive de ganhar a prática política que faltava a muitos deles. Na mesma entrevista, o autor afirma que o chanceler alemão Helmut Kohl devia mesmo desconhecer a constituição, mas que uma rápida olhada o faria aprender que esse termo “unidade” (*Einheit*) permitia muita coisa. Em outras palavras, a alternativa não era ser contra a unificação, e ficar ao lado do status quo em nome da estabilidade da Europa central ou de exigir numa má hora como aquela a reunificação. Para o integrante do SPD, poderia haver um acordo entre as duas porções, que atendesse às necessidades e o auto-entendimento alemão e fosse aceitável para os vizinhos europeus. “Não nos ajuda olhar em retrospectiva para o *Reich* alemão, seja ela nas fronteiras de 1937 ou 1945”, conclui. “Nós temos que nos redefinir.¹¹⁸”

Os ideais de Grass estavam longe de expressar o discurso encabeçado pela revista e, principalmente, por Rudolf Augstein. O chefe de redação escreveu sete colunas de opinião, sob a rubrica “comentário” - seis delas no ano de 1989. A única de 1990 faz um balanço do trabalho do ministro das Relações Exteriores Genscher durante o processo de reunificação. Enquanto Günter Grass pensava no amadurecimento político da RDA e Habermas na nova construção da identidade da *Bundesrepublik*, baseada em aspectos universalistas, Augstein seguia por um viés mais econômico. Na sua coluna da edição 50, de 11 de dezembro de 1989, o jornalista diz que não tem nada a ver com Auschwitz o fato do governo em Bonn marcar a

¹¹⁷ *Der Spiegel*. Ed.47/1989, Pg. 75. „Im Grundgesetz steht nichts Von Wiedervereinigung; in der Präambel ist die Rede von der Einheit der Deutschen, und für die Bin ich auch“.

¹¹⁸ *Der Spiegel*, Ed.47/1989, Pg.77. „Da hilft kein Ruckblick auf das Deutsch Reich, sei in den Grenzen von 1945, sei es in den Granzen von 1937 (...) Wir müssen uns neu definieren“.

reunião de preparação de uma união monetária para o ano de 1991 e não mais para 1990. Os olhos para as eleições federais já estavam bem abertos. Seguindo sua linha argumentativa, a estabilidade monetária, onde ela existia, ainda não estava garantida. E ela não seria sacrificada pelo “pensador prestigioso” (o presidente francês François Mitterrand) ou pela “ilha chauvinista da senhora” (referência a Margareth Thatcher, ou Maggy, como Augstein a chamava). Para o chefe de redação da *Der Spiegel*, era natural que viesse primeiro uma unidade interna da moeda alemã e posteriormente da europeia, mas as dificuldades eram crescentes, sob sua perspectiva, pois, tentava-se inverter a ordem das coisas.

Com tom geralmente ácido, Augstein rebate com força o pé atrás dos vizinhos alemães. Em resposta a um artigo do chefe de redação do *Die Zeit*, Theo Sommer, o editor da *Der Spiegel* dizia não ser verdade que os vizinhos europeus queriam garantir o não renascimento do agressivo nacionalismo germânico. O que eles mais temiam, de fato, era a unidade econômica alemã. Na mesma coluna, Augstein diz em tom patriótico que a *Bundesrepublik* era o poder econômico mais forte da Europa, sozinha com 60 milhões de habitantes. Somados aos mais 20 milhões da RDA, seriam quase 80 milhões de cidadãos. Um poderio econômico, segundo ele, que ultrapassaria França e Reino Unido. Esse deveria ser o motivo para os “freios de emergência” utilizados pelos aliados. Em sua argumentação, Augstein volta para a revolução liberal fracassada de 1848. Para ele, os antigos poderes não aceitaram o Império Austro-Húngaro, a Prússia e o resto da Liga Alemã também por sua força econômica. Depois, teria vindo o *Reich* de Bismarck, chauvinista até 1918 e a partir de 1933 totalmente patológico. Por isso eles deveriam pagar, com razão. Então Augstein se pergunta: “mas o que nós ainda temos a ver com o *Reich* de Bismarck¹¹⁹? “Nos falta os meios, a intenção e também a ideologia para novamente nos transformar em loucos¹²⁰”, conclui.

Ao contrário do seu colega do *Die Zeit*, o qual afirmava que a questão alemã não pertencia somente aos alemães, Augstein escreveu contundentemente na sua coluna da edição 47 de 1989: “se a Alemanha quer uma união, uma confederação ou a

¹¹⁹ *Der Spiegel*. Ed.48/1989, Pg.16. „Aber haben wir mit dem Bismarck-Reich zu tun?“

¹²⁰ *Der Spiegel*. Ed.48/1989, Pg.16. „Uns fehlen die Mitteln und die Absichten und auch die Ideologien, um (wieder) größer -wahnsinnig zu werden“.

existência de dois Estados, isso diz respeito sobretudo a ela¹²¹”. Em relação à Polônia, Augstein diz entender a preocupação do país, que teme um redirecionamento do fluxo de capital para a RDA, mas ao mesmo tempo ele argumenta que somente uma total comunidade econômica alemã poderia oferecer os milhões que a Polônia precisava. “A Polônia foi uma das mais injustiçadas, mas finalmente ela está assentada sem qualquer ameaça sobre antigos territórios alemães.¹²²” O chefe de redação, na figura de colunista, continua: “Nós não somos ainda tão nacionalista como os quatro aliados, o Japão e até mesmo a Itália e também não seremos, mesmo como o maior poder econômico da Europa. O chauvinismo foi totalmente expelido de nós. Nós não queremos nenhuma conquista guerreira ou pacífica. Tampouco queremos tratamento abaixo de cachorro, 45 anos depois do término da guerra¹²³”.

O que mais chocou Habermas durante o processo de dissolução e integração da RDA a RFA, foi exatamente esse retorno ao tradicional patriotismo (Winkler, 2000, pg.632, V.II) encontrado, por exemplo, nas palavras de Augstein e dos textos da *Der Spiegel*. Para o filósofo de Frankfurt, a história alemã retrocedia e ameaçava essa conquista intelectual, que tinha conseguido construir uma outra identidade política com princípios universais e sempre críticos em relação à tradição nacional (Winkler, 2000, pg.563, V.II). Augstein também foi criticado pelo filósofo francês André Glucksmann por ter a seguinte receita: “Comecemos logo a reconstruir a RDA. O que acontecerá com a Polônia, Hungria e Tchecoslováquia nós veremos mais tarde¹²⁴”. Para Glucksmann, o povo no Oriente queria o pacífico imperialismo financeiro alemão. Augstein se defende consternado em sua coluna. “Eu não tenho essa receita, mas tem o filósofo alguma? (...) Nós não somos assim tão brutais (...) Nós não somos japoneses agressivos, embora nossa força econômica talvez alcance a deles¹²⁵” (...).

¹²¹ *Der Spiegel*. Ed.47/1989. Pg.18. „Ob die Deutschen eine Konföderation, einen Bundesstaat oder zwei Staaten wollen, geht zuvörderst sie und nicht die anderen Staaten an“.

¹²² *Der Spiegel*. Ed.47/1989.Pg.18. „Polen ist am meisten Unrecht getan worden, aber schließlich sitzt es unbedroht in ehemals deutschen Gebieten“.

¹²³ *Der Spiegel*. Ed.47/1989.Pg.18. „So nationalistisch wie die vier Alliierten und Japan und sogar Italien sind wir noch immer nicht und werden es auch als Euro-Wirtschaftsmacht nicht sein. Uns hat man den Chauvinismus gründlich ausgetrieben. Wir wollen keine kriegerischen und keine friedlichen Eroberungen mehr (...). Was wir auch ebenso wenig wollen, ist: ostentative Underdog-Behandlung 45 Jahre nach dem Ende des Krieges“.

¹²⁴ *Der Spiegel*. Ed.50/1989, Pg.18.

¹²⁵ *Der Spiegel*. Ed.50/1989, Pg. 18. „Ich habe keine solches Rezept, aber ha e reines? (...) Aber so brutal sind wir ja gar nicht. (...) Wir sind auch keine aggressiven Japaner, obwohl wir deren Wirtschaftskraft vielleicht demnächst erreichen werden“.

Sobre a Alemanha Ocidental querer impor um ditado financeiro sobre a porção Oriental, Augstein não hesita: “nós só não queremos deixar que nosso dinheiro escoe pelo atoleiro comunista, como já aconteceu na RDA e continua acontecendo na URSS¹²⁶”. Uma semana depois, o editor da *Der Spiegel* se pronuncia novamente via sua coluna e diz que as impressionantes condições de vida na RDA precisam mudar. Para isso, eles deveriam e poderiam oferecer ajuda humanitária. Porém, observa: “não basta alimentarmos uma alternativa socialista no outro Estado alemão. Qual partido na *Bundesrepublik* conseguiria se fazer mais forte desse modo?¹²⁷”

Por essas e tantas outras declarações, Augstein foi chamado pelo jornalista Erich Kuby (do *Süddeutsche Zeitung* e *Stern*) de “ventríloquo da política de unificação do atual chanceler” e de “propagandista de uma nova dinâmica nacional”. Para Kuby (1990, pg.51) a expectativa de uma vida melhor por parte da população da RDA, assim como os interesses econômicos da RFA — indústrias, bancos, empresas de seguro e imóveis, além de grupos de mídia — se sobrepuseram em relação às propostas iniciais. No seu entendimento, a fase inicial dos protestos não visava à unificação e à benção do marco alemão, mas sim a libertação do regime de terror do SED e a retomada de uma identidade via autodeterminação individual. “Nos primeiros apelos dos grupos de reforma e protesto não havia ninguém que pedisse a RFA a solução da questão alemã via a aniquilação da RDA¹²⁸” (Kuby, 1990, pg.52). Naturalmente, muitos optaram pela anexação da RDA (via eleições em março, que praticamente se tornou um plebiscito para a incorporação), mas será que eles não estavam, pergunta-se Kuby, estimulados por um sentimento nacional? Ainda na sua perspectiva, o sentimento de pertencimento das duas porções, há tempos dissipado, poderia ser novamente soldado por métodos ditatoriais dos poderosos parceiros na unificação (Kuby, 1990, pg.55). E o que não faltavam eram nacionalistas que desejam esse viés, como Augstein.

O problema da solução pelo modo da anexação, via artigo 23, que reconhecia

¹²⁶ *Der Spiegel*. Ed.50/1989, Pg. 18. „Wir wollen nur unser Geld nicht im sozialistischen Sumpf versickern lassen, wie das in der DDR geschah und in der Sowjetunion immer noch geschieht“.

¹²⁷ *Der Spiegel*. Ed.51/1989, Pg 18. „Aber es reicht doch nicht, eine sozialistische Alternative im anderen deutschen Staat dauerhaft zu alimentieren. Welche Partei in der Bundesrepublik könnte sich dafür stark machen?“.

¹²⁸ „Unter den frühen Ausrufen der Reform und Protestgruppen findet sich keiner, in dem die BRD aufgefordert wurde, die Lösung der deutschen Frage durch Liquidierung der DDR herbeizuführen“.

o caráter provisório da divisão desde 1949, foi tirar a chance de três quartos da população decidir livremente. A única possibilidade foi confirmar a já realizada anexação por meio de eleições com um baixo número de eleitores que compareceram às urnas. Habermas fala nesse ponto num déficit normativo (Winkler, 2000, pg.632, V.II). Para ele, a “classe política” não se empenhou o bastante, com exceção de slogans políticos bobos como “nós nos alegramos pela Alemanha (*Wir freuen uns auf Deutschland*)”, em conquistar os eleitores da Alemanha Ocidental e mobilizá-los em um projeto nacional comum. Do outro lado, na porção oriental, houve o mesmo déficit, uma vez que ninguém se empenhou apropriadamente em apresentar e aproximar a população, que já não tinha mais memórias pessoais dos tempos anteriores a 1933, dos princípios democrático e de direito, que se personificam na constituição.

Uma palavra-chave na argumentação de Harbemas é exatamente a falta de relacionamento (*Beziehungslosigkeit*) entre as duas Alemanhas. Nascido em Düsseldorf em 1929, Habermas relata, como ele, assim como outros cidadãos assistiram à queda da RDA de forma pouco tocada. Por falta da típica experiência em relação às gerações anteriores, muitos assistiram aos fatos sem que pudessem sentir muita coisa (Winkler, 2000, pg.632, V.II). Para o filósofo, após a II Guerra Mundial, a Alemanha Ocidental se identificava muito mais com a Itália, França e Estados Unidos do que com a RDA. E isso era preciso ser colocado em discussão sem sentimentalismo.

Em 1990, quando o resultado do apressado processo de reunificação começou a ficar mais claro, a *Der Spiegel* não consegue mais sustentar o argumento de “sentimento de pertencimento” e dá uma matéria de capa na edição 39, uma antes da cobertura oficial da data de reunificação, falando sobre o estranhamento e distanciamento entre “*Ossis*” e “*Wessis*”. Há sempre um tom de superioridade da Alemanha Ocidental em relação à Oriental e a própria publicação explica que esse jeito “sabichão”, conhecedor de tudo menos da falta das coisas e da necessidade material, irrita os alemães orientais. A revista não descreve o problema de forma equilibrada e acaba sendo, de certo modo, preconceituosa durante a narrativa. Observe o abre da matéria e trechos ao longo do texto:

“Pacientemente eles esperam, quase às 9h da manhã, na fila

em frente à porta do Aldi¹²⁹. Rostos pálidos, cabelos gordurosos, olhar para baixo, postura curvada, jaqueta curta, com jeans desgastados e sem forma, sapatos acinzentados, sacolas de plástico amarradas em mãos. Quando eles falam, é em um estranho idioma. Muitos cheiram e muitos *surrupiam*¹³⁰ como os corvos. Só mesmo a mulher deles consegue um orgasmo com frequência¹³¹” (*Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg.34).

(...) o alemão feio, de barriga gorda de molhos gordurosos e acompanhamentos fartos, mal educado porque amabilidade não era exigida pelo Estado, trapalhão e em um terrível tricô, ainda vive¹³²” (*Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg.43).

Segundo Kuby (1990, pg.46), mesmo que as necessidades dos alemães orientais tenham sido parcialmente ou completamente preenchidas, eles passaram a ser tratados como cidadãos de “segunda classe”, beneficiários da “economia de mercado social”, que não participaram da construção do palácio da *Bundesrepublik*. Além disso, eles começaram a enfrentar o desemprego (até então inexistente) e toda a luta da concorrência capitalista. Com essa observação, o jornalista não pretende dizer que teria sido melhor continuar sob o regime do SED, de maneira nenhuma. Porém, os métodos, implicações e resultados da incorporação da RDA deveriam ter sido analisados de modo mais crítico. A *Der Spiegel*, apesar de reconhecer as dificuldades da integração de ambos os lados, continua a favor da aniquilação da RDA e segue o embate com artistas e grupos de oposição. Um ano depois, na mesma matéria em que ela relata as dificuldades de relacionamento dos alemães, a publicação afirma que intelectuais como Grass ficaram sozinhos, perdidos no atalho do tal “terceiro caminho” entre capitalismo e socialismo real. Depois de mais uma série de comentários preconceituosos do tipo, “os *Ossis*, segundo as línguas no Ocidente, são piores que os turcos e pertencem à última das escalas sociais¹³³”, a revista conclui o

¹²⁹ supermercado popular alemão

¹³⁰ *klauen* – pegam ou roubam pequenas coisas.

¹³¹ *Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg.34. „Geduldig warten sie, morgens kurz vor neun, in der Schlange vor der Aldi-Tür. Bleiches Gesicht, fettiges Haar, Blick nach unten, geduckte Haltung, kurze Steppjacken, verwaschene, formlose Jeans, beigegraue Schuhe, verknitterte Plaste Tüten in der Hand. Wenn sie sprechen, dann in merkwürdigen Idiom. Manche riechen, und manche klauen wie die Raben. Bloß ihre Frauen kriegen öfter einen Orgasmus“.

¹³² *Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg.43. „Der hässliche Deutsche, schmerbäuchig von den fetten Soßen und den Sättigungs-Beilagen, unhöflich, weil Freundlichkeit ihm Von Staats wegen nicht abverlangt wurde, tollpatschig und in grässlichem Dress, er lebt“.

¹³³ *Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg. 45. „Die Ossis, sagt der westliche Volksmund, sind sogar

texto dizendo que, agora, os desiguais 16 milhões de *Ossis* terão de se adaptar¹³⁴

Nada deixa mais claro que não houve a construção de um novo país, resultado de ambas as porções, mas sim uma efetiva incorporação. E o retrato pejorativo não para por aí. A publicação entra numa discussão para tentar mostrar quão rápido esses problemas serão superados. O que influencia mais o ser humano, a predisposição, herança genética ou educação e aspectos sociais? “A maioria dos alemães orientais e ocidentais tem os mesmos pais, senão, pelo menos os mesmos avós. De onde vem esse estranhamento e distanciamento e quão profundo ele é?¹³⁵”, questiona o narrador. O semanário recorre ainda a exemplo da literatura. Em seu livro *Hinze Kunze Roman*, de 1985, o escritor da RDA Volker Braun retrata um *Ossi* como um cidadão que se nega a ajudar a classe dirigente na regulação dos negócios do Estado e da sociedade, mas ainda assim insiste que alguém se preocupe com eles. Em alusão ao texto do autor, a publicação arremata:

“(…) a postura se mantém, o objeto mudou. Os *Ossis* não se perguntaram longamente se os *Wessis* em geral queriam a reunificação. Eles não pensaram muito e escolheram Kohl por puro interesse próprio. Sequer refletiram se a economia de mercado, a constituição ou a ordem dos meios de transportes eram ideais¹³⁶ (...) Não mudou muito. Aqueles em cima, agora em Bonn, saberão o que é certo. E a gente aqui embaixo nos arranharemos para conseguir um pedaço do bolo. Na escassez da economia todo mundo é adversário¹³⁷ (*Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg. 43.)

Percebe-se aqui uma clara contradição. Exatamente no mesmo texto, a revista fala em tom debochado da escritora Monika Maron, filha de um ministro de Assuntos Interiores da RDA. Ela comenta, assim como outros artistas e intelectuais, que o povo

schlimmer als die Türken, gehören auf den allerletzten Platz der Sozialskala“.

¹³⁴ *Der Spiegel*, Ed.39/1990, Pg. 61. „Nur die 16 Millionen ungleichen Ossis, sie müssen sich wieder einmal anpassen“.

¹³⁵ *Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg. 41. (...) „Und doch haben manche Ossis wie Wessis oft die gleichen Eltern oder wenigstens Großeltern; woher die Entfremdung? Und wie tief sitzt sie?“.

¹³⁶ *Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg. 43. „Die Haltung ist geblieben, das Objekt wechselt. Die DDRler haben nicht lange gefragt, ob die Westler die Wiedervereinigung überhaupt wollen. Sie haben nicht lange gefackelt und aus purem Eigeninteresse Helmut Kohl gewählt. Sie sinnieren nicht Lang, ob die soziale Marktwirtschaft, das Grundgesetz oder die Straßenverkehrsordnung ideal sind“.

¹³⁷ *Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg. 43. (...) „aber sonst haben sie sich nicht geändert: die da oben, nun in Bonn, werden wissen, was richtig ist. Und wir da unten werden uns schon arrangieren, um ein Stück vom Kuchen abzukriegen; in der Mangelwirtschaft war jeder jedem ein Gegner“.

foi as ruas por falsos motivos. E então a publicação faz uma observação: “só porque eles não foram às ruas com os mesmos objetivos dos poetas”. O tempo todo, já em 1989, a revista tentou legitimar uma rápida reunificação do país colocando em contraposição as expectativas do povo em relação a dos artistas, intelectuais e grupos de oposição. Como agora o próprio povo fez tudo sem pensar e em interesse próprio?

Na edição seguinte (40), na cobertura efetiva sobre a reunificação, Joschka Fischer, do Partido Verde ocidental, e integrante da *Bündnis 90 (Neues Forum, Demokratie Jetzt* e a “Iniciativa para Paz e Direitos Humanos”) também questiona em um ensaio a forma como foi conduzida a unificação, mas com outra abordagem. O problema discutido por ele é democracia na recém-nascida Alemanha. “Se a Alemanha e os alemães são mesmo tão democraticamente maduros, como muitos afirmam com razão em todos os lugares, porque o Sr. Kohl teme tanto um processo constitucional para um projeto de unidade, assim como o diabo teme a água benta¹³⁸”? Assim como Habermas, Fischer diz que com o uso do artigo 23 da constituição, a reunificação foi orquestrada independentemente da opinião no Ocidente. No entanto, o articulista não culpa a Alemanha Oriental. Pelo contrário, ele lamenta não ter sobrado nada da RDA. “Para o inferno o estado do SED e sua cultura de comando. Trata-se de 40 anos de história dessas pessoas, acima de tudo, contra essa ditadura.¹³⁹”

Em 1990, não há nenhuma entrevista que seja crítica ao processo de reunificação (*observe tabela 4 abaixo*). Até mesmo artistas e integrantes dos antigos grupos de oposição, os poucos que concederam entrevista, são aqueles que foram a favor do modo como ocorreu a reunificação. Um dos exemplos é o escritor do sul da Alemanha Martin Walser, que a própria revista o coloca como relativamente “sozinho no círculo de intelectuais” por sua posição patriota. Fontes ligadas ao governo de Bonn, como Hans Genscher (ministro das Relações Exteriores) e Norbert Blüm (ministro do Trabalho) não iriam logicamente exercer críticas. O próprio Augstein dedicou a sua coluna de comentário para avaliar positivamente o trabalho de Genscher ao longo do ano. Nas colunas de ensaios e opiniões, o balanço também foi

¹³⁸ *Der Spiegel*. Ed.40/1990, Pg.44. „Wenn Deutschland und die Deutschen so demokratisch gereift sind, wie es allenthalben und zu Recht behauptet wird, warum fürchten dann Herr Kohl und seine Koalition eine Verfassungsprozeß zur demokratische Gestaltung der Einheit?“.

¹³⁹ *Der Spiegel*. Ed.40/1990, Pg.44. „(...)Der Teufel hole den SED-Staat und seine sozialistische Kommandokultur. Nein, es geht um die 40 Jahre Geschichte der Menschen mit der und vor allem auch gegen diese Diktatur“.

desequilibrado. Embora Fischer tenha escrito duas páginas para falar de suas ressalvas à conjuntura, Klaus von Dohnanyi (político e jurista, integrante do SPD ocidental e responsável pelas privatizações da RDA entre 1990 e 1994) escreveu quatro ensaios, com uma média de dez páginas cada, intitulados *A Ousadia Alemã (Das Deutsche Wagnis)*, com uma visão bem simpática em relação à condução do processo. Sobre a polêmica da incorporação e a criação de uma constituição conjunta, o político questiona qual seriam as chances da RDA se integrar nos negócios da Comunidade Europeia, caso a entrada ocorresse de forma mais lenta. “O curso foi definido corretamente. Não havia outra alternativa à união monetária e econômica. O outro caminho é uma lenda¹⁴⁰”, finaliza Dohnanyi.

Tabela 4 – Estudo das Fontes em 1990

Edição	Entrevistas1990	Cargo e função da fonte	Posição
Ed.37	Jens Reich	Integrante da Câmara do Povo e um dos fundadores do “ <i>Neues Forum</i> ”. Não assinou “Für unser Land” no ano anterior	pró
Ed.38	Norbert Blüm	Ministro do Trabalho	pró
Ed.40	Hans Genscher	Ministro das Relações Exteriores	pró
Ed.40	Václav Havel	Presidente da Tchecoslováquia	pró
Ed.41	N. Portugalow	Especialista russo em assuntos alemães	pró
Ed.41	Martin Walser	Escritor do sul da Alemanha, um dos poucos intelectuais pró-unificação	pró
Ed.38	John McCain	Senador dos EUA (republicano)	neutro
Ed.40	Wolf Biermann	Compositor - expulso da RDA em 1976	neutro
	Ensaio/Opinião		
Ed.38	Patrick Süskind	Escritor da Bavária	contra
Ed.40	Joschka Fischer	Partido Verde de Saarbrücke /Bündnis 90	contra
Ed.40	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró
Ed.41	N. Portugalow	Especialista russo em assuntos alemães	pró
Ed.39	Klaus v.Dohnanyi	Político e jurista ocidental (SPD). De 90 a 94 foi responsável pelas privatizações das indústrias e empresas na RDA	pró
Ed.40	Klaus v.Dohnanyi	“	pró
Ed.41	Klaus v.Dohnanyi	“	pró
Ed.42	Klaus v.Dohnanyi	“	pró
	Comentário 90		
Ed.40	Rudolf Augstein	Chefe de redação e editor	pró

A revista ainda dá espaço para o russo Nikolai Portugalow escrever uma

¹⁴⁰ *Der Spiegel*. Ed.39/1990, Pg. 166. „Der Kurs war richtig gesetzt. Es gab keine Alternative zur Wirtschafts-rund Währungsunion. Der “andere Weg” ist eine Legende“.

coluna de opinião tecendo comentários elogiosos à Alemanha reunificada e pedindo auxílio financeiro para a URSS. Augstein faz um panorama de toda a história da reunificação (Ed. 40/1990), desde o processo de integração da *Bundesrepublik* ao Ocidente sob o governo de Konrad Adenauer e a integração com o Oriente pelas mãos de Brandt. Para ele, tratou-se de um processo histórico. E então ele se pergunta.

“Será que a reunificação não é de nenhuma forma desejável?

É o que pensam os representantes de um terceiro caminho, um socialismo com face humana, como o filósofo Jürgen Habermas, poeta como Günter Grass, jornalistas como Erich Kuby, sobreviventes de Auschwitz como Elie Wiesel e talvez como toda a elite dirigente da Europa e Israel. O presidente tcheco Václav Havel é uma exceção.¹⁴¹” (Augstein, 1990, pg.29)

Aliás, uma breve observação. Nessa edição geral sobre a reunificação do país, a mesma em que Augstein faz esse comentário, há uma entrevista de Havel, mas de nenhum outro dos citados opositores. O tom nacionalista continua forte. A matéria oficial sobre a reunificação comenta que nenhuma das tentativas de frear o processo por parte do presidente francês François Mitterrand e da primeira ministra britânica Margaret Thatcher foram capazes de impedir que a Alemanha chegasse lá. “Uma potência econômica”. O narrador afirma que, com a apressada reunificação, a Alemanha mostrou mais uma vez que está do lado dos vencedores da Guerra Fria. Os resultados da guerra, começada e perdida pela Alemanha, tinham sido revistos em prol do país, mesmo que para isso eles tivessem aberto mão de um quarto do território original¹⁴². O que Habermas previu como o “Nacionalismo do Marco Alemão” e seu expansionismo parecia se concretizar:

“Apesar de toda a integração com a Comunidade Europeia, apesar de ultrapassadas todas as fronteiras da regionalização, a Europa cresce segundo a clássica categoria das grandes potências,

¹⁴¹ *Der Spiegel*. Ed.40/1990, Pg.29. (...) „Ist die Vereinigung vielleicht gar nicht wünschenswert? Das meinen die Vertreter eines dritten Weges, eines Sozialismus mit menschlichem Antlitz, Philosophen Jürgen Habermas, Dichter wie Günter Grass, Publizisten wie Erich Kuby, Auschwitz-Überlebende wie Elie Wiesel und vielleicht die gesamte Führungselite Europas und Israels, den Prager Präsidenten Václav Havel ausgenommen“.

¹⁴² *Der Spiegel*. Ed.40/1990, Pg.19. „Die Deutschen haben es aller Welt mit ihrem Eilmarsch in die Einheit wieder einmal gezeigt. Sie sind auf der Sieger-Seite des Kalten Krieges. Sie haben die Ergebnisse des von ihnen begonnenen und verlorenen Zweiten Weltkrieg zu ihren Gunsten revidiert, auch wenn sie im Osten auf fast ein Viertel des einstigen Reichsgebiets verzichten mussten“.

sob a zona de influência alemã. (...) Solidamente ancorada na Comunidade, assim que a reconstrução da RDA tomar seu impulso, a Alemanha pode continuar seu tradicional ímpeto rumo ao Leste Europeu. E dessa vez, os alemães são altamente bem vindos por seus vizinhos¹⁴³” (*Der Spiegel*, Ed.40/1990, Pg.20).

(...) “Eles (os alemães) tem a moeda mais forte e o sistema social com melhor desempenho. Seu armamento está entre um dos melhores. Seu exército, embora espontaneamente reduzido, ainda é o maior da Europa. E eles também são campeões do mundo no futebol¹⁴⁴” (*Der Spiegel*, Ed.40/1990, Pg.20).

“Os alemães são um povo civilizado, mas não inofensivo. Não mais as armas, assim acredita Genscher, mas sim a força econômica decide hoje a posição de um país no mundo¹⁴⁵” (*Der Spiegel*, Ed.40/1990, Pg.22).

Enfim, a publicação se emparelha com a política de reunificação do chanceler Kohl em Bonn, preza pela rápida incorporação da RDA com a união econômica e monetária, a fim de não atrasar o processo de intensificação da Comunidade Europeia. A revista se preocupa em menor escala, em relação aos intelectuais alemães, com questões morais ou democráticas. Por isso, o tom nacionalista e patriótico, além de uma alta valorização ao preceitos do mercado. Para o historiador Winkler (2001, pg.172), um não de Bonn à reunificação não era uma opção por motivos constitucionais, morais e políticos. No entanto, pelo viés do semanário, o que mais fica em destaque é a retomada da soberania do país, assim como a consolidação da sua área de influência via poder econômico e a expansão do marco alemão. Seria politicamente incorreto pedir a aniquilação da RDA, mas esse era o modo mais fácil para seguir os imperativos do mercado e, por isso, inicialmente, apelou-se para um sentimento de pertencimento, que meses mais tarde, provou-se duvidoso.

¹⁴³ *Der Spiegel*. Ed.40/1990, Pg.20. „Trotz aller Einbindung in die EG, trotz der grenzüberschreitenden Regionalisierung Europas wächst nach klassischen Großmacht-Kategorien die Einflusszone der Deutschen. (...) Fest verankert in der Europäischen Gemeinschaft, kann Deutschland, sobald der Aufbau der ehemaligen DDR in Schwung gekommen ist, seinem traditionellen Drang nach Osten folgen. Und diesmal sind die Deutschen den östlichen Nachbarn höchst willkommen“.

¹⁴⁴ *Der Spiegel*. Ed.40/1990, Pg.20. „Sie haben die härteste Währung und das leistungsfähigste Sozialsystem. Ihre Rüstung ist vom Besten; ihre Armee, obwohl freiwillig reduziert, noch immer die größte in Europa. Und Fußballweltmeister sind sie auch noch“.

¹⁴⁵ *Der Spiegel*. Ed.40/1990, Pg.22. „Die Deutschen sind ein ziviles Volk geworden. Aber harmlos sind sie nicht. Nicht mehr Waffen, so glaubt Außenminister Genscher, sondern die Wirtschaft entscheide heutzutage über die Stellung eines Staates in der Welt“.



O tom nacionalista, apoiado pela *Der Spiegel*, assustou bastante não só a opinião pública internacional, mas também a esquerda da RDA e RFA. Para Winkler (2001, pg.176) esse distanciamento crítico da esquerda em relação à questão alemã, remete às raízes da história do país. O nacionalismo fez parte do slogan da esquerda durante a “fracassada” revolução de 1848/49. Nesse período, grande parte dos liberais e democratas não conseguiam imaginar a criação de um país sem o Império Austro-Húngaro. Duas décadas depois, concretizou-se a ideia da formação de um Estado, pelas mãos de Bismarck, mas pelo viés da “pequena Alemanha”, ou seja, sem a Áustria. Sob hegemonia da Prússia, a questão da liberdade continuou pendente. Logo após a criação do Estado alemão, o slogan nacionalista transformou-se no hino da direita. Nacional não significava mais antifeudal, mas sim anti-internacional

O nascimento do parlamentarismo alemão com a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial foi uma difícil carga psicológica para a primeira democracia alemã (Winkler, 2001, pg.172). Com a crise econômica de 1929, Hitler pôde apelar não só

ao ressentimento em relação aos países do Ocidente, mas também ao mito do *Reich*. Integrantes da esquerda reclamam da falta de uma revolução da liberdade na Alemanha, como ocorreu na Inglaterra no século XVII e no Estados Unidos e na França no final do século XVIII. Conforme a leitura da esquerda, fossem os revolucionários, principalmente de 1848, mas também os de 1918, um pouco mais corajosos, militantes e conscientes do seu poder, a catástrofe de 1933 a 1945 não teria ocorrido.

Apesar desse distanciamento da esquerda em relação à nova unidade nacional, há muitas diferenças, na perspectiva do historiador Otto Dann (1993, pg.317), entre o atual Estado alemão e o *Reich* de Bismarck. Enquanto o *Reich* de 1879 foi criado depois de um longo movimento nacional, o Estado de 1990 surgiu com a queda da RDA e do domínio soviético. Porém há entre os dois Estados uma semelhança crítica. Tanto em 1870 quanto em 1990, a união foi desequilibrada, marcada pela hegemonia política dos Estados maiores, que incorporaram regiões menores. E para o historiador, a hegemonia da Alemanha Ocidental foi ainda mais marcante em comparação à do governo prussiano, uma vez que a RDA não possuía nenhuma igualdade para negociação. No entanto, embora nos dois casos tenha valido o processo de incorporação, em 1990 houve legitimação popular, independentemente da forma como isto ocorreu.

Quarto Capítulo

A Cobertura da reunificação nas revistas *Time* e *Veja*

Esta etapa do trabalho pretende avaliar como as revistas estadunidense e brasileira retrataram o nascimento da nova Alemanha e qual perspectiva discursiva prevaleceu ao longo da cobertura. É preciso ressaltar de antemão, que o número de matérias foi bem menor em relação ao semanário *Der Spiegel*, como será mostrado mais a frente. Apesar da redução ser um dado previsto, a pequena quantidade de textos produzidos pelas duas publicações foi uma surpresa. Por isso, a decisão de compilar a análise em um mesmo capítulo. A abertura das fronteiras não foi sequer capa na revista *Veja*. No caso da *Time*, por sua vez, a cobertura da reunificação se encerrou em julho com a união econômica e monetária.

4.1. A *Time* e o nascimento do estilo *News Magazin*

Dois amigos, recém-graduados na universidade de Yale, alugaram em 1922 um pequeno quarto na 17ª Avenida, em Nova York, por cerca de 55 dólares ao mês. O objetivo dos dois recém-formados Briton Hadden (Brit) e Henry Robinson Luce (Harry) era lançar um projeto para uma revista semanal, que, após longas considerações, foi batizada de *Time*. Semanários já eram comuns nos Estados Unidos da década de 1920, mas o que a nova dupla tinha em mente era uma leitura mais atrativa, por meio de uma linguagem prática, concisa e aliada a detalhes decorativos como numa prosa ficcional. A edição não reportaria simplesmente os acontecimentos, mas os interpretaria para quem não tivesse tempo, energia ou mesmo conhecimento para exercer essa tarefa (*Time*/Março de 1998). Tudo em menos de 1 hora. Como o próprio Luce declarou: “O jornalismo da *Time* começou com um profundo interesse nas pessoas, como indivíduos que estão fazendo história, ou parte dela, semana a semana. Nós tentamos fazer nossos leitores verem, ouvirem e sentirem o cheiro dessas pessoas como parte do melhor entendimento de suas ideias (ou falta delas)”¹⁴⁶.

¹⁴⁶ *Time*. 9 de março de 1998. (...) “ *Time journalism began by being deeply interested in people, as individuals who were making history, or a small part of it, from week to week. We tried to make our readers see and hear and even smell these people as part of a better understanding of their ideas – or lack of them*”.

A primeira edição da *Time* chegou então às bancas em 3 de março de 1923, com 28 páginas, sendo seis delas de anúncio. Entre os assuntos abordados no primeiro caderno estava a ocupação francesa do vale do Ruhr, na Alemanha, e a fome na Rússia. Poucos anos depois, precisamente em 1929, Hadden morreu em decorrência de uma infecção, aos 31 anos. Luce seguiu com o projeto, cada vez mais bem sucedido, que cobriria fatos quentes como a quebra da bolsa de Nova York, a Grande Depressão, as duas Guerras Mundiais, Hiroshima e momentos da Guerra Fria. Apesar da década de depressão econômica, Luce conseguiu colocar no mercado filhotes da *Time: Fortune* (1930), *Life* (1936), *The March of Time* (1935) e *Architectural Forum* (1932).



Luce nasceu em 1898 em Tengchow, na China, filho de missionários presbiterianos, e passou toda sua infância neste país, com exceção de duas viagens que fez aos Estados Unidos. A inquestionável crença na moral cristã e na superioridade cultural dos EUA não só pelo seu comprometimento com Cristo, mas

também pela ordem social moderna e tecnológica, marcou a imagem (distante e influenciada pelos missionários) que Luce tinha dos Estados Unidos (*Time*, 9 de março de 1998).

Após a morte de Hadden, dois fatos passaram a chamar atenção no perfil editorial da revista. A seção Negócios passou a receber mais ênfase que até então e temas relacionados à União Soviética também começaram a ser mais frequentes. No entanto, enquanto Stalin era adjetivado como “opressivo” e “sem misericórdia”, Mussolini era “firme e resoluto”. Para *Time*, uma ditadura comunista era totalmente diferente de uma capitalista (Wallechinsky, Wallace, 1995). O reconhecimento da União Soviética por parte do presidente Franklin Roosevelt foi uma batalha perdida para a publicação.

O único quesito em que *Time* e Roosevelt concordavam era a Guerra Civil Espanhola. O governo legalmente eleito do fronte popular, com tendência mais de centro-esquerda, era por definição insuportável (Wallechinsky, Wallace, 1995). E enquanto o presidente Manuel Azana era descrito como “cara de sapo” e “gordo”, o generalíssimo Franco era um homem de “fala mansa”, “sério” e com a “simplicidade de um soldado”. Outra marca da publicação era a recorrência a notícias ligadas a sexo e escândalo. Alguns editores reclamavam do uso de eufemismos reconhecidos, como, por exemplo, “grandes e bons amigos (*great and good friends*)”, para se referir a amantes ou parceiros homossexuais.

Na década de 1940, com a eclosão da II Guerra Mundial, a *Time* ampliou sua estrutura de correspondentes, começando por Paris. Antes, as reportagens internacionais vinham preponderantemente de segunda mão (agências, rádios e jornais) e eram reescritas na redação. Não que os textos enviados a Nova York tenham sido sempre publicados, mas eles serviam de base para uma extensa reescrita. Desse modo, as matérias desse período eram invariavelmente anônimas (Wallechinsky, Wallace, 1995). Republicana e anti-Roosevelt, a *Time* deu o seu melhor para eleger o candidato Wendell Willkie, mas a manipulação da cobertura jornalística e a chegada de editores linhas duras como Roy Alexander e Otto Fuerbringer fez com que a revista perdesse gradualmente o seu melhor corpo de redatores.

Mesmo antes dos Estados Unidos entrarem na guerra, a publicação já

levantava a bandeira do envolvimento estadunidense para estabelecer a dominância e supremacia do país. E embora a URSS fosse uma aliada, a *Time* deixava claro que não havia amizade entre os dois Estados. De 1950 e 1952, a publicação foi praticamente uma bandeira do Partido Republicano e, em 1960, o arquiconservador Fuerbringer chegou ao cargo de redator chefe. Seu poder de decisão sobre a publicação ficou claro durante a cobertura da Guerra do Vietnã. Inicialmente, a publicação apoiou o conflito e mandou tantos repórteres para lá, que o jornalista Mervyn Perry passou a chamar o Vietnã de “Disneyland da *Time*”. Em 1962, Charles Mohr assumiu a sucursal em Saigon e passou a enfrentar problemas com Fuerbringer. Enquanto repórteres da sucursal diziam que era impossível vencer a guerra, o chefe de redação nos Estados Unidos começou a achar que a raiz do problema era a imprensa estadunidense, inclusive a *Time*. Quando a divergência de opinião se radicalizou, Mohr e Perry deixaram seus postos “voluntariamente”.

Luce deixou o cargo de chefe de redação para seu sucessor Hedley Donovan em 1964. Três anos depois, embora a postura de Fuerbringer frente à Guerra do Vietnã fosse imutável, Donovan começou a se movimentar em direção aos ideais de políticos do centro, contra o conflito. As férias do chefe de redação foi a deixa para que Donovan começasse a publicar pela primeira vez o que diziam os repórteres na base em Saigon – a vitória era impossível. No mesmo ano (1967), Luce morreu após um infarto. Na década de 1970, ao lado do encerramento do conflito no Vietnã, um dos grandes temas em pauta foi o Watergate. Quando o caso começou a vir à tona, Henry Grunwald substituiu Fuerbringer no cargo de redator chefe e apesar da cautela em abordar o assunto, a publicação expôs o presidente republicano Nixon, que sabia sobre a espionagem na sede do comitê nacional democrata (*Watergate*). Algo impensável na época de Luce.

A versão moderna da *Time* ainda faz jus ao seu estilo revista de edição. Textos enviados por repórteres à Nova York são encaminhados para um grupo de checagem e são completamente reescritos por redatores, editores sêniores e até mesmo pelo editor chefe. No entanto, ao contrário da tendência de anos anteriores, os textos atuais são assinados tanto por repórteres quanto por redatores.

4.2. Definição do corpus na *Time* e análise da cobertura

O sistema de busca no arquivo on-line da *Time* é feito por palavras-chaves e os textos estão disponível em formato A4, sem a diagramação original. Ao contrário da *Der Spiegel* em que as reportagens estão disponíveis também em PDF com formato original. Sendo assim, temos acesso ao conteúdo, à produção textual, mas não mais às imagens, fotos e diagramação, com exceção das capas. Assim como na *Der Spiegel*, buscaram-se textos da primeira edição logo após a abertura das fronteiras, até a última edição do ano de 1989. Em relação ao ano de 1990, não há matérias sobre a reunificação da Alemanha no mesmo recorte temporal utilizado na *Der Spiegel* — três edições antes e depois da data oficial, 3 de outubro. Há somente uma matéria no dia 08 de outubro de 1990. No mês de julho, há uma chamada de capa em 9 de julho, em uma matéria relativamente longa sobre a união monetária e econômica do país. Na verdade, este é o link que justifica uma reportagem sobre a Alemanha, mas o grosso do texto faz um panorama histórico com o objetivo de defender a reunificação. No mesmo mês, quando Kohl consegue a aprovação de Gorbachev para atrelar a Alemanha unificada à Otan, a publicação faz uma reportagem de capa sobre o primeiro-ministro. Embora tais matérias estejam fora do recorte temporal proposto, o conteúdo foi também analisado. Em comparação ao semanário alemão, o número de textos também é consideravelmente inferior. Enquanto a *Der Spiegel*, nas 14 edições selecionadas (89/90), produziu 90 textos, entre reportagens, entrevistas, resenhas, comentários e opiniões, a *Time* abordou o tema reunificação em 15 matérias, ao longo de sete edições. Cinco delas como tema central da pauta. Uma redução no corpus já era esperada, uma vez que a reunificação alemã, apesar de significar um novo balanço no equilíbrio europeu, não tem o mesmo peso para a sociedade estadunidense.

Tabela 5: Definição do corpus na *Time*

Data da edição	Reunificação - Tema central	Reunificação - Tema secundário
13.11.1989	1	0
20.11.1989	1	1 (capa)
27.11.1989	1	1
04.12.1989	0	0
11.12.1989	1	2
18.12.1989	1	3
25.12.1989	0	2

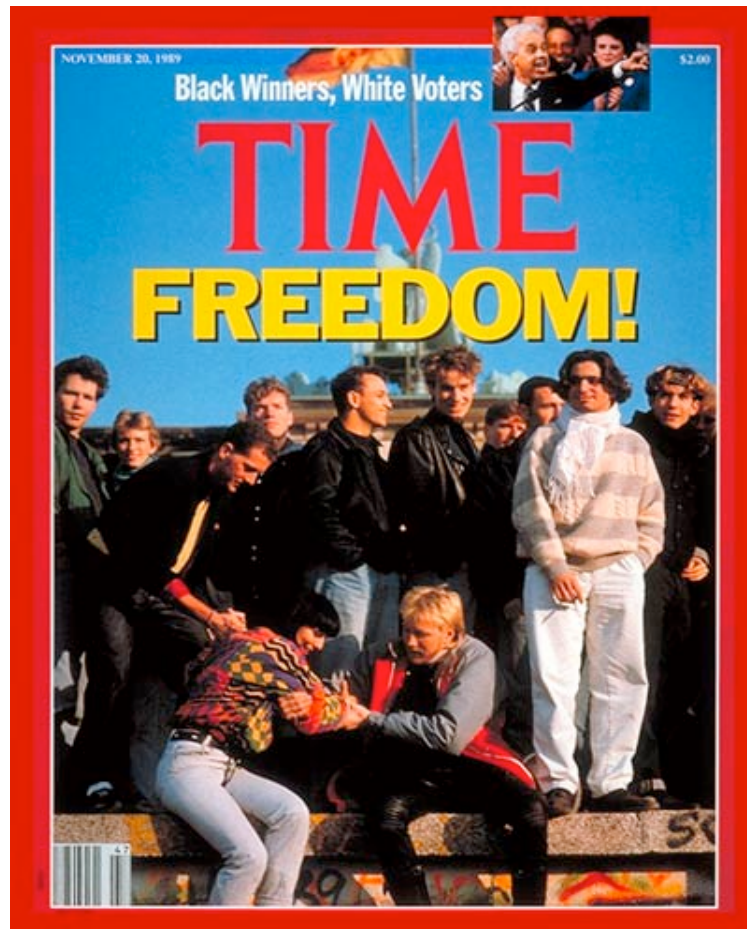
08.10.1990	1	0
Total	6	9

Tabela 6: Matérias totais sobre reunificação

Data da edição	Matérias
13.11.1989	1
20.11.1989	2
27.11.1989	2
11.12.1989	3
18.12.1989	4
25.12.1989	2
08.10.1990	0
Total	15

Já no dia 13 de novembro (*capa abaixo*), a *Time* traz uma matéria sobre uma possível reunificação. O semanário se aproxima do tema e diz que desde 9 de novembro a questão se tornou mais real, mesmo que ainda superficialmente. Enquanto a *Der Spiegel* ressaltava a vontade popular, supostamente expressa cada vez mais durante os protestos após a abertura das fronteiras, a publicação estadunidense relata, contraditoriamente, que reunificação não era a palavra principal nos lábios dos manifestantes em Leipzig. Não há nenhuma longa reflexão sobre a questão de Auschwitz, a repercussão na mídia internacional ou a construção e consolidação de uma identidade para os alemães orientais. A publicação logicamente relata as dificuldades da questão frente a Comunidade Europeia e a própria URSS, mas vai discutir com mais profundidade a redefinição da Otan e o papel dos Estados Unidos na Europa. Entretanto, já nesta primeira matéria sobre o tema, o semanário estadunidense deixa claro que a questão deve ser decidida pelos alemães, logicamente em sintonia com o resto da Europa e principalmente com as forças aliadas. Tendo em vista uma possível dissolução do Pacto de Varsóvia, a *Time* acreditava que a Otan se tornaria muita mais política e menos militarizada. A própria “função histórica” da Otan estaria em fase de transição, uma vez que as tropas estacionadas na Europa diminuiriam e a única ameaça comunista plausível no continente seria uma invasão de Trabis¹⁴⁷.

¹⁴⁷ *Time*, 20 de novembro de 1989. “As the revolutionary changes in the Warsaw Pact continue Nato’s role will inevitably become less military and more political. Far fewer troops will be needed, and significant mutual demobilizations in Europe will be possible if both sides agree. Already Nato’s



Na perspectiva da revista, o principal objetivo da Alemanha Ocidental naquele momento deveria ser estimular a porção oriental a seguir o caminho da economia de mercado e de processos políticos mais livres, assim como Polônia e Hungria. No entanto, o resultado de tal evolução não precisaria necessariamente ser uma reunificação, embora esta fosse uma decisão, em última instância, da própria Alemanha. Mais à frente, precisamente numa matéria do dia 18 de dezembro, a revista reafirma que nem a população, nem o tamanho de uma Alemanha unificada resultaria necessariamente em instabilidade.

Ao contrário da *Der Spiegel*, que inicialmente valoriza a vontade do povo alemão como uma justificativa para a reunificação, a *Time* diz que o que os alemães orientais esperam primeiramente dos novos líderes um esforço para construir um real socialismo e varrer os restos de corrupção e opressão do regime. Eles querem um relacionamento próximo com seus irmãos no Ocidente, um crescimento mútuo com a

historic mission has changes: the threat of an invasion from the east involves sputtering Trabants rather than Soviet tanks”.

República Federal, mas não necessariamente reunificação; eles insistem em ser aceitos como eles são. E, por fim, eles demandam ajuda econômica, embora saibam que eles não poderão se equiparar com a Ocidente, pelo menos não tão cedo¹⁴⁸.

Apesar da pouca profundidade, as diferenças entre alemães orientais e ocidentais é abordada rapidamente pela publicação. Na *Der Spiegel*, o problema só vem à tona em 1990. A *Time* reconhece que os alemães desenvolveram nesse processo de separação diferentes valores, estilos e costumes. Enquanto o caderno de Augstein afirma contundentemente que a reunificação é a vontade do povo, a *Time* observa ao longo de seu texto: “finalmente, nenhuma das manifestações maciças das últimas semanas valorizam o tema da reunificação¹⁴⁹”. A revista traz em algumas matérias aspas da oposição oriental, mas em pequena quantidade. Um dos exemplos é o cofundador do *Neues Forum* Jens Reich, que defendia a melhora do socialismo, pelo menos naquele momento. Em entrevista a *Der Spiegel* um ano depois, em 1990, Reich se mostra de acordo com a reunificação. Franz Schutze, do Instituto Internacional de Potsdam, também esclarece em aspas para a *Time* essa ideia. “Há um certo orgulho nos ingredientes socialistas. Educação e saúde são gratuitos. O emprego é seguro.” Que a revista não concorda com esse posicionamento fica claro no parágrafo à frente, quando o redator detalha a marola econômica e social da RDA. No geral, as reportagens (não há nenhuma entrevista) trabalham sob o viés de declarações oficiais, como dos embaixadores e primeiros-ministros.

Enquanto a principal preocupação da *Der Spiegel* era convencer seus leitores de que a reunificação era o melhor caminho, a *Time* questiona a importância dos Estados Unidos na Europa com as mudanças em curso até então. “Com o declínio da ameaça do Império Soviético, por quais motivos a Europa ainda precisaria dos Estados Unidos? O declínio do poder soviético, o crescimento da vitalidade da Comunidade Europeia e a pressa rumo à unificação alemã requeriam que os Estados Unidos contemplassem seus laços com a Europa não mais baseados no medo das

¹⁴⁸ *Time*, 27 de novembro de 1989. “What East Germans expect first of all from their leaders is an effort to built “real Socialism” and sweep away the remnants of a corrupt and repressive regime. They want closer relations with their West German brethren, a growing together with the Federal Republic – but not necessarily reunification; they insist on being accepted as they are. And finally, they demand economic rewards, even though they know they are not likely to catch up with the West any time soon”.

¹⁴⁹ *Time*, 27 de novembro de 1989. “Finally, none of the massive demonstrations of recent weeks capitalized on the theme reunification”.

intenções soviéticas, mas sim na competição econômica e política¹⁵⁰”. Com essa preocupação em vista, a publicação elogia a performance de George Bush durante o encontro com Gorbachev em Malta e também com os membros da Otan em Bruxelas (texto de 18 de dezembro). Apesar de ativistas conservadores criticarem o fato de Bush resolver encorajar os planos de Gorbachev e a Perestroika, a revista coloca o encontro de ambos os chefes de Estado de modo positivo. As metas haviam sido cumpridas, ou seja, Bush começava a fazer contatos pessoais com o líder soviético. Em Bruxelas, conforme a publicação, o presidente dos EUA teria dado um “pouquinho para todo mundo”. Kohl recebera o apoio à união da Alemanha e do continente, mas para acalmar os ânimos de Mitterand, o processo deveria ser indissociável da Otan. Até mesmo os nervos de Thatcher foram apaziguados com um telefonema do presidente Bush. Por fim, a conclusão: os soviéticos e os aliados da Otan apoiavam uma presença estabilizadora dos Estados Unidos na Europa e uma redução gradual da ameaça soviética permitiria a Bush reduzir os gastos militares e diminuir os déficits federais.

Assim como os 10 pontos de Kohl para uma confederação (que poderia resultar numa reunificação) foram bem recebidos pelos EUA, a medida também teve ressonância positiva na *Time*. “Sua decisão de não consultar foi um claro sinal para todos — inclusive, novamente, para os eleitores da Alemanha Ocidental — que a reunificação é preponderantemente um problema para os alemães decidirem¹⁵¹”. Aliás, a *Time* elogia Kohl e seu Partido Social Democrata Cristão (CDU, em alemão), mas não aborda a oposição da própria Alemanha Ocidental, a exemplo de parte do SPD ou do Partido Verde

Desse modo, assim como o governo dos EUA, a *Time* apoia a reunificação alemã e não reproduz, por exemplo, os discursos mais exagerados da imprensa internacional francesa ou israelense em relação ao processo. O discurso que se sobrepôs era dos Estados Unidos como uma força estabilizadora na Europa. Objetivo

¹⁵⁰ *Time*, 25 de dezembro de 1989. “As the Soviet military threat shrinks, what does Europe need with the U.S? The decline of Soviet power, the growing vitality of the European Community and the rush to reunify Germany require the US to contemplate European ties based less on fear of Moscow’s intentions and more on healthy and political competition”.

¹⁵¹ *Time*, 11 de dezembro de 1989. “His decision not to consult was a shrewd signal to everyone — including, again, West German voters — that reunification is pre-eminently a matter for Germans to decide”.

alcançado via estratégia tripla da política externa dos EUA: primeiro, apoiar a reunificação mesmo que na contracorrente dos outros líderes europeus, dar garantias de segurança à URSS e assegurar que as tropas estadunidenses permaneceriam como um contrabalanço. Bush e Baker amenizaram a consternação britânica e francesa em relação a uma Alemanha unida no centro da Europa e, mais decisivamente, asseguraram à URSS que a Alemanha unificada e membro da Otan não significaria uma ameaça a Moscou.

Quando a *Time* discute o dilema reunificação, o enfoque prioritário é dado ao plano internacional da questão, ao novo delineamento da Otan, ao papel dos Estados Unidos na Europa e à reação internacional ao tema. Embora a revista até aborde o embate entre capitalismo e socialismo, as matérias sobre reunificação não falam exaustivamente do fracasso do comunismo. Claro que a reunificação foi recebida como a realização de um longo objetivo da política do Ocidente de liberar o Leste Europeu do comunismo, mas isso fica nas entrelinhas. As reportagens não dizem isso com todas as letras. Não que a revista seja isenta de ideologia. Pelo contrário. No entanto, os textos que abordam a reunificação, falam somente de reunificação. Em outras palavras, não há um panorama do fracasso do comunismo em todo o Leste Europeu, como ocorre, por exemplo, na revista *Veja*, como veremos mais adiante. As pautas são bem definidas. O embate ideológico, nesse aspecto, aparece com mais fervor nas matérias sobre a abertura das fronteiras. A capa da edição dedicada ao assunto (20.11.89) só tem como manchete a palavra “Liberdade” em letras garrafais. Ao contrário da *Der Spiegel* que usou no título “O Povo Venceu – eleições livres, fronteiras abertas”.

De qualquer modo, a preocupação do semanário é com a redefinição do poder no continente europeu. No mês de novembro, antes do encontro em Malta entre Bush e Gorbachev, a revista criticou a postura do presidente de não tomar frente da situação e somente observar a avalanche dos fatos. A publicação afirma que, por 40 anos, os Estados Unidos ficaram atrás da Cortina de Ferro e, contra a barreira, falavam em liberdade para a Europa Oriental (a revista omite o fato de os Estados Unidos também terem lucrado com a corrida armamentista durante a Guerra Fria). E, no momento, como o tal “sonho se transformava em realidade”, os Estados Unidos e os aliados deveriam urgentemente definir como os recém-liberados poderiam se encaixar na nova ordem europeia. A conclusão é categórica: se George Bush continuasse a se

preocupar com as pesquisas de opinião atuais, talvez não houvesse muito mais espaço para os Estados Unidos em uma nova Europa¹⁵².

Depois de 1954, a função da Otan deixou de ser o “*Keep the Germans down*”, ou seja, “mantenha os alemães sob controle”. Isso se tornou desnecessário com a política de Adenauer de integração da RFA ao Ocidente. De 1989 a 1991, a necessidade de manter a URSS fora (“*Keep the Russians out*”) também se tornaria obsoleta com o desmantelamento da URSS. Por fim, o terceiro exercício da Otan, de manter os Estados Unidos em cena (“*Keep the Americans in*”) também parecia perder cada vez mais o sentido. Afinal, por que uma Europa com um forte mercado interno em expansão e com sua própria política de segurança externa (GASP- *Außen und Sicherheitspolitik* — Política Externa e de Segurança) deveria manter laços com os Estados Unidos e sua política especial de segurança? Isso é abordado pela *Time*. Como uma aliança de defesa, a Otan, legitimaria sua futura existência, quando o “outro”, ou seja, o Pacto de Varsóvia e a URSS, deixassem de existir? Tudo isso está por trás do discurso da *Time* e de seu apoio à reunificação alemã. Mais do que discursar sobre a primazia do capitalismo sobre o comunismo (como ocorre exaustivamente na revista *Veja*), a *Time* começa a se preocupar com o posicionamento dos Estados Unidos na nova Europa, pois o país passaria a não ter mais uma legitimação plausível para seus enormes gastos militares e com armamentos. Sua intervenção nas periferias também não se sustentaria mais com a justificativa da luta contra o comunismo.

Dessa forma, justifica-se o apoio que os Estados Unidos deram à reunificação da Alemanha e ao seu atrelamento à Otan, como uma forma de redefini-la e manter seu campo de atuação no continente europeu. A revista não cobre a reunificação oficial do país em outubro. A última matéria em relação ao tema é de 9 de julho, após a unificação econômica e monetária. Porém, o texto não aborda os problemas internos do país, a fortaleza do marco alemão e o desemprego gerado. A reportagem tenta mostrar como é injustificável o medo dos vizinhos europeus frente a uma Alemanha unificada. Uma das justificativas é de que muitos alemães nem sequer eram

¹⁵² *Time*, 27 de novembro de 1989. “For 40 years the U.S. has railed against the iron Curtain and spoken out for freedom in Eastern Europe. Now that those dreams are becoming a reality, Washington and its allies urgently need to define how the newly liberated states can fit into new European order. (...) If George Bush continues to worry more about today’s polls than about tomorrow’s world there might not be much room for the U.S. in such a Europe”.

nascidos à época do Holocausto e que a história alemã não teria começado em 1933, muito menos em 1871. Dessa observação, o jornalista faz um *flashback* da história alemã desde o Sacro Império Romano Germânico, passando pela Revolução Liberal de 1848, Bismarck, a República Weimar e as duas catástrofes mundiais. Para concluir a linha de raciocínio, o texto é fechado com as “lições para 1990”, com aspas de Carl Schorske, professor de história emérito de Princeton: “Não houve nenhum país europeu que não teve seu momento de tentar engolir seus vizinhos e eu não acho que a Alemanha seja pior que esses outros países”¹⁵³. Assim, a publicação reafirma sua posição, totalmente a favor da reunificação.

Em suma, enquanto a França conseguia o aprofundamento da integração europeia, os Estados Unidos reforçavam a Aliança Atlântica. Vale ressaltar que o governo estadunidense respondeu aos 10 planos de Kohl com um discurso na sede da Otan em Bruxelas, no dia 4 de dezembro, afirmando que as pré-condições para o apoio dos EUA seriam o reconhecimento das fronteiras polaco-alemãs e da entrada da Alemanha unificada na Otan.

4.3. História da Revista Veja

“Prezado Leitor, onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois Veja quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros. Há quase vinte anos, a Editora Abril lançava sua primeira publicação, O Pato Donald, apresentando – para jovens de todas as idades – as histórias maravilhosas das personagens Walt Disney. Nos anos seguintes, com o sucesso de uma série de lançamentos (e o insucesso de alguns), crescemos e aprendemos muito.

Publicações foram surgindo. Entre outras, Capricho, em 1952, Manequim, em 1959. Em 1960 – junto com a implantação da nossa indústria automobilística – Quatro Rodas. No ano seguinte, Cláudia. Em 1963. Intervalo. E há pouco mais de dois anos, Realidade. Agora nasce Veja. Para fazê-la, selecionamos 100 entre 1.800 candidatos universitários de todos os Estados e realizamos um inédito Curso Intensivo de Jornalismo. Ao término do Curso,

¹⁵³ *Time*, 27 de novembro de 1989. “*There is no European country that hasn’t had its moments of trying to swallow up its neighbor’s, and I don’t think German is any worse than any other country*”.

com 50 desses moços e outros tantos jovens “veteranos”, formamos a maior equipe redacional já reunida por uma revista brasileira. Enviamos editores e redatores para o exterior a fim de observar as principais revistas congêneres em ação. Abrimos ou ampliamos escritórios regionais em todas as grandes cidades do País e montamos uma complexa rede de telecomunicações para mantê-lo em contato permanente com a redação em São Paulo. Para a cobertura internacional, contratamos os serviços de agências noticiosas e revistas de prestígio mundial: Paris – Match, da França; Newsweek, dos Estados Unidos; Época, da Itália; e Der Spiegel, da Alemanha. Finalmente, no decorrer dos últimos três meses, preparamos 13 edições experimentais completas – com texto, fotos e anúncios –, a fim de treinarmos para a grande jornada que hoje se inicia.

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher novos rumos. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de Veja.

Devemos esta revista – em primeiro lugar – aos milhões de leitores, que através dos anos, têm prestigiado nossas publicações. Às classes governantes, produtoras, intelectuais que reclamaram da Abril este lançamento. Aos jornalistas que, com dedicação e espírito profissional, o tornaram possível. Aos quase mil gráficos que participaram, entusiasticamente, de seu complexo esquema de produção semanal. Aos distribuidores, jornaleiros e transportadores que aceitaram o desafio de vencer as enormes distâncias nacionais na corrida até as bancas toda segunda-feira. Conscientes da responsabilidade assumida ao editar Veja, dedicamos a revista a todas essas pessoas. Ao Brasil de hoje e amanhã”. **(Victor Civita. Carta do editor, Veja, nº1, edição de 11 de setembro de 1968. P. 20 e 21).**



Veja surge em 1968 com uma proposta semanal. Em fevereiro, Mino Carta, na época com 34 anos, viajou para pesquisar revistas como *Time*, *Newsweek*, *L'Express* e *Der Spiegel*. Para o lançamento da revista, apresentaram-se 1,8 mil candidatos para as 100 vagas disponíveis para um curso de jornalismo com duração de três meses. Ao término, 50 pessoas foram contratadas. Como visto na primeira carta ao leitor, seu principal objetivo era oferecer ao público uma seleção ordenada e concisa dos fatos essenciais da semana em todos os campos do conhecimento, explicando seu significado, servindo como uma espécie de rascunho semanal da história. O primeiro exemplar tinha como manchete de capa “O Grande duelo no Mundo Comunista” e chegou às bancas com 700 mil exemplares. De acordo com a revista *Imprensa*, venderam 650 mil. A expectativa de venda era de 500 mil exemplares. No entanto, a partir do segundo número o projeto se revelou um fracasso, pois os leitores acostumados a revistas como *O Cruzeiro* e *Manchete*, feitas à base de fotografia, cor e

generalidades, não aceitou o formato mais duro da *Veja*. Foi necessário então torná-la mais atraente sem mudar sua proposta inicial. Daí para a frente, foi desenvolvida as técnicas do estilo magazine (texto ágil e bem redigido, que oferece cobertura mais analítica e utiliza recursos visuais de primeira categoria) citadas acima para transformar o produto mais aceitável. Vinte anos depois, em 1988, *Veja* se tornou a principal publicação brasileira, com 370 mil exemplares, principalmente após o desaparecimento de *O Cruzeiro*. Chegou então ao ano 2000 como a quarta revista semanal de notícias do mundo, atingindo picos de tiragem de 1,7 milhão de exemplares semanais, atrás somente das estadunidense *Time*, *Newsweek* e *US News*. Uma novidade daquela fase inicial era o texto impessoal, capaz de dar a impressão de que a publicação fora escrita, de ponta a ponta, por um mesmo redator.

4.4. Corpus e análise da cobertura na revista *Veja*

Entre as revistas pesquisadas, o semanário brasileiro é o que menos explora o tema da reunificação alemã. Para efeitos de análise, foi mantido o mesmo recorte no processo de seleção dos textos — sete edições em 1989 (de 15 de novembro a 31 de dezembro) e seis cadernos em 1990 (de 5 de setembro a 17 de outubro). As datas variam entre um e dois dias de uma revista para outra, mas a ideia é sempre a mesma. Todas as edições pós-abertura das fronteiras e três que antecedem e sucedem o caderno que faz a cobertura oficial da reunificação. No caso da *Veja*, foram selecionadas onze matérias, nove tendo a reunificação como gancho da pauta e duas que abordam o tema de forma secundária.

Ao contrário da *Time*, a *Veja* não dá nenhuma capa sobre a abertura das fronteiras, mas sim sobre a reunificação um ano depois, precisamente na edição do dia 26 de setembro, com a publicação de um “especial reunificação” (*capa abaixo*), com cinco textos. Em todo o corpus só há reportagens. Não houve entrevistas, análises, resenhas ou editoriais que tratassem a questão diretamente.

Tabela 7 – Definição do corpus em *Veja*

Data da edição	Reunificação - Tema central	Reunificação - Tema secundário
15.11.1989	1	1 (não foi capa)
22.11.1989	0	1
29.11.1989	0	0
06.12.1989	1	0
13.12.1989	0	0
24.12.1989	0	0
31.12.1989	0	0
05.09.1990	0	0
12.09.1990	0	0
19.09.1990	0	0
26.09.1990	5	0
03.10.1990	0	0
10.10.1990	1	0
17.10.1990	1	0
Total	9	2

Na primeira matéria sobre a abertura das fronteiras, a *Veja* somente cita a questão alemã: “é possível, no entanto, afirmar que um formidável problema histórico está prestes a iniciar a nova era — o problema do renascimento da nação alemã, da reunificação da Alemanha”¹⁵⁴. O título da matéria na seção internacional, em 15 de novembro, se aproximava da abordagem da narrativa estadunidense: “Já Raiou a Liberdade”. No que se refere ao tom do texto, a publicação brasileira é a mais sensacionalista: “o monstro de concreto que retalhou Berlim vira palco de um grande carnaval: depois de 28 anos, os alemães vão para cima do Muro tomar um porre de liberdade”¹⁵⁵; “Numa semana inesquecível para os alemães e o resto do mundo, o governo e o Politburo do SED caíram como se estivessem em uma republiqueta de bananas e não no orgulhoso berço do comunismo”¹⁵⁶. “(...) comunismo e capitalismo — esse século teve seu maior marco derrubado na semana passada”¹⁵⁷.

Na mesma edição, a revista faz uma matéria sobre o futuro encontro de Bush e Gorbachev em Malta, com foco no tema. “Ao contrário do que se pensou em massudos ensaios acadêmicos, cujo destino certo agora são as latas de lixo de universidades americanas, europeias e russas, a reunião do país dividido há quarenta

¹⁵⁴ *Veja*. 15 de novembro de 1989. Pg.131.

¹⁵⁵ *Veja*. 15 de novembro de 1989. Pg.131.

¹⁵⁶ *Veja*. 15 de novembro de 1989. Pg.134.

¹⁵⁷ *Veja*. 15 de novembro de 1989. Pg.130

anos não é uma questão para depois do ano 2000”¹⁵⁸. O foco da cobertura é o fim do socialismo, a “redefinição dos países mais fortes do planeta”, o desmantelamento dos regimes no Leste Europeu, mas ainda assim é difícil traçar um posicionamento da publicação. Muitas vezes, as próprias informações são contraditórias. Por exemplo, nesta reportagem do dia 15 de novembro (De Yalta a Malta), a *Veja* apresenta uma recente pesquisa (sem citar a fonte): “numa pesquisa recente, 79% dos alemães-ocidentais e 71% dos alemães-orientais afirmam que o país deve ser reunificado”¹⁵⁹. Uma edição à frente, a revista conversa com Wolfgang Leonhard (“um dos mais renomados estudiosos do problema soviético”) e faz algumas ponderações, entre elas sobre a reunificação:

“Até seis semanas atrás, portanto antes dessas transformações históricas, a ampla maioria dos alemães-orientais era a favor da reunificação das Alemanhas. Agora, porém, quando sabem que podem modificar o país, milhares de alemães orientais que estão participando do processo de democratização começaram a se convencer de que o seu país, afinal de contas, também pode ser um lugar onde vale a pena viver. A população não quer abrir mão de sua identidade. Eles também tem orgulho próprio e não querem receber ordens e instruções dos seus irmãos ricos do Ocidente” (*Veja*. 22 de novembro de 1989. Pg. 109).

Ou seja, não há um aprofundamento de quem são as forças de oposição à reunificação, seja na Alemanha Ocidental ou na Oriental. Enquanto a *Der Spiegel* parte do pressuposto que existe um sentimento de pertencimento e a população comum na RDA quer, sim, a reunificação (com exceção dos grupos de oposição, artistas e intelectuais), a *Veja* coloca essa visão de grupos como o *Demokratie Jetzt*, *Neues Forum* ou o SPD oriental como parte de toda a população. Porém, surpreendentemente, enquanto a *Der Spiegel* e a *Time*, relatam os dez pontos de Kohl de forma até que positiva, como se o primeiro-ministro tivesse enfim tomado as rédeas da situação, a *Veja* explora em um texto de duas colunas (de 6 de dezembro) os efeitos negativos que o projeto criou na RDA. “Sem querer, Kohl conseguiu a proeza de unir o governo comunista e boa parte das forças de oposição do PC alemão-oriental, todos protestando contra as supostas ameaças de ‘anexação’ contidas no

¹⁵⁸ *Veja*. 15 de novembro de 1989. Pg.138
¹⁵⁹ *Veja*. 15 de novembro de 1990. Pg.139

pacote”. A repercussão no continente europeu, principalmente dos aliados, não é aprofundada pela matérias.

De qualquer modo, as análises sobre o país são bastante superficiais. A publicação coloca todo seu foco para falar do fim do socialismo e isso se reflete na cobertura sobre a reunificação. Ainda em 1989, na última edição do ano, a *Veja* faz uma retrospectiva “Comunismo, adeus”: “o fenômeno Gorbachev, o anseio de liberdade dos povos oprimidos e a falência de um modelo econômico emperrado mudam os rumos do século XX. Regime caquéticos são varridos do mapa, e o socialismo real caminha para a lata do lixo da História”¹⁶⁰. Tais textos foram deixados fora da análise por não falarem diretamente ou mesmo que secundariamente da reunificação. Entretanto essa abordagem ideológica se refletirá, por exemplo, um ano mais tarde na cobertura da reunificação. Enquanto até mesmo a *Time* (que dá a capa sobre a Alemanha em julho) faz um panorama focado na história alemã desde o Sacro Império Romano Germânico para justificar a reunificação, sem misturar com a URSS e o processo no Leste Europeu, a *Veja* traz na mesma pauta a falência da URSS, a queda da RDA e assim por diante. O foco é mais panorâmico, baseado em fatos do ano anterior, mas não aborda, por exemplo, o papel da nova Alemanha unificada e soberana. A *Veja* vai além da *Time* e entra no mérito dos problemas internos da Alemanha, sempre atacando a antiga RDA, mas mistura bastante os temas. A publicação não discute ou aprofunda a questão alemã com uma abordagem mais filosófica ou intelectual como questões históricas de democracia ou liberdade. Ou até mesmo, como aparece na *Der Spiegel*, a redefinição do poder no pós-guerra, agora não mais por artefatos militares, mas sim econômicos. O que há é um grande relato das condições de vida nos dois lados, uma exaltação da economia alemã e dos prazeres que sua economia capitalista pode proporcionar. Observe estes trechos tirados da cobertura da reunificação:

“(…) Cerca de 80% das famílias (alemãs) têm carro próprio. Para cada 100 domicílios existem 121 aparelhos de TV, 160 geladeiras, 100 máquinas de lavar roupa, 105 aspiradores de pó e noventa telefones. No ano passado, 28 milhões de alemães, os turistas mais viajados do mundo (...) foram de férias ao exterior, onde deixaram 49 bilhões de dólares” (*Veja*. 26 de setembro de

¹⁶⁰

Veja. 3 de novembro de 1989. Pg. 104.

1990. Pg.53).

“É de fazer inveja a qualquer trabalhador brasileiro o padrão de vida do metalúrgico berlinense Harald Brien, de 35 anos, típico operário da Alemanha Ocidental. Por uma jornada de 37 horas na seção de montagem de interruptores da Siemens, ele ganha quase 2.000 dólares mensais. (...) Os Briens já conhecem a Áustria, a Itália, a Polônia e a Tunísia, no norte da África” (*Veja*. 26 de setembro de 1990. Pg.54).

“(...) É a maior história de sucesso do século XX. Foi com base nessa história que a Alemanha Ocidental se transformou numa vitrine com tal poder de atração sobre a metade do Leste, que nem o muro de Berlim conseguiu conter, reuniu poder de fogo suficiente para poder bancar a conta da reunificação e, a uma década do final do século, voltou a ocupar, unida e com mais força do que nunca, o lugar que sua insana guerra lhe tirou do passado: o de grande potência da Europa e do mundo” (*Veja*. 26 de setembro de 1990. Pg.54)

“(...) Não é uma união entre iguais. A Alemanha Oriental, onde a ideia do comunismo nasceu, a sua aplicação prática foi implantada pelos tanques soviéticos e sua morte acabou decretada por decisão do próprio povo, vai se anexar voluntariamente, de armas e bagagem, à metade ocidental, rica, capitalista e estupendamente bem-sucedida (...)” (*Veja*. 26 de setembro de 1990. Pg.50).

As oposições na própria Alemanha Ocidental, discutidas no capítulo dois e três nem aparecem como contraponto desse super-sucesso retratado pela *Veja*. Afinal, enquanto a *Der Spiegel* comemorava a supremacia do marco alemão e do seu país unificado e soberano, Augstein dialogava com uma parcela crítica, não exatamente à reunificação, mas à forma como ela ocorreu, a exemplo de Grass, Habermans ou Kurbys. Esse tipo de discussão processual também não é abordado pela publicação brasileira.

Outra característica marcante é o tom teatral e o embate ainda sobre o socialismo. Enquanto a *Der Spiegel* está pensando na solução de seus problemas internos, do papel da Alemanha unificada e soberana e a *Time* na redefinição do papel dos Estados Unidos na Europa, a *Veja* martela na diferença dos sistemas políticos.

Como na legenda de uma foto. “Noite de festa em Berlim: como num conto de fadas, deu tudo certo. O muro caiu, o comunismo se desmanchou e a metade rica pagou a conta”. Ou:

“Varinha de condão: a velocidade com que as duas metades do país dividido caminharam para seu reencontro foi tão vertiginosa que é difícil acreditar que há menos de um ano, no último dia 7 de outubro, o então secretário-geral Erich Honecker comemorou os quarenta anos da Alemanha Oriental com uma festa lúgubre, na qual reafirmou desafiadoramente que não ia mudar nada, abrir nada, nem se abalar com nada” (*Veja*. 26 de setembro de 1990. Pg.52).

É também de certa maneira contraditório esse tom de “tudo deu certo” da *Veja*. No mesmo especial, em textos mais a frente, a revista contará uma série de histórias por meio de personagens de pessoas que perderam seus empregos e perspectiva. A matéria “A Rainha da Sucata – com uma economia em ruínas, a Alemanha Oriental paga caro pela passagem para o capitalismo”¹⁶¹ traz uma lista de problemas que vão além do desemprego. Ou seja, tudo deu certo para a Alemanha Ocidental, pelo menos até aquele momento. Na mesma edição ainda há uma retrospectiva dos problemas ambientais causados pelo descuido da antiga RDA. E sobre a integração leste-oeste, *Veja* parece concordar com o veredicto anterior da *Der Spiegel*:

“Como foram eles que se anexaram às regras já existentes do lado ocidental, os antigos alemães-orientais têm que se adaptar mais depressa. As carteiras de identidade no leste só valem até 1995 – depois disso, terão que ser trocadas por documentos equivalentes aos ocidentais” (*Veja*. 10 de outubro de 1990. Pg. 59).

Ou seja, não há nem um sinal sobre as discussões geradas sobre a incorporação da RDA a RFA. A revista reconhece a anexação, mas não chega a destrinchar os problemas que derivam dessa questão. Tudo parece ter ocorrido por mágica (grifo que o redator adora; a maioria dessas matérias não é assinada):

“Com a unificação política, a Alemanha Oriental simplesmente deixou de existir, como num passe de mágica. É o

¹⁶¹ *Veja*. 26 de setembro de 1990. Pg. 56.

primeiro caso, na História moderna, de um país que desaparece do mapa, guarda sua bandeira na gaveta, fecha suas embaixadas e recolhe a plaqueta que identificava os lugares de seus representantes nas Nações Unidas – tudo isso sem que um único tiro tenha sido disparado” (*Veja*. 10 de outubro de 1990. Pg. 59).



Por fim, as revistas *Time* e *Veja* se colocam a favor da reunificação e os relatos são baseados sempre na perspectiva da Alemanha Ocidental, o que ocorreu também de certo modo na mídia alemã. Em comum entre as três publicações está a exaltação do poderio econômico alemão e do nascimento de uma nova potência. Fica claro que a *Der Spiegel* tenta persuadir seus leitores de que a rápida reunificação é o único caminho viável para a solução da questão alemã. Além disso, a publicação se ocupa também com os problema interno da Alemanha, com a supremacia do Marco na Europa e com o novo papel da Alemanha soberana e unificada na conjuntura mundial. No caso da *Time*, destacam-se questionamentos sobre o papel dos EUA na Europa e a redefinição da OTAN como meio de justificar futuramente a presença estadunidense no velho continente. *Veja*, por sua vez, reduz o discurso ao velho embate entre

capitalismo e comunismo e tenta de diversas maneiras exaltar as conquistas econômicas da Alemanha.

Conclusão

De modo geral, as três publicações foram pró-reunificação, defendendo a possibilidade da própria Alemanha decidir seu futuro, sem fazer afirmações catastróficas como as mídias israelense, britânica e francesa, em que muitos colonistas falavam em um “IV Reich”, com estátuas do Hitler por todo o país. Augstein dialogava em suas colunas não só com *publishers* europeus que eram contra a reunificação, mas também com atores internos que pensavam no processo de outra forma. O semanário alemão encabeçou a questão de forma bastante nacionalista como vimos no capítulo três e colocava toda a problemática de modo que a reunificação por meio da incorporação da RDA soava como a única solução possível. Por esse comportamento, muitos diziam, a exemplo do jornalista Erich Kuby, do *Süddeutsche Zeitung*, que a *Der Spiegel* transformara-se em um veículo de propaganda do governo e do primeiro-ministro Helmut Kohl, da União Democrática Cristã (CDU). Mais do que o bem-estar da população na RDA, a revista também tinha em mente a abertura de novos mercados na porção oriental.

Nas sete edições selecionadas no ano de 1989, a revista não trouxe nenhuma entrevista com grupos de oposição da Alemanha Oriental como o *Demokratie Jetzt*, o *Neues Forum* ou o SPD oriental, afinal esses atores, na maioria, pensavam em reformar a RDA e até falavam em um “socialismo com face humana”. As vozes de oposição da Alemanha Ocidental (não necessariamente contra à união das duas porções, mas sim à incorporação imediata da RDA) foram ouvidas, mesmo que em menor quantidade. Entre os principais nomes estão os integrantes do SPD Günter Grass e Oskar Lafontaine (SPD do Saarbrücke). Em compensação, a revista trava uma disputa de ideias com intelectuais e escritores da RDA, dizendo que eles teriam fracassado, pois não conseguiram continuar com a revolução iniciada em outubro do mesmo ano.

Desse modo, a *Der Spiegel* causa uma falsa impressão de polifonia. Assim como dito na introdução, uma cobertura repleta de personagens, articulistas e fontes não é necessariamente garantia de um discurso polifônico. Em outras palavras, muitos

locutores não significam muitos enunciadores. Ao analisar rapidamente e encontrar ao longo da cobertura vozes representantes da esquerda ocidental ou até mesmo de membros do governo da RDA (Hans Modrow ou Gregor Gysi), a revista cria a impressão de polifonia. No entanto, a discussão acerca do amadurecimento político da RDA, da possibilidade de reforma ou de reconstrução do à época chamado “socialismo de face humana” ou “terceiro caminho” foi banida. Ainda mais se a problemática fosse levantada por estes grupos de oposição da RDA. A *Der Spiegel* se mostra simpática a esses artistas e intelectuais, enquanto eles enfrentavam a ditadura do SED. No entanto, após o nove de novembro, com a perspectiva da reunificação do país, começam as divergências.

Somente nos textos selecionados para o corpus de 1990, precisamente na edição 37, é que há uma entrevista com Jens Reich, um dos fundadores do *Neues Forum*, sobre o “fim da RDA”. Porém, no ano anterior, ele já não havia assinado o protesto dos intelectuais da RDA “*Für unser Land*” e durante a entrevista se mostrou a favor em relação ao rumo dos acontecimentos. Segundo ele, não havia motivos para ninguém se sentir apunhalado. Por que então as pessoas que assim se sentiram, sejam elas intelectuais, cientistas, políticos ou pastores religiosos não tiveram voz? Levando em conta essa entrevista, a revista escutou sim (mesmo que somente em 1990) um representante dos grupos de oposição. Porém tratam-se sempre de exceções. O mesmo pode-se dizer sobre os intelectuais em geral, sejam eles da RDA ou RFA. Um exemplo é o escritor com residência no sul da Alemanha Martin Walser, tido como um dos poucos intelectuais pró-reunificação, segundo o próprio semanário. Walser passou sua infância nos estados de *Sachsen* e *Thüringen* e foi bastante criticado por seu pares por declarar a separação alemã como um fato doloroso. Em sua perspectiva, o que foi separado entre a RDA e a RFA era sim, o que muitos ainda admitiriam, uma Alemanha (e desde Bismarck). Esse posicionamento, defendido pelo escritor em entrevista, o deixava isolado entre seus colegas escritores.

O presidente da ex-Tchecoslováquia, Václav Havel, que se pronunciou em entrevista de forma favorável ao modo como a reunificação foi conduzida, também é visto como uma exceção por Rudolf Augstein. Ou seja, no corpus de 1990, predominaram fontes como Reich, Havel e Walser (as exceções), assim como aqueles que conduziram o processo de reunificação como o ministro do Trabalho Norbert Blüm, o ministro das Relações Exteriores Hans Genscher e Portugalow. Preteridos

foram novamente aqueles que avisaram sobre os problemas de uma incorporação imediata como escritores e intelectuais a exemplo de Habermas, Kuby e Grass.

“Perdidos no atalho do tal terceiro caminho”; “dramaturgos, poetas e pintores não podem e não querem trabalhar”; “dos 43 fundadores do SPD, quase metade são pastores religiosos”; “com pessoas da Stasi, pastores e belos artistas, talvez seja possível fazer um Estado, mas certamente nenhum produto social bruto; “o povo não foi às ruas pelos mesmos motivos dos artistas”. Tais sequências discursivas, assim como a escolha das fontes ouvidas pela revista deixam claro o posicionamento da publicação contra estes grupos de oposição da RDA. A *Der Spiegel* silencia o aniquilamento dos quarenta anos de história do antigo país e da população frente aquela ditadura. Porém, como a situação política e econômica era bastante complicada, sobressaiu o discurso do “nada lá presta”, “não tem mais salvação”, “não há mais nada o que resgatar”. Cria-se a impressão de que esse grupo de intelectuais e artistas são lunáticos teóricos, seres de outra espécie, desprovidos de razão. Enquanto a motivação da oposição, por assim dizer, era pensar o amadurecimento político da RDA depois da abertura das fronteiras ou na construção de uma nova identidade, o semanário alemão tinha como força ideológica aspectos econômicos. Logicamente não cairia bem falar que tais interesses (apesar dos altos custos em vista) de indústrias, bancos, empresas de seguro e imóveis e até grupos de mídia eram primordiais e mais importantes. O que estava em jogo era a expansão econômica da Alemanha (RFA) no continente europeu e não exatamente o impulsionamento da democratização interna da RDA.

Com essa motivação exterior à produção jornalística é que a revista apela a um sentimento de pertencimento do povo alemão logo após a abertura das fronteiras, ignorando as forças de oposição da RDA e as possíveis diferenças que surgiram entre as duas populações ao longo dos 40 anos de divisão. O estranhamento entre as porções oriental e ocidental será colocado em pauta somente no corpus de 1990, embora a publicação afirme primordialmente que os alemães orientais é que precisavam se adaptar e que eles mesmos se deixaram anexar por livre e espontânea vontade. Agora não tinham do que reclamar! Aquela preocupação inicial da publicação com as condições de vida da RDA, com a solidariedade pela desigual divisão das consequências da guerra e até mesmo a motivação para defender a população dos intelectuais e da “lenda do terceiro caminho” passava a ser

contraditória. Afinal, os “cidadãos de segunda classe”, que embora não tivessem participado da construção da RFA e agora gozavam dos benefícios da economia de mercado, tinham que se adaptar às novas regras. De certo modo, o “dever moral” da RFA com a RDA era limitado, afinal, nas palavras do próprio Augstein, não se tratava de colocar dinheiro no atoleiro comunista ou de incentivar esse terceiro caminho.

Somente no corpus de 1990, quando a entrada da RDA à RFA já estava prestes a ser realizada e a união econômica já tinha ocorrido, é que a revista publicou ensaios e resenhas de escritores, intelectuais e políticos que questionavam se o processo havia sido ou não democrático e a falta de possibilidade da Alemanha Ocidental votar a favor ou contra. Joschka Fischer (Partido Verde Ocidental e *Bündnis 90*) questiona, na edição 40, o medo de Kohl naquele momento de votar uma constituição conjunta para o país recém-unificado. Entretanto, ao contrário das reportagens da revista, Fischer não culpa os alemães orientais por decidirem se reunificar sem pensar se seus irmãos ao ocidente tinham o mesmo desejo ou sem avaliar se esta era ou não a melhor possibilidade. O colunista lamenta sim o fato de não sobrar absolutamente nada da trajetória dessas pessoas. Apesar da existência de um artigo assim na *Der Spiegel*, o texto de duas páginas concorreu com uma série de quatro ensaios ao longo do mês do político Klaus v. Dohnanyi com uma média de dez página cada um. O jurista ocidental foi um dos responsáveis pelas privatizações e julgava esse tal terceiro caminho uma lenda. Para ele não havia outra forma de conduzir a reunificação a não ser pela incorporação da RDA (via artigo 23 da constituição).

Um ano antes, a revista reafirmava sempre o sentimento de pertencimento alemão e não apresentava nenhuma fonte que pudesse contradizer isso. No entanto, em 1990, a *Der Spiegel* traz, por exemplo, trechos do livro do escritor da Bavária Patrick Süskind (*Angst vor Deutschland*) em que o autor não se sente nem um pouco parte de seus vizinhos ou acredita que tenha alguma coisa em comum com seus irmãos do Oriente. Süskind até pergunta retoricamente se o prefeito da Alemanha Ocidental estava bêbado quando afirmou que o povo alemão era o mais feliz do mundo. Ou seja, essa falta de relacionamento existia, ela só não foi abordada em um primeiro momento. Trata-se de um exemplo de como a publicação, para retomar Nilson Lage, dá sim aos seus textos o sentido que ela mesmo pretende.

Enfim, a *Der Spiegel* levantou a bandeira da reunificação, apoiou a velocidade dos acontecimentos e as decisões do primeiro-ministro Helmut Kohl. Ou seja, a revista foi a favor da entrada da RDA pelo artigo 23. A opinião de Augstein deixou marcas em toda a publicação, pelo menos no recorte selecionado para este trabalho. O discurso dominante no final da análise foi o nascimento de uma potência econômica, o nacionalismo do marco alemão — “a Europa cresce segundo a clássica categoria das grandes potências, sob a zona de influência alemã”; “Não mais as armas, assim acredita Genscher, mas sim a força econômica decide hoje a posição de um país no mundo”.

A discussão sobre a melhor forma de unir as duas porções da Alemanha (via artigo 23 ou 146) não é sequer abordado por *Veja* ou *Time*. Em ambos os semanários, uma futura reunificação é uma consequência lógica e natural da abertura das fronteiras. No caso da revista estadunidense, a motivação externa ao texto, ou seja, o foco principal do discurso é a redefinição do papel da Otan e dos Estados Unidos na Europa pós-Guerra Fria. Como argumentado anteriormente, a Europa não teria mais motivos para manter os laços com os EUA e sua política de segurança, afinal o velho continente tinha um forte mercado interno em expansão e sua própria política de segurança externa. Na perspectiva da publicação, os EUA tinham de contemplar a Europa por meio da competição político-econômica e não mais pelo receio soviético. Assim, o apoio da *Time* dado à reunificação foi de encontro à política externa dos EUA — que além de “dar uma mão” no processo, ainda amenizou o incômodo britânico e francês em relação a uma Alemanha unificada no centro do continente e garantiu à ex-URSS que o novo país, aliado à Otan, não significaria nenhuma ameaça ao Kremlin. Ou seja, tal posicionamento não foi inocente. O que os EUA tinham em vista, muito bem retratado pela *Time*, era a redefinição do poder na Europa e sua consolidação como uma força conciliadora no outro lado do Atlântico. Tanto que a última reportagem no ano — fora do corpus, já que foi publicada em julho de 1990 —, justifica os motivos pelos quais o medo dos vizinhos europeus é infundado.

Mesmo sendo pró-reunificação, a *Time* cita a existência de grupos de oposição da RDA que não viam o processo com bons olhos. Entretanto, ao ler os textos da revista, temos a impressão de que não havia oposição dentro da própria Alemanha Ocidental, mesmo que se tratassem de minorias. Nas 14 matérias selecionadas para o

corpus, o foco é de fato a reunificação. Não há, panoramas do fracasso do comunismo. A publicação coloca toda sua energia na redefinição do papel da Otan e dos EUA na Europa.

Veja, ao contrário, usa a reunificação para mostrar a superioridade do capitalismo e da economia de mercado frente aos regimes falidos do Leste Europeu. As pautas da revista não tratam somente a reunificação, mas trazem constantemente um panorama desde a queda de Honecker, abertura das fronteiras e sempre há abertamente o embate socialismo-capitalismo. Mesmo quando a pauta em 1990 trata somente da reunificação, a revista brasileira faz um apanhado geral do ano anterior. Embora seja compreensível a abordagem do assunto e não do fato em si, não há espaço para discussões mais profundas como a redefinição do poder no pós-Guerra Fria, agora via artefatos econômicos e não mais militares, ou questões relacionadas à identidade da ex-RDA. Dos três semanários, *Veja* é a que mais apela para o lado sensacional, cheio de dramaticidade. A revista utiliza o fato reunificação para exaltar a economia alemã e os prazeres por ela proporcionados (principalmente do lado Ocidental). O tom chega a ser mais exagerado e enaltecido que da própria *Der Spiegel*. Para a publicação brasileira também é como se não existisse oposição dentro da própria Alemanha Ocidental e o processo pelo qual se deu a unificação é um assunto bastante distante. É até mesmo contraditório, pois ao mesmo tempo em que os textos afirmam que “como num passe de mágica, tudo deu certo”, as matérias narram os inúmeros problemas enfrentados pelos alemães Orientais, que, na perspectiva da *Veja*, assim como da *Der Spiegel*, precisam se adaptar. Em outras palavras, a *Veja* tem um papel periférico, assim como a sociedade brasileira na discussão sobre a reunificação, sem entrar a fundo nas questões de redefinição de poder na Europa, da necessidade de uma nova justificativa para a presença estadunidense no velho continente ou o embate entre os aliados França, Rússia, Inglaterra e Estados Unidos. O que a revista faz é enaltecer a economia da Alemanha Ocidental, de “fazer inveja a qualquer trabalhador brasileiro”.

Em suma, é possível mesmo afirmar que o estilo magazine produz o sentido que ele mesmo pretende ao longo da cobertura. E tanto a *Time* quanto a *Der Spiegel* reproduziram, naquele momento, o discurso dos governos estadunidense e alemão, respectivamente. Ao contrário do que imaginado na hipótese inicial, a história de um povo que encontrou o seu caminho e o sentimento de pertencimento do povo alemão é

abordado somente logo após a abertura das fronteiras em 1989. Um ano depois, o comportamento da publicação é radicalmente outro. A *Time*, por sua vez, se encaixa numa perspectiva de redefinição de poder pós-Guerra Fria e *Veja* continua trabalhando em cima do velho debate entre os dois sistemas econômicos. As três publicações defenderam a supremacia de uma economia de mercado em detrimento dos antigos ideais dos falidos regimes do Leste Europeu, isso é claro, mas a *Veja* não ultrapassou a barreira desse tipo de discussão.

Apêndice:

Data (Edição)	Material jornalístico (páginas)	Publicidade (páginas)	Material jornalístico %	Publicidade %	Total de páginas
13/11/1989 (46)	98	226	30.25	69.75	324
20/11/1989(47)	137	171	44.5	55.5	308
27/11/1989 (48)	82	160	33.89	66.11	242
04/12/1989 (49)	135	157	46.24	53.76	292
11/12/1989 (50)	142	118	54.62	45.38	260
18/12/1989 (51)	129	83	61.04	38.96	212
25/12/1989 (52)	116	48	70.74	29.26	164
10/09/1990 (37)	138,4	145,6	48,74	51,26	284
17/09/1990 (38)	140	180	43,75	56,25	320
24/09/1990 (39)	144,4	183,6	44,03	55,97	328
01/10/1990 (40)	142,4	201,6	41,4	58,60	344
08/10/1990 (41)	137,7	190,3	42,08	57,92	328
15/10/1990 (42)	139	205	40,41	59,59	344
22/10/1990 (43)	140,4	207,6	40,35	59,65	348

Gráfico 2 e 3: Páginas de publicidade e material jornalístico nas edições da *Der Spiegel*

Bibliografia

1. AHBE Thomas e GIBAS Monika. *Der Osten in der Berliner Republik*. Aus Politik und Zeitgeschichte (B1-2/2001). Bundeszentrale für politische Bildung, Bonn, 2001. Unter: <http://www.bpb.de/publikationen/BQ6TYM.html>
2. BANDEIRA, Moniz. *Do ideal Socialista ao Socialismo Real*. A Reunificação da Alemanha. Editora Ensaio, São Paulo, 1992.
3. BARTHES, Roland. *Mitologias*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.
4. BENDER, Peter. *Deutschlands Wiederkehr. Eine ungeteilte Nachkriegsgeschichte 1945-1990*. Bundeszentrale für politische Bildung, Bonn, 2008.
5. BENETTI, Marcia e JACKS, Nilda. *A representação da Argentina e dos argentinos na imprensa sulina*. IDES, Buenos Aires, 2001.
6. BENETTI, Marcia e LAGO, Claudia. *Análise do Discurso em jornalismo: estudos de vozes e sentidos*. Em: Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Editora Vozes, Petrópolis, 2007.
7. BIERMANN, von Harald. *Tiger des Nationalismus*. Em: *Preußen — Der kriegserische Reformstaat*. Spiegel Verlag, Hamburg, 2007.
8. BÖNISCH, von Georg. *Die Unterwerfung*. Em: *Hitlers Machtergreifung — 30. Januar 1933: Der Anfang vom Untergang*. Spiegel Verlag, Hamburg, 2008.
9. COTRIM, Livia. *A contra-revolução na Alemanha. Marx e a Nova Gazeta Renana*. São Paulo, Margem, nº16, 2002.
10. ERNST, Josef. *The Structure of Political Communication in the United Kingdom, the United States and the Federal Republic IF Germany: A Comparative Media Study of The Economist, Time and Der Spiegel*. Peter

- Lang, Frankfurt am Main, 1988.
11. GÖRTEMAKER, Manfred. *Der Weg zur Einheit*. Informationen zur politischen Bildung n.: 250, Bonn, 2009.
 12. Kuby, Erich. *Der Preis der Einheit*. Konkret Literatur Verlag, Hamburg, 1990.
 13. LAGE, Nilson. *O estilo magazine*. Em: *Ideologia e Técnica Da Notícia*, Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.
 14. LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. UNESP, São Paulo, 2005.
 15. MERSEBURGER, Peter. *Rudolf Augstein – Der Mann, der den Spiegel machte*. Deutsche Verlags- Anstalt, München, 2009.
 16. SCHULZE, Hagen. *Kleine deutsche Geschichte*. Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, München, 2009.
 17. SEBESTYEN, Victor *A Revolução de 1989 – A Queda do Império Soviético*. Editora Globo, São Paulo, 2009.
 18. SOUZA, Ulysses Alves. “*A História Secreta de Veja*”. Revista Imprensa, São Paulo, setembro de 1998, p. 75.
 19. STAAS, von Christian. *Einheit durch Reinheit*. Em: *Die Deutschen und die Nation*. Zeitverlag Gerd Bucerius GmbH & Co. KG, Hamburg, 2010.
 20. STERN Carola und WINKLER, August. *Wendepunkte deutscher Geschichte 1848-1990*. Fischer Taschenbuch Verlag, Frankfurt, 2001.
 21. STOCKMAN, Ralf. *Der Spiegel und Focus – Eine vergleichende Inhaltsanalyse der beiden Nachrichtenmagazine von 1993 bis 1996*. Schmerse Verlag, Göttingen, 1999.
 22. WIEGREFE, von Klaus. *Staat mit Januskopf*. Em: *Preußen — Der kriegsrische Reformstaat*. Spiegel Verlag, Hamburg, 2007.
 23. WINKLER, Heinrich August. *Der Lange Weg nach Westen – Deutsche Geschichte vom Ende des Alten Reiches bis zum Untergang der Weimarer Republik*. Verlag C.H. Beck oHG, München, 2000.

24. WINKLER, Heinrich August. *Untergang auf Raten. Em: Preußen — Der krieglerische Reformstaat*. Spiegel Verlag, Hamburg, 2007.
25. WINKLER, Heinrich August. *Ende aller Sonderwege. Em: Die wiedervereinigten Deutschen — Sonderteil, Bilanz Ost/West*. Spiegel Verlag, Hamburg, 2001.
26. WIRSCHING, Andreas. *Deutsche Geschichte im 20. Jahrhundert*. Verlag C.H Beck oHG, München 2001.

Periódicos:

1. *Die Zeit. Geschichte – Epochen. Menschen. Ideen. Die Deutschen und die Nation*. 3/2010.
2. *Spiegel Special Geschichte. Preußen – Der krieglerische Reformstaat*. Nr.3. 21/08/2007.
3. *Spiegel Special Geschichte. Hitlers Machtergreifung — 30. Januar 1933: Der Anfang vom Untergang*. Nr.1.29.01.2008.
4. Informationen zur politischen Bildung 250. *Der Weg zur Einheit*. BPB, Bonn, 2009.
5. Informationen zur politischen Bildung 261. *Weimarer Republik*. BPB, Bonn, 2003.
6. *Aus Politik und Zeitgeschichte* (B1-2). BPB, Bonn, 2001.
7. Informationen zur politischen Bildung 258 – *Zeiten des Wandels, Deutschland 1961-1974*. 1. Quartal, BPB, Bonn, 1998.
8. WALLECHINSKY, David e WALLACE Irving. *The People's Almanac — The 20th. Century*, 1995.

